

Universidade Federal da Bahia
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Mestrado em História

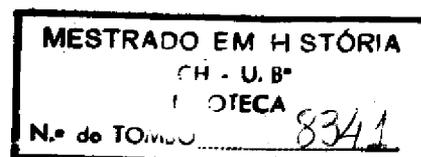
E A BAHIA CIVILIZA-SE...

**IDEAIS DE CIVILIZAÇÃO E GENAS DE ANTI-CIVILIDADE
EM UM CONTEXTO DE MODERNIZAÇÃO URBANA
SALVADOR, 1912-1916**

Rinaldo Cesar Nascimento Leite

**(Dissertação final de curso apresentada ao Mestrado
em História da Universidade Federal da Bahia como
requisito à obtenção do grau de mestre em História)**

Salvador, outubro de 1996



E A BAHIA CIVILIZA-SE...

**IDEAIS DE CIVILIZAÇÃO E CENAS DE ANTI-CIVILIDADE
EM UM CONTEXTO DE MODERNIZAÇÃO URBANA
SALVADOR, 1912-1916**

Rinaldo Cesar Nascimento Leite

Orientador: Prof. Dr. Antonio Fernando Guerreiro de Freitas

Aos meus pais, o Sr. José Dionísio e a Sra. Valdete.

Devo-lhes tudo que sou.

Mas, explicou o cego, a História não é só essa que está nos livros, até porque muitos dos que escrevem livros mentem mais do que os que contam histórias de Trancoso. Houve, no tempo do antigo Egito, terra do Rei São Salomão, cerca da terra da Rainha de Sabá, por cima do Reino Judeu, uma grande biblioteca, que nela tudo continha sobre o conhecimento, chamada de Alsandria. Pois muito bem, um belo dia essa biblioteca pega fogo, subindo na fumaça todo aquele conhecimento e até mesmo os nomes dos que tinham o mais desse conhecimento e escrito os livros que lá havia. Desde esse dia que se sabe que toda a História é falsa ou meio falsa e cada geração que chega resolve o que aconteceu antes dela e assim a História dos livros é tão inventada quanto a dos jornais, onde se lê cada peto de arrepiar os cabelos. Poucos livros devem ser confiados, assim como poucas pessoas, é a mesma coisa.

Além disso, continuou o cego, a História feita por papéis deixa passar tudo aquilo que não se botou no papel e só se bota no papel o que se interessa. Alguém que tenha o conhecimento da escrita pega de pena e tinteiro para botar no papel o que não lhe interessa? Alguém que roubou escreve que roubou, quem matou escreve que matou, quem deu falso testemunho confessa que foi mentiroso? Não confessa. Alguém escreve bem do inimigo? Não escreve. Então toda a História dos papéis é pelo interesse de alguém.

E tem mais, falou o cego, o que para um é preto como carvão, para outro é alvo como um jasmim. O que para um é alimento ou metal de valor, para outro é veneno ou flandre. O que para um é um grande acontecimento, para outro é vergonha a negar. O que para um é importante, para outro não existe. Por conseguinte, a maior parte da História se oculta na consciência dos homens e por isso a maior parte da História nunca ninguém vai saber, isto para não falar em coisas como Alsandria, que matam a memória.

SUMÁRIO

<u>AGRADECIMENTOS</u>	<u>5</u>
<u>INTRODUÇÃO</u>	<u>8</u>
<u>CAPÍTULO 1 — A CIDADE DO SALVADOR E IDEAIS CIVILIZADORES</u>	<u>24</u>
Vivendo na cidade do Salvador	24
Ideais de civilização	35
<u>CAPÍTULO 2 — A CIVILIZAÇÃO IMPERFEITA: A REMODELAÇÃO E OUTRAS CENAS DE CIVILIDADE</u>	<u>51</u>
A remodelação de Salvador no contexto de Seabra	52
Outras cenas de civilidade	79
<u>CAPÍTULO 3 — CENAS DE ANTI-CIVILIDADE I: TREVAS, MONTUROS, PÓ E OUTROS SENÕES</u>	<u>87</u>
A questão dos serviços urbanos: bondes, "trevas" e falta de água	89
O asseio: "cidade monturo", "cidade lixo", "cidade pó"	98
<u>CAPÍTULO 4 — CENAS DE ANTI-CIVILIDADE II.: GENTE INCULTA, CIDADE INDIGENTE</u>	<u>110</u>
Ordem pública e "vícios" da gente da cidade	112
"Maus hábitos" de uma "gente inculta"	123
Os trabalhadores, as crianças vadias e os deserdados das ruas	130
<u>CONCLUSÃO</u>	<u>142</u>
<u>ENCARTE FOTOGRÁFICO</u>	<u>146</u>
<u>FONTES E BIBLIOGRAFIA</u>	<u>155</u>
Fontes	155
Bibliografia	156

AGRADECIMENTOS

O trabalho de pesquisa, pensado em todo o seu processo, desde a elaboração das primeiras idéias que resultam no projeto inicial submetido à seleção até o momento final da dissertação, envolve a contribuição, em menor ou maior grau, de muitas pessoas. E são tantas que se torna difícil lembrar o nome de todas. Por isso, quero iniciar com um agradecimento geral, dirigido a todos aqueles que de alguma forma participaram deste trabalho, fosse com uma dica ou sugestão, indicando livros, discutindo textos ou dirigindo palavras de carinho e estímulo. Neste sentido, agradeço a colegas e professores do mestrado e amigos e colegas de outros espaços e lugares. Destaco apenas o nome da professora Lígia Bellini, que, ao longo das disciplinas que ministrou durante a minha pós-graduação, concedeu-me a oportunidade de descobrir novos horizontes para a História, além de ter sempre incentivado o meu trabalho. Aos demais, peço desculpas pela não citação de nomes.

Agradeço aos funcionários das bibliotecas e instituições de pesquisa pelas quais passei, especialmente a Marina Santos (na Biblioteca do Mestrado na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA) e a Maria Augusta (no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia).

Agradeço à Capes pela concessão de bolsa, que me deu tranquilidade para levar adiante a atividade de pesquisa sem grandes preocupações com a manutenção da sobrevivência

Agradeço a Ricardo Tadeu pelo dedicado auxílio no manuseio dos jornais.

Agradeço ao professor Antonio Fernando Guerreiro de Freitas, sobretudo por ter sido um orientador que me concedeu a liberdade de seguir os meus próprios caminhos.

Agradeço aos meus familiares, pais e irmãs, pela força e torcida para que tudo terminasse bem.

Agradeço muito especialmente a Márcia, colega de profissão e companheira de vida, que participou como cúmplice deste trabalho, descobrindo informações em fontes, trazendo bibliografia, lendo e discutindo as idéias dos capítulos à medida que eram produzidos. Também compartilhou comigo instantes de encantos e desencantos, momentos de entusiasmo e decepção, decorrência natural dos erros ou dos acertos que se cometem, do sucessos alcançados ou da dificuldades enfrentadas no exercício da pesquisa.

Eu vivo há três dias matutando
De que é que esta cidade mais precisa...
E por mais que umas coisas vá cortando,
Não posso tomar pé na pesquisa!

A vassoura a varrer, de vez em quando?
Menos pedra-navalha, onde se pisa?
Relógio sempre certo, e sempre andando?
Água, luz, instrução?... Não se organiza

A lista do que seja mais urgente;
Pois a cidade tantas faltas sente,
Que ninguém chega ao fim — fazendo estudo...

Do que deva em primeiro ser tratado
Não se pode dizer... Está provado
Que em primeiro lugar... figura tudo.

Lulu Parola, *Cantando e Rindo* (4940).¹

¹ Resposta de Lulu Parola, pseudônimo de Alotio de Carvalho, à enquete "De que é que mais precisa a cidade?". Extraído do *Jornal de Notícias*, 20/06/1912, p.1.

Introdução

Idéias de modernização podem ser reconhecidas no Brasil desde o século XIX. Suas primeiras manifestações ocorreram no Império, com os investimentos na construção de ferrovias, no aparelhamento portuário, em uma rede telegráfica, com o aparecimento incipiente de indústrias e com a lenta urbanização de algumas cidades, que receberam melhorias em termos de transportes, iluminação, abastecimento de água, etc.¹

Entretanto, o contexto mais propício ao empreendimento das reformas modernizadoras das cidades foi aquele que se teve logo após a instalação da República, dado que o novo regime permitiu a articulação direta, e sem a intermediação federal, das elites dirigentes regionais com as instituições de crédito e financiamento estrangeiras. Desta forma, nas décadas iniciais do século XX, a urbanização e os melhoramentos materiais, enquanto aspirações modernizadoras, alastraram-se por diversas capitais do país, entre elas, Recife, Belém, Porto Alegre, Fortaleza, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.² Acrescente-se, ainda, a construção de Belo Horizonte em fins do século anterior.

Na verdade, ao que tudo indica, a modernização não se restringiu apenas às principais capitais, tendeu a expandir-se por cidades que desenvolviam alguma função relevante

¹ Caio Prado Jr., *História econômica do Brasil* (São Paulo, s/d), pp. 169 e 195-197; Emilia Viotti da Costa, "Urbanização no Brasil no século XIX", in Emilia V. da Costa, *Da Monarquia à República* (São Paulo, s/d), pp. 214-215.

² Eloisa Pinheiro, *Intervenções Públicas na Freguesia da Sé em Salvador de 1850 a 1920*, dissertação de mestrado, UFBA, 1992, p. 1.

em nível regional. Este, por exemplo, é o caso de Santos, em São Paulo, cidade portuária que escoava a produção cafeeira paulista para o mercado externo, que também passou por vultosas reformas materiais modernizadoras e civilizadoras que modificaram a sua face. E se quisermos ir mais adiante, não há nenhum exagero em se afirmar que o fenômeno tenha alcançado locais inesperados, como a tentativa de abertura de uma ferrovia em meio à selva amazônica.³

No contexto então assinalado, as cidades se tornaram objeto da análise dos mais variados segmentos sociais, como profissionais técnicos (a exemplo de engenheiros e sanitaristas), jornalistas, intelectuais, estrangeiros (diplomatas, banqueiros, comerciantes e empresários), entre outros. As discussões sobre as necessidades de reformas urbanas foram desencadeadas, no entanto, por higienistas, sanitaristas e médicos, os quais faziam duras críticas às más condições de salubridade e higiene das cidades. Tais condições foram apontadas como causadoras da disseminação de várias epidemias, além disso, eram consideradas prejudiciais aos interesses econômicos da nação.

Enquanto centros políticos, comerciais, financeiros, administrativos e culturais, em amplitude regional ou nacional, as capitais brasileiras deveriam ser um espelho de uma civilidade e de um progresso pretendidos para o país. A insalubridade, que era uma característica marcante na maioria delas, não condizia com as aspirações das elites dominantes. O Rio de Janeiro, por exemplo, na qualidade de capital federal — e certamente, o mais importante centro urbano do país — tinha a reputação de ser uma das cidades mais insalubres do mundo.⁴ Vivia, permanentemente, em situação epidêmica ou endêmica. Essa situação

³ Embora não existam muitos trabalhos divulgados sobre a questão, não é infundada a suspeita de que outras cidades de médio porte tenham conhecido projetos de modernização similares aos das principais capitais. Santos, uma das grandes cidades portuárias do país, já é indício disso. Ver Ana Lúcia Duarte Lanna, *Uma cidade na transição, Santos: 1870-1913* (São Paulo/Santos, 1996). Com relação à modernização em meio à selva, ver o estudo sobre a construção da ferrovia Madeira-Mamoré realizado por Francisco Foot Hardman, *Trem fantasma: a modernidade na selva* (São Paulo, 1988).

⁴ Sérgio Pechman & Lilian Fritsch, "A Reforma Urbana e seu Averso", *Revista Brasileira de História*, v. 5, 8/9 (1985), p. 140.

desestimulava negócios e investimentos estrangeiros, impedindo o livre desenvolvimento capitalista nacional, ou em outras palavras, "a modernização, o progresso, o ideal de multiplicação de riquezas materiais da sociedade".⁵

Além de causar danos aos negócios, tal estado de coisas envergonhava a cidade e seus habitantes ante ao olhar dos estrangeiros, que formavam, sem dúvida, uma imagem extremamente negativa dela. Por isso, era preciso realizar reformas que a tornasse mais digna e atraente para seus visitantes; reformas que pudessem atrair investidores internacionais, que trariam não somente capitais mas a visão civilizadora, própria das nações mais adiantadas e progressistas.

De um modo geral, estes problemas afligiam todas as principais capitais brasileiras.

Nas cidades a questão da saúde fora profundamente agravada pelo crescimento demográfico nelas ocorrido. Lentamente em alguns casos, mais acelerado em outros, tal crescimento não foi acompanhado por um planejamento urbano que tivesse a intenção de adequá-las à demanda populacional ascendente. Herdando a sua estrutura do período colonial e tendo que absorver um progressivo contingente de habitantes, as cidades, nas circunstâncias tratadas aqui, tornaram-se um manancial de problemas, os quais favoreceram a propagação de epidemias. Dentre eles estão: as ruas estreitas, impedindo a livre circulação do ar e a penetração da luz, que contribuíram para a disseminação dos miasmas (esses perigosos agentes difusores das doenças, segundo alguns dos especialistas do período); a carência de moradias, provocando a proliferação de cortiços e outros tipos de habitações populares insalubres; a inexistência de um serviço de abastecimento de água e captação de esgotos eficientes e extensivos a todo o perímetro urbano; além de outros mais.

⁵ Idem, *ibidem*, p. 142.

A grave situação em que se encontrava a saúde das cidades requeria um projeto higienizador urgente, o qual se procurou efetivar seguindo três orientações. Primeira, a implantação de uma política que agia combatendo diretamente os agentes naturais causadores das moléstias, assistindo aos doentes e criando instituições voltadas para o atendimento e a prevenção dos enfermos. Segunda, a intervenção, por meio das reformas, na estrutura física das cidades. Terceira, a implementação de uma campanha de controle e modificação dos hábitos, costumes e modos de comportamento dos habitantes das cidades, especialmente as camadas populares.

Da ligação estabelecida, à princípio, entre o estado da saúde e a estrutura urbana, fundou-se um vínculo inexorável entre higienização e urbanização (termo este que, ao longo do presente trabalho, é usado sobretudo no sentido de reforma material na urbe), que prosseguiu estabelecendo vínculos sucessivos, contíguos, múltiplos e recíprocos entre muitos outros fenômenos: modernização, urbanização, higienização, normatização, moralização dos costumes, ações de controle social, regulamentação dos usos do espaço, etc... Tornaram-se, todos eles, corolários, e seguiam um decurso tal que se referir à modernização ou à urbanização ou à higienização implicava sempre referir-se a outras tantas "ações". Uma expressão, entretanto, pela abrangência que adquiriu, resumia todo este complexo de relações: civilizar.

Se o projeto higienizador, inicialmente, direcionou suas vistas para os problemas relacionados à estrutura e infra-estrutura urbanas e para a qualidade das habitações, não tardou em se preocupar com os hábitos da população, assumindo uma dimensão social. Ele implicou em "ações simultâneas em três planos: o do espaço público, o do espaço privado e o do modo de vida". Buscou normatizar as habitações, passou a invadir a vida familiar e procurou

"estruturar comportamentos individuais e coletivos".⁶ Havia o objetivo de se controlar o modo de vida das classes populares, que com seus "péssimos" (conforme definiam as elites) costumes contribuíam para a situação da insalubridade da cidade. De projeto espacial, a higienização transfigurava-se em projeto social: a higienização do comportamento dos pobres e trabalhadores. Isto porque se formulara uma intrincada associação entre "pobreza-saúde-imoralidade" ou, ainda, "pobreza-saúde-promiscuidade-subversão".⁷ E havia mais, tentava-se impedir, a todo modo, a mendicância, os cultos místicos ou religiosos que não fossem católicos e as diversas formas de manifestações lúdicas populares.⁸

A tentativa de controle do modo de vida e de moralização do comportamento das classes populares foi defendida segundo os pressupostos idealizados para a sociedade brasileira pela elite burguesa dominante. De acordo com essas elaborações, as práticas populares eram assinaladas como incivilizadas, enquanto o projeto elaborado pelas elites intencionava um mundo em estilo europeizado. E pode acrescentar-se aí que alguns radicais idealizavam e pregavam o melhoramento da raça brasileira por meio do seu branqueamento progressivo, visto que as influências africanas e indígenas tornavam os brasileiros um povo de qualidade inferior quando comparados aos europeus. Penetravam, deste modo, nos territórios da eugenia.⁹

Eis, em síntese, as aspirações das elites com referência à civilização e modernização: 1) atitudes racionalizadas, moralizadas e cultas dos indivíduos; 2) adoção de padrões culturais europeus; 3) reformas que permitissem a implantação de uma nova estética e

⁶ Ana Fernandes & Marco Aurélio de A. Filgueiras Gomes, "Idealizações Urbanas e a Construção da Salvador Moderna". In Ana Fernandes & Marco Aurélio de A. Filgueiras Gomes. *Cidade & História*. (Salvador, 1992), p. 61.

⁷ Margareth Rago, *Do Cabaré ao Lar* (São Paulo, 1985), pp. 189-198.

⁸ Pechman & Fritsch, op. cit., pp. 180-184.

⁹ Ver Roberto Ventura, *Estilo tropical* (São Paulo, 1991), pp. 55-68. Uma excelente abordagem do tema racial no Brasil está no livro de Lília M. Schwarcz, *O Espetáculo das Raças* (São Paulo, 1993).

a introdução de modernas tecnologias, tais como a abertura de avenidas e o alargamento de ruas, criação de áreas verde e de lazer, novas edificações (inclusive aquelas destinadas a objetivos culturais) e embelezamento da cidade.¹⁰ Aspirava-se, precisamente, ao modelo urbano das cidades européias — especialmente Paris, que, após as reformas empreendidas pelo Barão de Haussmann quando prefeito da cidade, na segunda metade do século XIX, tornara-se o paradigma em se tratando de exemplo de urbanização bem sucedida.

Identificadas com o passado colonial, e por isso criticadas, as cidades brasileiras passaram por análises severas que terminaram por conduzir às reformas, as quais, em muitas circunstâncias, desconsideraram todo o peso da sua história. Em nome dos ideais modernizadores, desprezou-se qualquer preocupação com a preservação do passado, negou-se o convívio entre o velho e o novo, empreendeu-se uma verdadeira reforma demolidora. Sempre que se mostrou necessário, os trechos mais antigos das cidades foram inteiramente destruídos e transformados, dando lugar às novas construções, então erguidas seguindo os preceitos idealizados pelas elites e em perfeita consonância aos modernos estilos arquitetônicos.

Esta era, portanto, a característica do processo de modernização e civilização das cidades: a sua tendência demolidora, destruidora de tudo que fosse tomado por velho ou associado ao antigo. Renegava-se todo e qualquer legado arquitetônico e cultural do passado que pudesse representar um elemento de atraso em comparação às idealizações elaboradas por segmentos das elites; bem como tudo que constituísse um empecilho ao avanço do ambicionado progresso, que vinha abrindo as suas asas sobre todas as nações civilizadas. E, neste sentido, um bom exemplo é o caso de Salvador, onde "os órgãos de imprensa, as lideranças políticas e

¹⁰ Jeffrey Needell, *Belle époque tropical* (São Paulo, 1993), pp. 52-58; Pinheiro, op. cit., p. 8.

administrativas e as elites foram os responsáveis pela divulgação da idéia de que era necessário destruir o velho, o passado, o sujo para se construir o novo, o moderno, o limpo".¹¹

Pensada, assim, na perspectiva destruidora, a experiência civilizadora e modernizadora, transcorrida em inúmeras cidades do Brasil, enquadrava-se perfeitamente no espírito da modernidade descrito por Marshall Berman, para quem "ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete [...] autotransformação e transformação das coisas em redor — mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos". E usando uma definição de David Harvey, dir-se-ia que este caráter demolidor da modernização urbana correspondia a uma "destruição criativa", pela qual é condição própria à construção de um novo mundo a "destruição de boa parte do que viera antes".¹²

Mas embora as cidades brasileiras estivessem inseridas nesta experiência, é preciso que se diga que cada qual vivenciou a modernidade que lhe fora possível. A intensidade e os limites da modernização dependiam das especificidades das condições econômicas, sociais, políticas, culturais, entre outras, dos locais onde ela se dava. Obviamente o Brasil, na situação de país periférico ao sistema capitalista, não passou pela experiência da modernidade do mesmo modo que os industrializados países europeus — estes, os exemplos mais trabalhados por Berman para a discussão do tema, no século XIX e princípios do XX. Tampouco Salvador, cidade que, comparativamente, tinha uma projeção apenas intermediária no cenário nacional, não poderia tê-la vivenciado do mesmo modo como ela ocorreu no Rio de Janeiro, sob todos os parâmetros, o mais destacado centro brasileiro do período.

¹¹ Pinheiro, op. cit., p. 39. Sobre o papel dos órgãos de imprensa na divulgação de uma reforma demolidora em Salvador, ver, também, Fernando Peres, *Memória da Sé* (Salvador, 1974).

¹² Marshall Berman, *Tudo que é sólido desmancha no ar* (São Paulo, 1986), p. 15; David Harvey, *Condição pós-moderna* (São Paulo, 1992), p. 26.

O ideal civilizador, modernizador, progressista tinha na cidade, relativamente aos melhoramentos físicos, um dos principais objetos para a sua concretização e efetivação. Tendo-se iniciado pela remodelação, ele se alastrou, exercendo a sua ação sobre todos os aspectos da vida. As reformas urbanas modernizadoras deveriam cumprir um objetivo pedagógico sobre os habitantes da cidade, de modo que a exposição pública da nova civilidade por meio dos melhoramentos materiais pudesse ser internalizada pelas pessoas, influenciando-as. Os habitantes citadinos passariam então a se orientar pelos bons exemplos que elas (as reformas) representavam,¹³ abandonando então certos hábitos "ruins" que serviam para contradizer ou negar a civilização. Tem-se nisso mais uma das premissas das reformas urbanas, ela seria um princípio modelar de todo um programa civilizador que se encetava, devendo ser copiado por todos na maneira de se proceder cotidianamente. Esse tipo de fala, a título de exemplo, encontramos nas afirmações de um editorial do *Diário de Notícias*, que proclamando, em nome do progresso, o fim da brincadeira de soltar fogos, faz a articulação entre mudança de hábitos e remodelamento:

Se difícil se tornava a extinção completa de certos hábitos ruins entre nós, era porque dependia da remodelação da cidade.¹⁴

O encargo da condução do processo modernizador da cidade, no que diz respeito tanto às reformas físicas quanto aos aspectos referentes à ordem social, ficou por conta do poder público federal, estadual ou municipal, quando não estiveram eles articulados entre si. Esse fato permite denotar o desenvolvimento da esfera pública, o qual, na sua atuação, sobrepôs-se muitas vezes ao domínio privado. As interdições de casas consideradas insalubres por órgãos

¹³ Micael Herschmann & Carlos A. M. Pereira, "O imaginário moderno no Brasil". In Micael Herschmann & Carlos A. M. Pereira (org.), *A invenção do Brasil moderno* (Rio de Janeiro, 1994), p. 27.

¹⁴ "Fogos Soltos". (Editorial). *Diário de Notícias*, 22/06/1912, p. 1.

de saúde pública demonstravam este fato. E o episódio que melhor exemplifica a ascensão do público sobre o privado é aquele referente à Revolta da Vacina, ocorrido na capital federal.¹⁵

O Rio de Janeiro foi que deflagrou o fenômeno no Brasil, marcando o início efetivo da nova urbanização no país. Durante a gestão do prefeito Pereira Passos, entre 1902-1906, ocorreu o momento do maior impulso reformista carioca, com a cidade conhecendo uma transformação radical do seu espaço. Para tal acontecimento concorreu, diretamente, o apoio dirigido pelo presidente Rodrigues Alves, que patrocinou o projeto modernizador da cidade através dos enormes investimentos do seu governo no empreendimento. Passos, por sua vez, quando jovem, tivera a oportunidade de assistir *in loco* a modernização de Paris dirigida pelo Barão de Haussmann, e o impacto que lhe provocou tal vivência, enquanto fonte de inspiração, foi fundamental quando da implementação das suas reformas.

Resumidamente, pode-se dizer que o centro antigo da capital federal, denominado de Cidade Velha, sofreu uma reforma paisagística completa, que terminou por se estender para outras áreas. As ruas foram alinhadas, alargadas e pavimentadas. Prédios de feições antigas foram destruídos e novos foram erigidos, observando-se os cânones do estilo arquitetônico então em moda, o ecletismo. Mas o maior destaque deve ser dado à abertura das avenidas, especialmente, a Avenida Central (posteriormente, Rio Branco), que deveria servir como cenário para as elites e cartão-postal da cidade. Foram realizadas, também, diversas obras no porto e em áreas a ele adjacentes, visando o mais fácil escoamento dos artigos de exportação e importação.¹⁶ E para acompanhar as reformas físicas, elaborou-se uma legislação que procurava regular as relações dos habitantes com o espaço. Os pontos centrais dessa legislação tratavam

¹⁵ Sobre a Revolta da Vacina e os seus desdobramentos, ver José Murilo de Carvalho, *Os Bestializados* (São Paulo, 1987), pp. 91-139; Jaime Benchimol, *Pereira Passos: um Haussmann tropical* (Rio de Janeiro, 1992), pp. 298-305.

¹⁶ Needell, *op. cit.*, pp. 55-67; Benchimol, *op. cit.*, pp. 204-276.

do trabalho nas ruas, da questão das propriedades não ocupadas, da defesa do meio ambiente, da defesa da segurança, da defesa do silêncio, da defesa da moral pública, da defesa da estética e da defesa da saúde pública.¹⁷ A partir de então, o Rio de Janeiro tornou-se o paradigma nacional de modernização urbana civilizadora bem sucedida, espalhando-se pelas demais capitais regionais a mesma aspiração.

Salvador, também, foi palco de grandes reformas, que seguiram os moldes gerais traçados acima. A intenção deste trabalho é justamente abordar alguns aspectos específicos da modernização efetuada na cidade, naquele que foi o seu mais significativo momento: o contexto de 1912-1916, período do primeiro governo de José Joaquim Seabra à frente do Estado da Bahia. A dimensão das obras e o impacto que elas tiveram sobre a cidade foram coisas jamais vistas, justificando por si só a importância deste estudo. Seabra esteve na condução do processo, contando com a colaboração dos intendentess municipais e o apoio da administração federal.

É preciso que se diga, porém, que a remodelação de Salvador não deve ser tomada como um projeto pessoal de Seabra. Por isso, não considero fundamental um maior aprofundamento em torno do significado do seabrismo¹⁸ para compreendê-la. Ao meu ver, quando Seabra deu início à modernização da capital, atendia a um interesse comum de certos segmentos elitistas da sociedade local, inconformados com a cidade em que viviam, e dos quais ele era mais um dos representantes. Do mesmo modo que Pereira Passos e Rodrigues Alves,

¹⁷ Pechman & Fritsch, op. cit., pp. 156-161.

¹⁸ Sobre este assunto, ver Consuelo Novais Sampaio, *Os partidos políticos da Bahia na Primeira República* (Salvador, 1978), capítulo 3, que dentro de um quadro geral da política baiana, traça um panorama da ascensão e domínio seabrista na Bahia.

respectivamente, prefeito do Distrito Federal e presidente da República, agiram, no Rio de Janeiro, em favor das elites que queriam implantar uma cidade do tipo europeia no Brasil, Seabra atuou em Salvador. As referências a Seabra serão, portanto, enquanto contexto, não de forma personalista.

Na abordagem da modernização de Salvador, procurei valorizar as percepções e noções desenvolvidas em torno da cidade que ficaram registradas nos jornais. Neste sentido, é bastante inspiradora as reflexões de Roger Chartier sobre a história cultural, onde as suas formulações sobre o conceito de representação se destacam. Para ele, a representação denota formas idealizadas de percepção do mundo, expondo os atores sociais naquilo que imaginam ou desejam ser. O conceito expressa e articula dentro de si uma idéia de elaboração mental da realidade pelos grupos sociais e formas de significação simbólica de situar-se no mundo. Também nos remete a discursos e práticas que se coadunam a fim de estruturar modos de apreensão das coisas e da vida. A cidade, encarada como objeto de discurso dos mais distintos e como espaço multivariado de práticas sociais, pode e, efetivamente, adquire o caráter de uma representação. Para ela, são criadas imagens e destinados usufrutos múltiplos. Entre a cidade e os habitantes são firmadas trocas e impressões.

A representação é um conceito bastante útil, que faz sobressair a possibilidade de verificação de diferentes visões da realidade — visões que devem ser tomadas como projeções de interesses particularizados de grupos ou indivíduos. Relacionada ao tema aqui proposto, pode-se afirmar que qualquer projeto urbanizador traz embutido em si a formulação de ideais, os quais escondem as visões de mundo dos diferentes grupos sociais. Tais ideais ou visões em torno da cidade não são compartilhados nem horizontal, nem verticalmente do mesmo modo pelos diversos segmentos, pois são em boa parte dependentes de muitas variáveis, onde entrariam condições sócio-econômicas, opções políticas, situação cultural, origem, raça, sexo,

idade, entre outros. Em síntese, nas relações que as pessoas estabelecem com o mundo urbano se estruturam representações e práticas em relação à cidade bastante diferenciadas, gerando, constantemente, embates de visões e alimentando as transgressões.¹⁹

O termo "representação" (em si) não será utilizado ao longo dos capítulos, mas as noções que ele encerra sustentarão as descrições e as análises que se seguirão. No decorrer do trabalho, procurar-se-á ressaltar as percepções que se tinham da cidade quando da ocorrência dos melhoramentos modernizadores. É a partir de uma palavra — civilizar, incluindo as suas formas derivativas —, apropriada enquanto linha mestra para orientar a presente abordagem, que se tentará destacar tais percepções. A opção deve-se à proeminência adquirida pelo termo nos editoriais, matérias, notícias e notas dos jornais quando tratavam de questões referentes à cidade. Mas do que o sentido modernizador, era um sentimento civilizador que conduzia as transformações que foram processadas. Um simples cotejamento da frequência com que aparecem nos jornais os termos modernizar e civilizar demonstra como a segunda expressão era muito mais utilizada.²⁰

De fato, a visão formada de Salvador foi muitas vezes condicionada pelas idéias que se tinha daquilo que representava ser civilizado ou correspondia à civilização. As diversas transformações por que a cidade deveria passar, tanto na sua ordem material e infra-estrutural quanto na social e cultural, foram comumente pensadas em termos civilizatórios. Buscando-se

¹⁹ Roger Chartier, *A história cultural* (Lisboa/Rio de Janeiro, 1990), pp. 13-28.

²⁰ Embora não se possa dizer que, naquele contexto, fossem coisas antagônicas, a pesquisa nos jornais revelou que a idéia de civilizar estava bem mais presente no conjunto de aspirações da elites do que a idéia de modernizar. O que se percebe não é nem tanto a pretensão de ser "moderno" ou "modernizado", mas sim de ser "civilizado". O ideário moderno, segundo Herschmann & Pereira, op. cit., tornou-se forte nas décadas de 1920-1930, onde inclusive procurou desenvolver-se e valorizar elementos próprios da identidade nacional. Nicolau Sevchenko, *Orfeu extático na metrópole* (São Paulo, 1992), pp. 227-231, demonstra como a expressão "'moderno' se torna algo como uma "palavra-fetich", passando a ser muito fluente no uso cotidiano nos anos de 1920. Sevchenko aponta conotações para a palavra muito semelhantes àquelas que o termo "civilizado" assumia no contexto da remodelação de Salvador, associando-se a aspectos tecnológicos, artísticos, ao refinamento dos hábitos e vestuário, e até mesmo a um modo de fazer política, entre outras coisas.

as conotações, os sentidos que assumiam as expressões civilizar, civilizado, civilização, civilidade chega-se a uma idéia de cidade, sobretudo quando se contrapõe os ideais imaginados para ela à sua realidade cotidiana.

Neste ponto, pode definir-se mais precisamente o objetivo deste trabalho: observar as percepções de cidade veiculadas nos jornais de Salvador em um contexto de modernização urbana, tendo por base as idéias de civilização que se aspiravam para a cidade; bem como verificar o alcance mais imediato obtido por tais projeções civilizadoras, pensadas em suas várias dimensões. Por fim, destacar que tipo imagem de cidade sobressaía dos jornais. O momento escolhido para a abordagem revela-se dos mais fecundos, visto que o debate sobre os ideais de cidade tornou-se acalorado, sendo enormemente favorecido pelo anúncio e posterior consecução dos melhoramentos. Tais debates deram margens a sucessivas opiniões. Deles brotavam elogios e críticas, sugestões que visavam colaboração e reprovações, atitudes de entusiasmo e manifestações de descontentamento.

A escolha do tema justifica-se pela escassez de estudos sobre a história de Salvador no período da Primeira República, especialmente em se tratando da temática relacionada a história urbana.²¹

²¹ Sobre a história urbana de Salvador, na Primeira República, os principais trabalhos estão nas formas de dissertações e tese. Eloísa Pinheiro, *Intervenções públicas na freguesia da Sé em Salvador de 1850 a 1920*, dissertação de mestrado em Arquitetura e Urbanismo, UFBA, 1992, procura apontar as transformações ocorridas na Freguesia da Sé (centro da administração, comércio e negócios da cidade nas décadas iniciais do século XX); explicando os melhoramentos como decorrentes das inovações técnicas e de uma nova mentalidade modernizadora, preocupa-se sobretudo com as materializações ocorridas no urbano. Jorge Uzeda, *A morte vigiada: a cidade do Salvador e a prática da medicina urbana (1890-1930)*, dissertação de mestrado em História, UFBA, 1992, discute a grave situação da saúde em Salvador; mostra a alternância das epidemias na cidade, apontando os fatores que as favoreciam e as atuações do poder público em relação a elas. Mário Augusto da Silva Santos, *Sobrevivências e tensões sociais, Salvador (1890-19130)*, tese de doutorado, USP, 1982, faz uma abordagem social da vida urbana, analisando como as classes populares lidavam com o problema da sobrevivência, em clima de tensões e conflitos; procura detalhar as lutas e as vicissitudes da população no sentido de garantir melhores condições de existência. E excetuando mais um ou outro estudo, o que existe é, na maior parte, artigos espalhados em diversas revistas.

Os jornais compõem a principal fonte deste trabalho, tendo sido feito um levantamento minucioso e sistemático daquilo que interessava. Pela sua natureza, eles trazem inúmeras informações sobre o dia-a-dia da cidade, acompanhando os passos que eram dados em favor da modernização, do progresso e da civilização, e apontando os empecilhos postados nos seus caminhos.

Há de se considerar a função desempenhada pelos jornais do período como veículos políticos ou partidários,²² multiplicando-se opiniões desfavoráveis às iniciativas modernizadoras tomadas por um personagem político controverso, como era o governador Seabra. Este fato poderia comprometer os resultados do trabalho, se não fosse da obrigação do historiador desconstruir os documentos através da crítica; buscando, assim, extrair deles os dados mais precisos que contenham, embora nem sempre seja totalmente possível proceder deste modo. Sabe-se que todo e qualquer documento é produzido visando atender a necessidades específicas, políticas ou não. Eles exigem apenas o devido tratamento para que possam ser satisfatoriamente explorados no seu conteúdo.

Os jornais, se criteriosamente utilizados, não se constituem, necessariamente, em facilitador ou em dificultador na execução da tarefa do pesquisador e para o entendimento dos fatos. A fim de amenizar os efeitos eventuais dos seus inconvenientes, procurei adotar uma postura metodológica cujos fundamentos foram: 1) não desprezar de todo, mas não valorizar demasiadamente críticas e informações que não fossem devidamente substanciadas e comprovadas; 2) valorizar os dados incessantemente repetidos, e que de preferência aparecessem em veículos diferentes; 3) cotejar, sempre que possível, os dados com fontes

²²Foram três as coleções de jornais consultadas. À época em que situa o presente estudo, os jornais *Diário de Notícias* e *Jornal de Notícias* se diziam neutros quanto à questão partidária. O jornal *A Tarde* foi fundado em outubro de 1912, por Ernesto Simões Filho, personagem que fizera parte do círculo político de J. J. Seabra; após o rompimento do seu proprietário com o chefe oligárquico, passou a fazer oposição sistemática ao governo, isto ocorreu a partir de 1913.

oficiais ou com trabalhos monográficos e bibliografia selecionada que discorressem direta ou indiretamente sobre o assunto.

Outrossim, utilizei-me das mensagens dos governadores e das leis e decretos do Estado.

Esta dissertação é composta de quatro capítulos. No primeiro, dividido em duas partes bem distintas, são observadas as condições de Salvador, o seu crescimento demográfico, a precariedade da estrutura e infra-estrutura urbana, as motivações concretas que respaldassem os melhoramentos. Em seguida, busca-se compreender quais elementos comporiam na prática a civilização pretendida. No segundo, aborda-se os passos da remodelação posta em andamento na cidade e a adoção de novos hábitos, ambos encarados como sinais da civilização. No terceiro, despontam as cenas de anti-civilidade notadas na cidade em meio às intenções modernizadoras, as quais constituíam um triste paradoxo em referência à civilização almejada. Discute-se, precisamente, os problemas materiais e dos serviços de bonde, água, esgoto e limpeza, sobressaindo uma imagem de cidade que oferecia serviços deficientes e era mal asseada. No quarto, as cenas de anti-civilidade continuam em pauta, desta vez voltando-se para as questões da ordem cultural e social, ou seja, uma série de comportamentos definidos como maus hábitos e costumes da população, além da profusão de miséria que infestava as ruas.

Para finalizar esta introdução, é preciso registrar que os resultados e as conclusões apresentados no presente trabalho não se pretendem únicos, nem tampouco definitivos — outras pesquisas podem revelar facetas novas da cidade que não serão demonstradas aqui. Aliás, é preciso que se diga que este estudo tem uma dimensão bastante limitada, não pretendendo esgotar o imenso território da ainda pouco explorada história urbana de Salvador na Primeira República. Visa apenas oferecer uma pequena contribuição a esta história. Tudo que se tem por

ora é produto das possibilidades oferecidas pelas fontes e pelo tratamento dedicado a elas; de certas opções individuais de abordagem do tema, as quais valorizaram determinados aspectos em detrimento de outros; de concepções teóricas e metodológicas consequentes de uma formação profissional muito particular; e das próprias limitações deste aprendiz de historiador.

Vale, ainda, fazer uma breve consideração sobre a História. E neste sentido, é que remeto os leitores para o trecho da obra de João Ubaldo Ribeiro, transcrito nas páginas iniciais. Na sua linguagem literária, ele nos alerta para alguns componentes que tanto caracterizam a História: as suas "falsidades", as suas constantes revisões, as peculiaridades nas suas interpretações, a perda de documento e a destruição de obras e arquivos que nos revelariam novos e maiores conhecimentos, as lacunas nas suas fontes. Na execução deste estudo deparei-me com estas e outras dificuldades. Um bom exemplo foi a não localização, no Arquivo Municipal de Salvador, de importantes documentos da Intendência, tipo os Relatórios de Intendentes Municipais, relativos ao período de estudo. Mas assim é a sina dos pesquisador, talvez seja daí que advenha o espírito do historiador, às vezes de garimpeiro, às vezes de descobridor, às vezes de ficcionista. E ao mesmo tempo que torna a História algo tão fascinante.

CAPÍTULO 1 — A CIDADE DO SALVADOR E IDEIAS CIVILIZADORES

Vivendo na cidade do Salvador

Nas últimas décadas do século XIX, as maiores capitais brasileiras conheceram um crescimento demográfico impressionante, especialmente o Rio de Janeiro (o antigo Distrito Federal) e São Paulo. O Rio de Janeiro viu a sua população saltar, em números arredondados, de cerca de 275 mil, em 1872, para 811 mil habitantes, em 1906; aumento este que alcançou a 195,1%. São Paulo, por sua vez, pulou de pouco mais de 31 mil moradores, em 1872, para aproximadamente 240 mil, em 1900; um incremento surpreendente de 664,12% (conferir na tabela os números exatos registrados pelo censo).

No período de 1872 a 1900, vê-se na tabela que, entre as maiores capitais estaduais brasileiras mais a capital federal, apenas Recife apresentou decréscimo demográfico. Enquanto isso, Niterói e Fortaleza mantiveram-se, praticamente, estagnadas. As demais cidades, entretanto, cresceram acima de 50%, sendo que Curitiba, junto ao Rio de Janeiro e São Paulo, também passou por um elevado crescimento, chegando a 293,19%.

Tabela 1: Crescimento populacional das maiores capitais brasileiras e do Distrito Federal

	1872	1890	1900	1920	%1872/90	%1890/00	%1872/00	%1900/20
Distrito Federal	274.972	522.651	811.443*	1.157.873	90,07%	55,31%	195,10%	42,69%
São Paulo	31.385	64.934	239.820	579.033	106,89%	269,32%	664,12%	141,44%
Salvador	129.109	174.412	205.813	283.422	35,08%	18,00%	59,41%	37,70%
Recife	116.671	111.106	113.106	238.843	-4,76%	1,80%	-3,05%	111,16%
Belém	61.997	50.064	96.560	236.402	-19,24%	92,87%	55,74%	144,82%
Porto Alegre	43.998	52.421	73.674	179.263	19,14%	40,54%	67,44%	143,31%
Niterói	47.548	34.269	53.433	86.238	-27,92%	55,92%	12,37%	61,39%
Manaus	29.334	38.720	50.300	75.704	31,99%	29,90%	71,47%	50,50%
Curitiba	12.654	24.553	49.755	78.986	94,03%	102,64%	293,19%	58,74%
Fortaleza	42.458	40.902	48.369	78.536	-3,66%	18,25%	13,92%	62,36%

Fonte: Sinopse do Recenseamento em 1º de Setembro de 1920.

*O número apontado para o Distrito Federal em 1900 corresponde, na verdade, ao resultado obtido no recenseamento municipal de 1906, realizado devido a anulação do censo de 1900 na capital da República.¹

Diversos foram os fatores que contribuíram para essa explosão populacional nas duas principais cidades do país. O Rio de Janeiro era o mais importante centro administrativo, político, financeiro, comercial e cultural brasileiro. Por isso, exerceu uma forte atração sobre contingentes de imigrantes que por aqui aportavam, bem como sobre inúmeras levas de recém libertados da escravidão que abandonaram a zona rural. São Paulo, enquanto isso, passou a desfrutar das vantagens proporcionadas pelo fato de concentrar os negócios do café, quando o estado havia se tornado o seu grande produtor nacional. Atraiu, também, muitos imigrantes, acontecimento que se acentuou nas duas primeiras décadas deste século, momento no qual a cidade conheceu um expressivo desenvolvimento industrial.

Esse crescimento demográfico vertiginoso, associado a uma estrutura urbana que conheceu poucas alterações nas décadas anteriores, resultou em inúmeros problemas que comprometiam a habitabilidade das cidades. Citam-se entre eles a carência de moradias, a

¹ Para o ano de 1900, Edgar Carone, *A República Velha I: instituições e classes sociais* (São Paulo, 1988), p. 12 aponta uma população de 691.565 pessoas no Distrito Federal; tomando por base este valor, o crescimento demográfico verificado no Rio de Janeiro entre 1890 e 1900 foi de 32,31%.

insalubridade, a difusão de epidemias. Problemas estes agravados pela dificuldade de controle dos modos e meios de vida da maior parte da sua população, sobretudo os setores populares.

Salvador, não conheceu um aumento populacional tão expressivo quanto o do Rio de Janeiro e o de São Paulo, mas também teve o seu crescimento, acompanhando a tendência do restante do país. No período em estudo, era a terceira maior cidade brasileira, ficando atrás do Rio e sendo superada por São Paulo em finais do século XIX. Segundo os dados do censo, se, em 1872, a população girava em torno de pouco mais de 129 mil pessoas, ela passou para quase 206 mil, no ano de 1900; correspondendo a um percentual de 59,41%. Em 1920, a população atingia a casa dos 283 mil moradores, numa variação percentual que corresponde a 37,7%. Após 1900 e antes de 1920, não houve nenhum recenseamento intermediário. Porém, tirando-se uma média grosseira dos números apresentados entre estas duas balizas, a cidade teria nos anos iniciais da década de 1910, momento em que se localiza o objeto desse estudo, algo em torno de 240 mil habitantes.

Embora esse crescimento demográfico tenha-se dado em ritmo considerado lento, ele foi suficiente para agravar os problemas já enfrentados pelos habitantes da cidade, sobretudo quando se lembra que a sua estrutura urbana permaneceu praticamente inalterada se comparada com aquela do início do século XIX. Assistiu-se, no decorrer do mesmo, aos melhoramentos de algumas ruas, muitas vezes, patrocinadas por particulares; houve a introdução dos serviços básicos de transporte, asseio e limpeza, iluminação e distribuição de água, mas todos apresentando falhas na execução. Nada de muito significativo e que representasse uma mudança substancial na estrutura da cidade ocorreu entretanto.² Quanto à arquitetura, continuou predominando os antigos casarões coloniais, muitos deles em estado precário de

² Katia Mattoso, *Bahia, Século XIX* (Rio de Janeiro, 1992), p. 439. A autora afirma que "até por volta de 1890, ruas e caminhos de Salvador conservaram-se tal como Vilhena os descrevera no início do século".

conservação. Tal coisa parecia não escapar à percepção dos próprios contemporâneos da remodelação, sendo por isso que inúmeras vezes Salvador foi designada de "cidade de Thomé de Souza", "velha capital" ou por epítetos de tom semelhante. Aliás, em torno da adjetivação de "velha" com que era a cidade constantemente distinguida, um editorialista do *Diário de Notícias* procurou explicar o porquê, onde se nota que era o aspecto secular dos edifícios o responsável pela qualificação:

A velha capital da antiga metropole, quando dizemos velha, não é em relação aos seus trezentos e oitenta e três annos de idade, mas sim, a seu aspecto colonial - está cheia de edificações seculares, de altas casas roídas, de paredes esboroadas, com grossos tóros de pau servindo-lhes de amparo, de numero consideravel de muros fendidos, tudo ameaçador, tudo em imminencia de desastres lamentáveis.³

A lembrança de uma época que se procurava renegar, pelo que ela lembrava de atraso, traçava o carácter mais visível, mais característico de Salvador: a sua feição colonial, facilmente notada na estrutura e na arquitetura.

Foi em meio a condições de modesta urbanização, de pequenas transformações arquitetônicas e estruturais que a cidade conheceu o seu crescimento demográfico. E um dos problemas mais graves da capital baiana, decorrente da conjunção da modesta urbanização com o crescimento demográfico, era o da saúde, onde o carácter endêmico de muitas doenças, convertidas periodicamente em surtos epidêmicos, era mais um legado do século XIX.⁴ Desde do início do período republicano, a varíola, a peste bubônica, a febre amarela, a febre tifóide, a disenteria e o impaludismo eram visitantes costumeiras da cidade. Ao longo da maior parte da República Velha, algumas foram, anualmente, responsáveis por mortes em índices tão

³ "Os desmoronamentos. Avisos do destino". (Editorial). *Diário de Notícias*, 12/10/1912, p. 1.

⁴ Sobre as epidemias no século XIX, ver Anna Amélia Nascimento, *Dez freguesias da cidade do Salvador* (Salvador, 1986), pp. 23-24 e 151-171.

alarmantes, que se pode dizer que seus agentes causadores mais do que visitantes já eram residentes fixos, instalados sob a forma de uma ameaça contínua à população. A essa lista de doenças que assolavam Salvador deve acrescentar-se a tuberculose.⁵

Como já se afirmou, concorriam de modo a estimular a propagação das doenças a precária infra-estrutura existente na cidade, a insalubridade das suas ruas e a própria educação higiênica da população. No Império, as condições das vias públicas eram descritas como deploráveis. Na Cidade Baixa, as ruas não tinham canalizações nem sistemas de esgoto, o calçamento era irregular e de péssima qualidade, um odor forte e desagradável incomodava as narinas dos transeuntes. Na Cidade Alta, a situação apenas melhorava um pouco, mas a má pavimentação, a falta de esgoto e de higiene, o acúmulo de lama também eram visíveis. Este estado de coisas ainda contava com a colaboração dos habitantes, que tinham o hábito de lançar as águas usadas e detritos produzidos no interior doméstico pelas janelas e portas; ou passavam com animais pelas ruas e, às vezes, até mesmo deixava-os mortos em plena via pública.⁶

Outros aspectos a caracterizar as ruas eram a estreiteza e o mal alinhamento. Realizava-se a construção de moradias e demais edifícios de acordo com a mera vontade do executante, não existindo a menor preocupação com a circulação, fosse do ar, da luz ou de pessoas, e sem qualquer respeito à linearidade.⁷ Criavam-se, desta forma, ruas estranguladas, desalinhadas e mal ventiladas. Quando a noite chegava, o que se via na cidade era uma iluminação considerada insatisfatória, devido a irregularidade e a insuficiência dos lampiões.

⁵ Jorge Uzeda, *A morte vigiada: a cidade do Salvador e a prática da medicina urbana (1890-1930)*, dissertação de mestrado, UFBA, 1992, faz uma descrição detalhada do "rodizio" dessas doenças na cidade. Ver, também, Mário Augusto da Silva Santos, *Sobrevivências e tensões sociais, Salvador (1890-19130)*, tese de doutorado, USP, 1982, pp. 140-145.

⁶ Mattoso, op. cit., pp. 438 e 442. Para meados do século XIX, há uma descrição das condições de asseio da cidade do Salvador em Onildo Reis David, *O inimigo invisível: a epidemia do cólera na Bahia em 1855-1856* (Salvador, 1996), pp. 25-32.

⁷ Mattoso, op. cit., p. 443.

Montada à base de óleo desde 1829, a iluminação foi progressivamente substituída pelo gás, a partir de 1856.⁸

Por meio da contratação do serviço de empresas particulares, que foram se substituindo ao longo do século, os órgãos públicos procuraram resolver ou ao menos minorar os problemas do desasseio, limpeza e saneamento da cidade, principalmente após a erupção das epidemias de febre amarela (1849-1850) e de cólera (1855-1856), bem como da iluminação. Não se diria, no entanto, que estas tentativas tenham logrado grandes resultados, haja visto que na passagem para a República e até às vésperas da década de 1910 — e mesmo por toda a primeira fase da República, que durou quarenta anos — a situação não fora muito diferente. O sistema de esgoto, o saneamento, a limpeza, o calçamento das ruas continuaram deficientes. Some-se a isso o abastecimento de água e a questão da carência e da higiene das habitações.

Saindo às ruas da cidade, agora na República, o viandante trafegava, do mesmo modo, por vias estreitas e desalinhadas, onde a circulação do ar e a penetração da luz se davam com dificuldade; diga-se, também, que elas eram mal calçadas. Seguindo os seus caminhos, observava-se detritos e dejetos depositados em plena rua, terrenos baldios acumulando lixo e excrementos de animais espalhados,⁹ devendo exalar dali um insuportável mau cheiro. O serviço de esgoto era inexistente, viam-se apenas canalizações que levavam diretamente para as ruas ou fundos das casas os detritos produzidos nos lares, escritórios de negócios e estabelecimentos comerciais. O abastecimento de água, por sua vez, era ainda, na sua maior parte, feito através de fontes, sendo o fornecimento por encanamento uma raridade.¹⁰

⁸ *Idem, ibidem*, p. 443; Pinheiro, *op. cit.*, pp. 33-34; Nascimento, *op. cit.*, pp. 46-48.

⁹ Uzeda, *op. cit.*, pp. 114-115.

¹⁰ *Idem, ibidem*, pp. 101 e 108.

A tentativa mais séria de se resolver os problemas do esgoto e do abastecimento de água na cidade, até os anos iniciais da década de 1910, deu-se quando da assinatura do contrato para a realização dessas obras entre a Intendência e o engenheiro Theodoro Sampaio, em 1905. Ele elaborou um ambicioso projeto de esgoto que se estenderia por vários distritos da capital, indo da Barra a Itapagipe, passando por boa parte da Cidade Alta (em logradouros localizados em Nazaré, Santana e São Pedro) e abarcando toda a área do Comércio e suas circunvizinhanças. As obras, entretanto, só foram efetuadas parcialmente, e mesmo assim em extensão muito restrita; vários locais nem tiveram a oportunidade de vê-las iniciadas.¹¹

Quanto ao abastecimento de água, o engenheiro Theodoro Sampaio conseguiu incluir no contrato referente ao serviço do esgoto obras que atendessem a esse serviço. Foi estabelecido um plano que alcançava uma vasta zona entre os bairros de Itapagipe e Rio Vermelho, não atingindo, contudo, toda a área da cidade estabelecida entre os dois bairros, algumas localidades ficaram excluídas do projeto. Em 1907, conseguiu se formar uma rede de distribuição que totalizava 89 quilômetros. Entretanto, não fora o suficiente para atender a toda demanda, permanecendo, assim, a carência do seu fornecimento em muitos pontos.¹²

No que diz respeito às habitações na cidade, apresentaram uma situação crônica por toda a República Velha. A carência era marcante, faltavam imóveis suficientes para abrigar a população, sobretudo nos distritos centrais — como Conceição, Pilar, Sé, São Pedro e Passo — que eram os mais povoados, devido às facilidades de locomoção e às oportunidades de trabalho que ofereciam para as classes mais pobres. Contribuíram no sentido do agravamento da situação as demolições realizadas com o objetivo de se fazerem melhoramentos urbanos, a

¹¹ Idem, *ibidem*, pp. 104-106. A partir do que escreve Uzeda sobre a extensão do projeto de esgoto elaborado pelo engenheiro Theodoro Sampaio, apenas Santo Antônio Além do Carmo e Brotas parecem ter ficado excluídos dos planos, sendo eles os únicos locais não citados pelo autor.

¹² Idem, *ibidem*, pp. 111-112.

exemplo das "obras de saneamento, eletrificação, implantação de novos meios de transporte e 'bota-abaxos'". As interdições sofridas por alguns imóveis em decorrência das suas condições de higiene e saúde, fossem em momentos de surtos epidêmicos a fim de conter a expansão das doenças ou fossem ocasionadas por uma política de prevenção e fiscalização, agudizavam mais o problema. Para completar o quadro, houve, nos mesmos distritos centrais, a tendência crescente da substituição de imóveis residenciais por aqueles voltados para negócios.¹³

Ocorreu, então, como modo de amenizar a situação para os inquilinos e meio de aumentar os lucros dos proprietários, uma subdivisão dos espaços alocados, que, alojando maior número de pessoas em quartos repartidos, aumentava a densidade de moradores por prédio alugado. E alimentando um círculo vicioso, isso constituía uma ameaça para a saúde pública e a dos indivíduos. Porém, a mais dura consequência resultante da reunião desse conjunto de coisas, que transformava a necessidade de habitação em um problema grave, foi a elevação dos valores dos aluguéis.

Por tudo que se viu, conclui-se que a vida em Salvador não era das mais fáceis. Isso devia-se ao fato de as condições gerais encontradas na cidade não permitir que melhor pudesse ser. Em 1912, ano em que se inicia o primeiro governo de J. J. Seabra, com seus planos de reformas civilizadoras, progressistas e modernizadoras, um jornalista faz um depoimento sobre a "triste" sensação de se viver em uma cidade como Salvador. Este depoimento encontra-se colocado em meio a um editorial que comenta justamente as conversas animadas, as discussões geradas entre a população, quando do anúncio dos melhoramentos pretendidos pelo governador, além de discutir a sua importância e pertinência (ou impertinência), bem como os entusiasmos e as incertezas que o intento suscitava:

¹³ Sobre o problema da habitação ver o artigo de Mário Augusto da Silva Santos, "Habitação em Salvador: fatos e mitos". In Stella Bresciani(org.), *Imagens da Cidade* (São Paulo, 1993), pp. 93-110. O trecho aspeado encontra-se na p. 103.

Somos os tristes moradores de uma capital onde existem todos os inconvenientes da vida em sociedade, sem nenhuma das suas vantagens; vida cara, desde os alugueis das habitações, até às exigências do vestuário; população densa; casas aglomeradas, mal arejadas e... pelo outro lado, quanto a vantagens, nada, desoladoramente nada.

Cerca de 300.000 pessoas quasi morrendo de tédio, sem diversões nem logradouros publicos, e, ainda a sombrear-lhes o espirito atribulado, a preocupação dos males epidemicos que vão ceifando, assustadoramente, a vida, tal como a febre amarella, o mal levantino, a variola, a desynteria e, com uma fúria innominavel, a tuberculose que leva para o seu activo dois terços do nosso obituario.¹⁴

O nosso informante desenvolve uma percepção da cidade e do significado de se viver nela onde somente os problemas davam a tônica. No modo como afirma não haver "nada, desoladoramente nada" das vantagens que a sociedade possa oferecer, observa-se a definição de um sentimento que era, muito possivelmente, comum, compartilhado por um vasto número dos seus moradores. Vida cara, população densa (imagine!, como deve ter sido grande o impacto causado no período o crescimento demográfico descrito acima!), casas inadequadamente construídas, surtos epidêmicos... E não ter diversões e logradouros públicos (certamente, refere-se a parques, praças e jardins) que aliviassem as tensões ou fizessem esquecer, por alguns instantes, as preocupações e todo o contragosto que se sentia ao enfrentar tais inconvenientes da urbe soteropolitana — não era isso, absolutamente, o ideal de cidade desejado.

O fato mostra-se mais grave quando se tem que, naquele momento, e em comparação ao século anterior (e mais especificamente, a sua segunda metade), Salvador conhecia uma relativa prosperidade econômica, ou, para ser mais preciso, uma tendência de recuperação que deixava as finanças melhor equilibrada, a qual era decursiva do incremento das atividades comerciais. A economia baiana, no século XIX, mantivera um caráter agrário-exportador. A produção de gêneros agrícolas tropicais voltada para o mercado externo (principalmente, açúcar, fumo e algodão) e a importação de produtos, como os designa Katia

¹⁴ "Em torno dos melhoramentos". (Editorial). *Diário de Notícias*, 25/06/1912, p. 1.

Mattoso, "suntuários" (a exemplo dos "tecidos, calçados, chapéus, porcelana, objetos de ouro e de prata, instrumentos musicais e certos gêneros alimentícios dispensáveis") conferiam ao comércio um papel preponderante. Ele era a principal atividade desenvolvida em Salvador, a quem cabia redistribuir as mercadorias importadas pelo interior da província, sendo, portanto, uma metrópole intermediária nas relações entre pequenas economias regionais e a grande economia internacional.¹⁵

Mas, fazendo-se um balanço geral, aquele foi um século de crises e instabilidade. A queda nos preços dos principais produtos exportáveis e o predomínio das importações sobre as exportações provocavam déficits sucessivos na sua balança comercial, sendo raros os anos em que se registraram superávits.¹⁶ O surto industrializante ocorrido na segunda metade do XIX, através da implantação das fábricas de tecido, talvez pudesse representar uma nova perspectiva para a economia baiana. Mas em meio a uma conjuntura desfavorável — caracterizada pela existência de um mercado consumidor regional pequeno, distância considerável dos principais centros do sul do país e pelo predomínio do capital comercial —, o impulso industrializante logo involuiu.

Na República, a estrutura permaneceria a mesma: agro-mercantil. Mas analisada no conjunto, os anos que se sucederam à instalação do novo regime foram de recuperação da economia, distinguindo-se nele apenas uma fase de crise.

Katia Mattoso e Mário Augusto da Silva Santos¹⁷ reconhecem três momentos para a economia baiana na Primeira República. O primeiro seria entre 1889/90 e 1897, onde o

¹⁵ Mattoso, op. cit., pp. 487-489.

¹⁶ Mattoso, op. cit., pp. 514-516.

¹⁷ Katia Mattoso, *A cidade do Salvador e seu mercado* (São Paulo/Salvador, 1978), pp. 350-351; Santos, *Sobrevivência e tensões sociais*, p. 33-37. As informações sobre as fase da economia baiana na Primeira República têm por base estes dois trabalhos.

encilhamento, a alta nos preços dos produtos agrícolas, a solidificação do cacau como gênero de exportação e a exportação compensatória de novos produtos (como a borracha e os carbonados) teriam estimulado uma recuperação econômica. Em seguida, vem a depressão, entre 1897 e 1905, motivada pela crise da economia europeia, pela política que adotou o governo federal para sanear as finanças do país, pelas dificuldades em torno da produção e comercialização do açúcar, pela flutuação dos preços do cacau e pelas secas que atingiram inclusive o litoral. Por fim, entre 1906 e 1928, nova recuperação com o restabelecimento dos preços dos principais produtos agrícolas e a maior diversificação nas transações comerciais com a entrada de novos produtos na pauta de exportação.

Nota-se, então, que foi a expansão da atividade mercantil que veio permitir o crescimento econômico. Entre o período de 1889 e 1928, trinta e nove anos, portanto, somente em oito a economia sofreu maiores dificuldades. Nos outros anos, os negócios foram, de um modo geral, favoráveis, existindo um predomínio regular das exportações sobre as importações. Uma certa estabilidade econômica parece ter sido a característica deste contexto, distinguindo-se assim, visivelmente, por este aspecto, daquilo que ocorreu no século XIX.

Cidade comercial — que atuava como centro intermediário entre os núcleos produtores e consumidores de gêneros agrícolas tropicais produzidos na Bahia, por um lado, e os núcleos produtores e consumidores dos artigos importados, por outro —, Salvador foi quem mais tirou os proveitos do incremento desta atividade. E como efeito do crescimento comercial, o seu porto possuía um movimento dos mais intensos, encontrando-se entre os principais do país.¹⁸

¹⁸ Segundo Mário Augusto da Silva Santos, "Crescimento urbano e habitação em Salvador". In *RUA Revista de Arquitetura e Urbanismo*, v. 3, 4/5 (1990), p. 20, o porto de Salvador perdia apenas para os portos do Rio de Janeiro e Santos (SP), sendo, portanto, o terceiro do país.

A consequência da projeção do comércio na economia foi que os membros da burguesia comercial assumiram um papel de destaque na sociedade baiana. O contato, por meio dos negócios, com os estrangeiros, na maior parte de origem europeia, desenvolveu aspirações de aproximação com os mesmos — aliás, havia uma significativa presença de estrangeiros, estabelecidos na cidade, atuando na área comercial e financeira.¹⁹ Ao mesmo tempo, exigiam a preservação dos seus negócios com os melhoramentos nas áreas próximas ao porto, repletas de armazéns, lojas e escritórios comerciais, onde eram visíveis todos os problemas decorrentes da falta de infra-estrutura e da má estética urbana, bem como do deficiente serviço de asseio e limpeza da cidade, os quais já foram apontados. O estado de insalubridade e má conservação do centro comercial da cidade, no distrito da Conceição da Praia, favorecia enormemente às epidemias. Isso terminava intimidando os navios de aportarem em Salvador, afastando os negociantes estrangeiros. Acrescente-se que o próprio porto não oferecia uma boa estrutura para comportar o grande movimento das embarcações de cabotagem e longo curso.

Ideais de civilização

Diante dos problemas apresentados na cidade, precisava-se definir ações e estratégias que estimulassem as suas resoluções. Era necessário promover um outro tipo de sociabilidade para os seus habitantes, fundada em novos modos e normas de vida, assim como em idéias modernas. Era num contexto de crescimento das cidades, com todos os seus efeitos, e de desenvolvimento de um sistema internacional de relações e trocas, decorrente da expansão capitalista, verificada a partir da segunda metade do século XIX, que se formularam as idéias

¹⁹ Fundação Centro de Pesquisas e Estudos — CPE (Bahia), *A Inserção da Bahia na Evolução Nacional*, 2ª Etapa: 1890-1930 (Salvador, 1980), pp. 69-76.

de reorganização das cidades a partir das aspirações civilizadoras, progressistas e modernizadoras. Pode-se mesmo afirmar que as cidades estavam destinadas à civilização.

Civilizar, progredir, modernizar eram as palavras de ordem adotadas por certos segmentos sociais mais ilustrados e elitizados, entre os quais podem ser citados os dirigentes políticos, médicos sanitaristas e higienistas, educadores²⁰ e jornalistas. Toda uma preocupação civilizadora, progressista, modernizadora ganhou força neste momento, passando a orientar as intervenções, transformações, reordenações que deveriam se realizar na cidade. É preciso dizer que não se tratava de um discurso novo, engendrado no período republicano pelos defensores das reformas na cidade. Tais intenções são reconhecíveis ainda no Império brasileiro, basta citar o exemplo significativo que nos é dado pelo episódio da Cemiterada, ocorrido em 1836, onde a proposta de criação de cemitérios afastados dos núcleos mais centrais da cidade e de extinguir-se, em consequência, o costume de se enterrar os mortos em igrejas incorporava a noção de civilizar como elemento justificador da necessidade de se adquirir novos hábitos de higiene.²¹ Falava-se, também, a partir de meados do século XIX, em impedir o alastramento da mendicância e a contenção da sua presença pelas ruas da cidade como uma exigência civilizadora: os mendigos contrariavam "ao impulso modernizador".²² Ocorreu, entretanto, uma intensificação desse discurso no contexto seguinte, visto as premências que se colocavam.

As formas derivativas das expressões civilizar e progredir foram muito comumente empregadas nos jornais, recebendo acentuação das mais diversas, em frases como: "a nossa falsa civilização..."; "se fala em progresso e adeantamento..."; "em todos os grandes centros civilizados..."; "uma cidade civilizada..."; "com o progresso que indubitavelmente estamos

²⁰ V. Micael Herschmann & Carlos A. M. Pereira (org.), *A invenção do Brasil moderno* (Rio de Janeiro, 1994).

²¹ V. João Reis, *A morte é uma festa* (São Paulo, 1991), especialmente os capítulos 10 e 11, denominados "Civilizar os costumes (I) e (II)"

²² Walter Fraga Filho, *Mendigos, moleques e vadios* (São Paulo/Salvador, 1996), pp. 142-144.

vivendo..."; "a luz da civilização se derrama sobre a Bahia..."; "a Bahia civiliza-se".²³ O julgamento, a avaliação ou a crítica do estágio em que se encontrava a cidade eram feitos, então, por meio dessas palavras, estando ela mais próxima ou mais distante da verdadeira civilização, em avançado ou atrasado estágio de progresso. É desta observação que resulta o questionamento de quais noções compunham a idéia, tão insistentemente veiculadas nos jornais, de civilização e progresso, de quais parâmetros definiam a civilização e o progresso pretendidos.

Segundo Nobeit Elias, o conceito de "civilização" refere-se a uma grande variedade de fatos ao nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às idéias religiosas e aos costumes. Pode referir-se ao tipo de habitações ou à maneira como homens e mulheres vivem juntos, à forma de punição determinada pelo sistema judiciário ou ao modo como são preparados os alimentos". Nestes termos, e genericamente falando, nada se excluiria ao conceito, não havendo o que não pudesse "ser feito [ou pensado] de forma 'civilizada' ou 'incivilizada'". Para ele, no entanto, a sua peculiaridade fundamental é o fato de expressar a "consciência que o Ocidente tem de si mesmo".²⁴

Conclui-se então pelo caráter etnocêntrico que a idéia de civilização traz embutida, pois são os valores e elementos próprios da cultura ocidental, dos quais se tem um grande orgulho, aqueles tomados como parâmetro: "o nível de sua tecnologia, a natureza de suas maneiras, o desenvolvimento de sua cultura científica ou visão de mundo, e muito mais". Os países europeus punham em relevo as suas conquistas nas mais variadas dimensões, destacando a importância que tinham para o progresso, não somente da Europa mas de toda a humanidade, difundindo-as por todos os cantos. A apropriação da idéia de civilização foi

²³ Respectivamente, *Diário de Notícias*, 13/09/1912, p. 1; 13/11/1912, p. 1; 03/04/1913, p. 1; 13/08/1913, p. 1; 13/01/1914, p. 1; 02/09/1915, p. 1; *A Tarde*, 29/05/1915, p. 2.

²⁴ Nobeit Elias, *O processo civilizador, V. 1: uma história dos costumes* (Rio de Janeiro, 1994), p. 23.

realizada, em maior medida, por franceses e ingleses, principais depositários da missão de semeá-la pelo mundo.²⁵

A noção de civilização foi prontamente internalizada por diversos segmentos das elites brasileiras. E muitas das componentes que lhe caracterizava estavam presentes nas projeções formuladas para as nossas cidades. Vejamos a questão um pouco mais detidamente.

No Brasil, tinha-se, inicialmente, que era a aproximação aos modelos culturais europeus, nos seus aspectos mais abrangentes e variados, um dos principais fundamentos definidores da civilização e do progresso, que eram, na verdade, em muitas medidas termos correlatos, abarcando um mesmo espectro de elementos. No momento da virada do século XIX para o XX, civilizar — não apenas em Salvador, mas, de um modo geral, na ideologia das elites brasileiras — era "ficar em pé de igualdade com a Europa no que se refere a cotidiano, instituições, economia, idéias liberais etc."²⁶ Assim, correspondia ao ideal das elites (cujos membros pareciam nutrir um forte "desejo de ser estrangeiros")²⁷ para a sociedade brasileira, a realização "nos trópicos de uma civilização européia".²⁸ Este aspecto reforça a imagem de que a construção da identidade nacional para as elites, neste período, sempre passava pela tentativa de imitação ou representação da cultura européia nas terras pátrias.

Desta forma, o juízo de civilização que se formulava adquire logo de início um vínculo inextricável com padrões de cultura, sociedade, ordem, estética, infra-estrutura e cidade típicos dos centros mais adiantados da Europa e, por vezes, dos Estados Unidos, os quais possuíam a qualidade especial de referências de civilização. Daí, Paris e Londres, mais destacadamente, e Berlim, com surpreendente relevância, tornarem-se os exemplos recorrentes e

²⁵ Idem, *ibidem*, p. 23-24.

²⁶ Herschmann & Pereira, "O imaginário moderno no Brasil", p. 12.

²⁷ Nicolau Sevcenko, *Literatura como Missão* (São Paulo, 1995), p. 36.

²⁸ Pinheiro, *op. cit.*, p. 16.

frequentes de centros altamente civilizados. Além deles, faziam-se citações a outras localidades européias, como a Viena e a Roma.²⁹ Parece, assim, que desde que estivesse se referindo a algum centro mais desenvolvido da Europa qualquer lugar seria civilizado.

Logo, os modelos a serem seguidos e as soluções para os problemas identificados em Salvador eram comumente apontados tomando-se por parâmetro as experiências em curso nestas cidades. Vejamos alguns bons exemplos disso. O primeiro faz parte do conteúdo de um editorial que discute a importância da existência de uma guarda civil como o modo de se reconhecer a civilização da cidade, sendo generalizante na sua afirmação e referindo-se indistintamente aos centros europeus e norte-americanos:

*Todas as grandes cidades européas e americanas, por mais intensa e cosmopolita que seja a sua população, têm a sua guarda civil, disciplinada e querida.*³⁰ (Grifo do autor)

O segundo circunscreve sua referência a três importantes centros europeus. Nele indica-se um destino que poderia ser dado aos resíduos do lixo produzido na cidade, a fim de melhorar as suas condições de asseio:

*Trata-se, presentemente em Londres, Paris e Berlim, de aproveitar o calor desenvolvido por esta combustão [dos resíduos] para fazer mover dynamos etc., transformando-se assim em electricidade aquillo que era uma simples imundicie.*³¹ (Grifo do autor)

E apenas mais um terceiro, que repetindo as cidades, aborda um outro fato, no caso o "culto" e a preservação que as árvores nelas mereciam, enquanto, em Salvador, viviam sob a constante ameaça das "picaretas progressistas" postas em ação na cidade durante o governo de Seabra:

²⁹ E até mesmo, inusitadamente, apareceu uma referência a Petrogrado como grande centro civilizado. *Diário de Notícias*, 20/09/1915, p. 1.

³⁰ "A Guarda Civil". (Editorial). *Diário de Notícias*, 07/10/1912, p. 1.

³¹ *A Tarde*, 10/11/1913, p. 1.

Citamos exemplos varios e recentes da estima e cuidados que em toda parte merecem as arvores nos centros cultos: em *Londres*, em *Paris*, *Berlim* orçam por dezenas as que vicejam no meio das cidade e muitas vezes, por não serem sacrificadas, determinaram a modificação de um traçado da avenida ou da planta de um palacio.³² (Grifo do autor)

Era, a princípio e primordialmente, aos centros europeus que se remetiam os jornalistas, estes avaliadores da civilização da cidade. E esse referencial mostrava-se tão marcante que terminava por refletir-se na preocupação com o olhar dos "estrangeiros dos países civilizados"³³ em relação à cidade. Nos momentos de maior desencanto com a civilização da cidade, exacerbava-se as críticas que lhe eram dirigidas e comparações começavam a ser estabelecidas a partir dos exemplos nacionais. E como afirmou um editorialista, "para não citarmos outros países, citemos o nosso mesmo".³⁴ Assim, as capitais e estados brasileiros que houvessem passado por uma modernização — obviamente, civilizadora, é bom que se diga — ou estivessem em processo significativo de progresso material ou social também podiam representar referências a serem seguidas, despertando, como diziam os próprios, a nossa vergonha:

É uma tristeza, é uma vergonha nossa, quando lemos, quando vemos, quando ouvimos o que se vae lá pelo sul, por S. Paulo, por Minas Gerais, pelo Rio de Janeiro, pelo Paraná, por Santa Catharina, pelo Rio Grande do Sul.³⁵

E, também, a inveja:

E quando ouviamos, quando liamos, quando sabiamos o que é S. Paulo, o que é o Rio de Janeiro, o Paraná, Santa Catharina, Rio Grande do Sul, Pará, Amazonas, com suas avenidas extensas, suas ruas largas, seus edificios elegantes, seus theatros, seus jardins, sua illuminação magnífica, para o gozo, o

³² *A Tarde*, 08/05/1914, p. 1.

³³ "De móveis às costas". (Editorial). *Diário de Notícias*, 15/07/1912, p. 1. Essa preocupação deverá ficar mais caracterizada nos próximos capítulos, quando forem discutidas as cenas de anti-civilidade.

³⁴ "As Fontes Públicas". (Editorial). *Diário de Notícias*, 08/02/1912, p. 1.

³⁵ "Posturas Municipais". (Editorial). *Diário de Notícias*, 15/03/1912, p. 1.

conforto, o bem estar de todos da sua população, ricos e pobres, nos invejamos o bom fado que há presidido à vida daquelles departamentos felizes do nosso paiz.³⁶

Os lugares citados, por certo, passaram ou passavam por um processo de melhoramentos pelos moldes europeus. Conhece-se mais detalhadamente os processos do Rio de Janeiro — capital federal e principal centro comercial do país no período, civilizada pelas obras do prefeito Pereira Passos — e de São Paulo — em intenso crescimento, conforme vimos, em função da economia cafeeira e das primeiras iniciativas industrializantes. Em se tratando de modelos nacionais, foram estes dois lugares os mais insistentemente mencionados, sobretudo o primeiro deles. Não deve, contudo, causar estranheza a menção aos outros locais. Sabe-se que o fenômeno da modernização foi abrangente e teve enorme repercussão pelas diversas capitais regionais brasileiras.³⁷ O Pará e o Amazonas, por exemplo, conheceram um grande desenvolvimento nas décadas iniciais do século XX, propiciado pelas riquezas geradas pela produção da borracha, que se fizeram refletir nos melhoramentos urbanos e na intensidade da vida cultural das suas respectivas capitais.³⁸ Já em Minas Gerais, construiu-se uma capital inteiramente nova: Belo Horizonte.

A capital da Bahia parecia estar em situação de desvantagem em relação àquelas dos demais estados, e, talvez, o apelo aos tão próximos exemplos nacionais procurassem demonstrar que no Brasil era possível realizar-se a ação civilizadora. Como será visto em um dos próximos capítulos deste estudo, por oposição, aquilo que não fosse relacionado ao padrão europeu de civilidade era, prontamente, identificado como colonial, prática de "roça" e "arraial" ou caracteristicamente africano.

³⁶ "De móveis às costas". (Editorial). *Diário de Notícias*, 15/07/1912, p. 1.

³⁷ Pinheiro, op. cit., p. 1.

³⁸ June Hamner, *Pobreza e Política* (Brasília, 1993), p. 168.

Visto que eram os modelos europeus aqueles buscados, a questão que agora se coloca é a seguinte: quais características marcavam, demonstravam que a cidade havia ou não atingido o tão almejado grau de civilização? O que vinha a ser uma cidade civilizada numa dimensão prática e perceptível no dia a dia?

Formular, a partir dos jornais, uma noção do conjunto de elementos que constituíam os padrões e critérios nos quais se enquadrava uma cidade dita civilizada, remete-nos à discussão de aspectos variados. Logo de início, civilizar adquiria uma afinidade com progresso e modernização — ou como aparece no jornal, "as necessidades da vida moderna"³⁹ —, inúmeras vezes aparecendo associados. Mas estes termos, citados assim, isoladamente, também não nos dão uma maior precisão dos sentidos assumidos, não passando de mais duas expressões generalizantes que também correspondiam a aspirações elaboradas pelas elites. A análise dos contextos em que apareciam as palavras civilizar (ou civilizado, civilização, civilidade), progredir (ou progresso), modernizar (ou modernização, moderno), nas matérias e editoriais jornalísticos, foi que permitiu construir algumas das acepções em que elas se transmudavam, as conotações que adquiriam.

Assim, pode-se afirmar que à civilização correspondia "desenvolvimento material, instrução, gosto artístico, educação". Ela, também, "quer[ia] dizer ordem, [...] trabalho, [...] disciplina, garantias à vida e da propriedade alheia".⁴⁰ Era, notadamente, um tipo de sensibilidade burguesa que orientava as apreensões feitas da palavra. Ordem, trabalho e estética foram as premissas básicas, a partir das quais se abriu uma série de projeções civilizadoras.

³⁹ "Nacionais e estrangeiros". (Editorial). *Diário de Notícias*, 20/10/1915, p. 1.

⁴⁰ Respectivamente, "Reflexões... Vanitas... Vanitas super omnia". (Editorial). *Diário de Notícias*, 30/07/1912, p. 1; "O despolicamento da cidade. E a Bahia civiliza-se". (Editorial). *Diário de Notícias*, 31/08/1915, p. 1.

Além de tudo que foi até então colocado, à civilização correspondia ter algumas preocupações sociais, a necessidade de uma ordem (pública e social), ter a vida na cidade normatizada, distinguir-se por gosto e práticas elegantes, realizar melhoramentos na paisagem e possuir bons serviços de infra-estrutura. Tudo isso dizia respeito à civilização no tocante às idealizações para as cidades e seus habitantes, visto que podiam relacionar-se ainda aos aspectos da ordem econômica e política. E pragmaticamente falando, seria a intervenção na paisagem física e estética da cidade (a remodelação urbana), a higienização dos espaços, a introdução de tecnologias modernas, a regulamentação e organização da vida urbana, a moralização dos costumes, a aquisição de hábitos cultos, a prestação de assistência pública.

Vejamos algumas demonstrações que corroboram a minha argumentação.

A remodelação urbana talvez fosse a pedra de toque do projeto modernizador, e é um dos objetos mais ilustrativos da civilização de uma cidade, que assim poderia adquirir "a feição moderna das adeantadas *urbes* européas"⁴¹. Era justamente isso que nos dizia Maria Lúcia, uma articulista do jornal *A Tarde*, quando afirmava que a cidade vinha "substituindo o aspecto sombrio da arquitetura colonial pela physionomia alegre dos centros de civilização".⁴² Esta aceção estava reforçada em manchete estampada no mesmo jornal, "A Preguiça Civilisasse. Um prédio que se embelleza e um depósito de inflammaveis",⁴³ noticiando os melhoramentos que se iam realizando em prédio ali instalado e a proposta da construção de um depósito de materiais no mesmo local. E neste sentido, multiplicavam-se exemplos que identificam a civilização da cidade aos seus melhoramentos materiais, à remodelação:

⁴¹ "Arborização da cidade. Escolha de Vegetais". (Editorial). *Diário de Notícias*, 21/01/1913, p. 1.

⁴² Maria Lúcia, "Sete Dias". In *A Tarde*, 27/10/1913, p. 1.

⁴³ *A Tarde*, 19/07/1915, p. 1

A Bahia remodelada, a Bahia transformada, n'uma cidade moderna, em que aos requintes da architectura se irmanassem os requintes do gosto, da civilização, do progresso em todas suas diversas modalidades, era o sonho acalentado pelos bahianos desde ephocas remotas.⁴⁴

Ou ainda:

Remodelar, vivificar, restaurar em toda a sua grandeza, quer no traçado das avenidas, do melhoramento da architectura dos prédios em construcção, dos esgotos, da drenagem do sólo, calçamento de ruas e praças, arborisação em alamedas como ostenta a bella Paulicéia, quer nos costumes populares que precisam o mesmo trabalho de correcção, de melhoramento, os quais não têm concorrido menos para que se menoscabe da nossa civilização, eis um bello programa a executar.⁴⁵

A perfeita estética urbana aliada às obras de infra-estrutura e aos serviços modernos foi o ideal perseguido. Pretendia-se a reforma ou construcção de edificações que obedecessem a um estilo moderno, em substituição aos velhos casarões coloniais que caracterizavam a cidade. Desejava-se uma cidade com ruas bem calçadas e arborizadas, e onde se encontrassem vários parques e praças, espaços de passeio e lazer para os habitantes. Um dos exemplos mais repetidos era o das árvores como elemento de estética urbana:

Em todas cidades civilizadas, ao longo dos passeios se cultiva a árvore ornamental.⁴⁶

E o ideal estético por vezes redundava em certo grau de sofisticação, em que a qualidade artística se tornava uma exigência imprescindível:

Se a cidade é civilizada, mo[derna], se o espírito dos seus administradores obedecem a uma orientação artística e os cofres publicos permitem, as fontes são de mármore, de bronze, elegantes, [s]untuosas, como os nossos chafarizes da Piedade e do Terreiro.⁴⁷

⁴⁴ "Quem começa pelo fim acaba no principio". (Editorial). *Diário de Notícias*, 19/07/1913, p. 1.

⁴⁵ "Mercado ao ar livre". (Editorial). *Diário de Notícias*, 05/03/1912, p. 1.

⁴⁶ *A Tarde*, 24/01/1916, p. 1

⁴⁷ "Fontes publicas". (Editorial). *Diário de Notícias*, 08/02/1912, p. 1.

Sinais de civilização foram também identificados à manutenção de modernos serviços urbanos, caracterizados pela boa qualidade e regularidade na sua prestação. Esperava-se isso de serviços como a viação urbana, o fornecimento de energia elétrica, o abastecimento de água, dentre muitos outros. Merece, entretanto, um certo destaque, os serviços da limpeza, do saneamento e do asseio da cidade que deveriam ser realizados "à moda das cidades civilizadas, feito por modernos e higiênicos processos".⁴⁸ Estes elementos estavam intimamente associados às obras de infra-estrutura no seu aspecto prático, ou seja, à necessidade de sistemas de esgoto. Ao mesmo tempo, relacionava-se a uma preocupação com a própria conservação, com a qualidade de vida das pessoas, numa perspectiva, digamos, teleológica⁴⁹ — ambos objetos da civilização.

Transpondo os melhoramentos materiais, infra-estruturais e dos serviços, a civilização da cidade era também avalizada tendo como base um novo enfoque: a existência de códigos normativos que servissem para regular adequadamente a vida urbana, os quais foram encarados como complementos indispensáveis para o estabelecimento de uma ordem civilizada, e que corretamente seguidos atuariam em prol da coletividade:

A civilização impõe preceitos, traça normas, estabelece formulas que podem ser tidas como sacrificios ou exigências para os espiritos rotineiros e comodistas, mas que são necessários, urgentes mesmos, para a grande colectividade que constitui a população de uma cidade, bairro ou simplesmente rua. Com a marcha vertiginosa do progresso... novas ou pelos menos modificadas devem ser as leis ou bases que regem a sociedade e regulam os seus actos e presidem as suas exigências. Se assim não fora, deixaria de existir progresso; a civilização seria uma simples figura imaginativa, os melhoramentos não se verificariam na sua plenitude [...].⁵⁰

⁴⁸ *A Tarde*, 25/07/1915, p. 1.

⁴⁹ A relação entre civilização, higiene e conservação da vida é feita no editorial supracitado "Reflexões... Vanitas... Vanitas super omnia". (Editorial). *Diário de Notícias*, 30/07/1912, p. 1.

⁵⁰ "Regulamentação de Veículos". (Editorial). *Diário de Notícias*, 27/02/1912, p. 1.

As normas a serem seguidas estavam assentadas na preocupação com as formas da sociabilidade urbana, elas serviriam para impedir práticas abusivas ou que resultassem em prejuízo para a coletividade. Por isso, deveriam tratar da regulamentação do trânsito (dos veículos e seus motoristas); dos mercados livres, que deveriam seguir regras de higiene; dos horários e modos de levar-se o lixo às ruas ou de fazer-se a sua coleta; do trabalho nas vias públicas, a fim de não se tornar um incômodo ou impedimento à movimentação das pessoas pelas ruas, bem como a favor da higiene e do asseio; dos abusos que representassem uma agressão à tranquilidade doméstica, a exemplo do barulho noturno; e outros tantos aspectos que caracterizam a vida em cidades. E assim, conforme comentava um editorialista, a fiscalização para que se cumprisse o código de posturas municipais então vigente faria com que todos entrassem *"no áspero, mas belo caminho da disciplina, em bem da higiene, em bem da estética, em bem do adiantamento, do progresso, da civilização..."*.⁵¹ (grifo do autor)

Permanecendo nesse aspecto da ordem, e tendo por evidente objetivo zelar por ela, era imprescindível uma guarda civil, desarmada, cujos homens quando em ação fossem o "tipo de urbanidade, do cavalheirismo, da polidez, da prudência e da moderação, sem quebra da autoridade".⁵²

Havia ainda um vasto número de coisas definidoras da civilização, embora não tivessem elas merecido uma abordagem tão específica quanto as que foram colocadas acima, de um modo em que se dissesse clara, direta e objetivamente que tal coisa "era", "fazia parte", "correspondia", "se avaliava por" civilização. Mas, de qualquer modo, eram mencionadas, mesmo que secundariamente, como matérias da civilização e do progresso, produtos de um mundo moderno e tratados em contextos em que apareciam tais palavras. Algumas estavam

⁵¹ "Posturas municipais". (Editorial). *Diário de Notícias*, 15/03/1912, p. 1.

⁵² "A Guarda Civil". (Editorial). *Diário de Notícias*, 07/10/1912, p. 1.

mais próximas de idealizações, visto inexístirem na cidade; outras tornavam-se cada vez mais palpáveis e, por vezes, bastante visíveis, conquanto as suas melhores referências ainda estivessem no estrangeiro.

Dentre estes, tinha-se a preocupação com questões sociais, que podia ser representada, por um lado, no cuidado com a habitação e o transporte popular; e por outro lado, no cuidado com a assistência pública, com casas correcionais e escolas profissionalizantes para a infância desvalida, casas correcionais para vadios e criminosos, abrigos noturnos para indigentes e miseráveis, hospitais para alienados, entre outros. Tinha-se, ainda, um anseio pela extensão da instrução pública. Havia, também, uma expectativa da adoção de estilo de vida e hábitos cultos ou elegantes, que abrangiam desde a moda à cultura dos indivíduos, ou seja, "uma vida nova, de relações sociais, de salão com espírito de palestra e graça no vestir-se".⁵³ E mais, mecanismos de controle sobre os modos de vida populares e algumas das suas tradições, que deveriam caracterizar-se por comedimento e racionalidade. Por fim, a introdução de modernas tecnologias ou inovações técnicas na cidade, tais como: o cinema, o telefone, a eletricidade, o automóvel.

De modo geral, as noções até aqui assinaladas dos elementos que designariam e comporiam a civilidade da cidade apontavam sempre para as vantagens que sua incorporação representaria. Elas nos trazem a impressão de que a adição de cada um dos seus elementos resultaria em um ganho positivo, visto resultarem em benefício, progresso, "modernismo". No entanto, nem tudo que integrava as noções de civilização teria sempre este carácter. Também advinha da civilização, constituindo a sua "cauda" — expressão esta localizada nos jornais e interessantíssima, pois sintetiza muito bem a percepção que se tinha do problema, parecendo

⁵³ K., "Mundanas e Sociais. Trechos" (Coluna). In *A Tarde*, 21/07/1914, p. 3.

significar um seu prolongamento indesejável ou desnecessário —, certos ganhos negativos, que podem ser considerados males da civilização. Eram eles as coisas que se convertiam em problemas de difícil solução ou conduziam para comportamentos "desmoralizantes", "licenciosos", "viciosos", portadores de efeitos maléficos para o convívio e a integridade social, bem como para a integridade do indivíduo. Ou aqueles que, no mínimo, resultavam prejudiciais à coletividade em virtude da sua introdução em condições não tão propícias para que deles se retirassem somente proveitos.

Incluam-se entre os males da civilização os crimes, o alcoolismo, o jogo, o castigo, o charlatanismo, a bruxaria — como se afirmava, eles compunham "a plethora dos vícios, que inevitavelmente formam a cauda dos núcleos de civilização".⁵⁴ Estas práticas eram mais comumente associadas a hábitos bárbaros, mas, de todo modo, é muito interessante notar como foram de fato tomados como produtos, ou subprodutos, da civilização e do progresso:

O que vai de vício, de ruindade pelo coração da cidade, à nossa vista e que não percebemos, daria para um quadro hediondo. Temos progredido e o progresso traz na cauda grandes males sociais, que se justificam como os percalços infalíveis da civilização... "in cauda venenum".

[...] Os vícios pululam em toda a parte como as chagas se alastram pelo corpo de um lazaro.

Os crimes de sangue, o assassinio pelo roubo, pelo amor ludibriado, pelo alcoolismo ou a perversidade fria [...].

Os tentáculos do polvo não se distendem apenas aos centros da jogatina, do castigo, da prostituição e da malandrice que medram às escancaras, tranquilamente como uma indústria lícita. Não são menores os malefícios que a baixa exploração do charlatanismo cava em todas as classes sociais, maxime nas menos letradas, em que falsos "spiritas" e autênticos "paes de terreiro" fazem pela vida própria e tosquiam a alheia.⁵⁵

Já o automóvel era o símbolo por excelência do progresso e da civilização, mas que, em função da inexistência de uma regulamentação que permitisse a sua circulação em

⁵⁴ *A Tarde*, 01/05/1915, p. 5.

⁵⁵ *A Tarde*, 06/12/1915, p. 1.

condições de segurança para os transeuntes, terminava por ter as suas vantagens anuladas, a ponto de representar um mal. Motoristas inábeis, em corridas vertiginosas pelas ruas de "péssimo calçamento" da cidade, causavam constantes acidentes, colocando em perigo a vida das pessoas. Desta forma, nas palavras de um editorialista do *Diário de Notícias*, "as vantagens do progresso, com o automovel, desaparecem".⁵⁶

Mesmo sendo esses males considerados inevitáveis, isso não significava que não deveriam ser atacados, sujeitando-se a eles resignada e passivamente; muito pelo contrário, como uma própria exigência da civilização, era preciso buscar soluções que minorassem os seus efeitos, pois o progresso constituía um aperfeiçoamento constante.

Todos esses elementos mencionados, apontavam para a vontade de construir uma cidade que seria um modelo ideal de civilidade, progresso e modernismo. As projeções, que aí se faziam, abriam-se para as mais diversas dimensões que caracterizam a vida urbana, abrangendo desde a ordem material até a ordem social e cultural. Nesses ideais que se formulavam, presidia um mesmo tipo de sensibilidade burguesa que se notava nas pretensões civilizadoras que caracterizam a modernização do Rio de Janeiro e a de São Paulo do período, sendo que na capital federal existia, sob vários aspectos, uma nítida tendência de afrancesamento.⁵⁷

Mas Salvador não era o Rio de Janeiro, à época concentrando os papéis de centro administrativo, político, financeiro, cultural e de mais importante cidade portuária do país. Tampouco era a São Paulo centralizadora dos negócios do café, o principal produto da economia agro-exportadora brasileira, e núcleo de um movimento industrializante. Tais

⁵⁶ "Fiscalização de Veículos". (Editorial). *Diário de Notícias*, 14/08/1912, p. 1.

⁵⁷ Sobre o Rio, v. Sevcenko, *Literatura como missão*, pp. 29-41; Needell, op. cit., pp. 55-73. Sobre São Paulo v. Rago, op. cit., p. 168. V. também Pinheiro, op. cit., pp. 8-10.

características deixavam estes dois locais em melhores condições para que as suas elites tivessem levado ou procurassem levar a efeito as aspirações civilizadoras, progressistas e modernizadoras. Não só por atraírem maiores investimentos, como pelo fato de serem os centros mais dinâmicos da vida nacional, estando mais inseridos na ordem de produção capitalista. Por isso, a civilização, o progresso e a modernização adquiriram nelas um caráter imperativo.

Salvador, conquanto o incremento comercial que conheceu no período, vinha em lento descenso no que diz respeito à sua participação no quadro político e econômico nacional. Por isso, não conseguia exercer a mesma atração que o Rio e São Paulo. Daí, é possível que o desejo de civilização da cidade tenha-se dado muito mais pelas influências e inspirações de um momento em que o ideal positivista de progresso dominava largos segmentos da sociedade brasileira, certamente como meio de se integrar em condições de maior proeminência na ordem capitalista. Contudo, em razão da situação periférica de Salvador em tal ordem, a civilização que a cidade conheceu terminou por formar uma imagem de obra incompleta e inacabada...

CAPÍTULO 2 — A CIVILIZAÇÃO IMPERFEITA: A REMODELAÇÃO E OUTRAS CENAS DE

CIVILIDADE

Os jornais que circulavam em Salvador, na década de 1910, revelavam uma cidade pensada nos seus diversos aspectos e avaliada nos seus inúmeros problemas em termos comparativos aos elementos característicos da civilização e do progresso. Tudo que dissesse respeito à cidade se convertia (ou deveria se converter) em objeto de civilização. Residia, assim, no íntimo de muitos soteropolitanos, a vontade de ver a capital baiana transformada em um exemplo expressivo do que as boas intenções modernizadoras poderiam fazer em uma cidade.

Salvador, que fora a primeira capital do país, o segundo maior centro urbano brasileiro durante o século XIX e, conforme se dizia, uma cidade que sempre estivera em plano destacado no cenário nacional, encontrava-se, então, em uma posição considerada como de atraso nos caminhos do progresso. Capitais menores, fosse em população, fosse em projeção política, econômica ou cultural, eram apontadas pela ação que empreendiam em prol do desenvolvimento e da civilização. Enquanto isso, Salvador se mantinha inerte, paralisada no tempo, conservando "lembranças dos tempos coloniais, resquícios memoriais das épocas de antanho",¹ isto tanto nos hábitos da população quanto materialmente.

¹ "Crianças aos cemitérios". (Editorial). *Diário de Notícias*, 07/02/1912, p. 1.

Se o Rio de Janeiro já havia conhecido, ainda no princípio do século, a importância da atividade modernizadora; se São Paulo passava por transformações progressistas animadoras; se, de um modo geral, as capitais do Sul e mesmo algumas do norte se metiam nos percursos da civilização, somente em 1912, Salvador conheceu a oportunidade, como nunca conhecera antes, de seguir as mesmas trilhas. A ascensão de J. J. Seabra ao governo do Estado, com seus projetos modernizadores da cidade, permitiu que se vislumbrasse uma nova possibilidade, dando ele início a várias obras de remodelamento. Os melhoramentos físicos, motor inicial de uma série extensiva de transformações que deveriam processar-se na cidade, estenderiam-se, paulatina e concomitantemente, para os serviços urbanos, a ordem urbana, a assistência pública, os hábitos e costumes da população, que, também, seriam melhorados. Desta forma, o implemento ativo das reformas urbanas verificadas na capital baiana a partir daquela data, acompanhado das mudanças nos demais aspectos, alimentou as esperanças de que a civilização fizesse aqui a sua entrada definitiva.

Resta-nos, portanto, ver como ocorreu e em que medida se deu a civilização, o progresso e a modernização da velha cidade do Salvador, um processo que não chegou a corresponder plenamente às expectativas suscitadas.

A remodelação de Salvador no contexto de Seabra

Salvador vivenciou, nos quarenta anos da Primeira República, seguidos impulsos de transformação urbana, sendo eles: 1º) em 1906, relacionado ao início de obras no porto, com a construção de cais e armazéns, além da pavimentação de ruas vizinhas; 2º) em 1910, calçamento de ruas e saneamento do bairro comercial, como preparo à comemoração dos cem anos da Associação Comercial; 3º) entre 1912-1916, relativo às várias obras para alargamento

de ruas, abertura de avenidas e construção de novos edifícios empreendidas no governo de J. J. Seabra; e 4º) em 1924, com construção do bairro das Nações, em áreas conquistadas ao mar, na Cidade Baixa.² Mas dentre todos os momentos listados, o mais significativo do ponto de vista da abrangência, o mais representativo da modernização demolidora, o mais assemelhado às transformações do Rio de Janeiro é sem dúvida aquele correspondente aos quatro anos do primeiro governo de José Joaquim Seabra no Estado da Bahia, entre 1912-1916. Ele foi responsável por uma grande intervenção na cidade do Salvador, abrindo avenidas, alargando ruas, construindo novos edifícios públicos e reformando outros, bem como incentivando as edificações e as reformas particulares.

J. J. Seabra já havia passado por alguns cargos administrativos federais, possuindo, por isso, grande experiência. Ocupou a função de ministro no governo de Rodrigues Alves (1902-1906), exercendo o comando do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Nesta ocasião, acompanhou de perto as reformas por que passava o Rio de Janeiro, na gestão do prefeito Pereira Passos. Foi, inclusive, personagem atuante nos episódios referentes a Revolta da Vacina de 1904, quando a tentativa de imposição da vacina obrigatória como forma de controlar as epidemias e melhorar as condições de salubridade da cidade (questões estas intimamente relacionadas aos melhoramentos físicos) desencadeou uma revolta generalizada entre a população, que manifestou rebeldemente o seu descontentamento com os rumos dados à modernização carioca.³

Anos mais tarde, para assumir o governo da Bahia, Seabra teve que abandonar o cargo de ministro da Viação e Obras Públicas da presidência Hermes da Fonseca. Durante este

² Santos, "Crescimento urbano e habitação em Salvador", p. 22. Já Fernandes & Gomes, op. cit., p. 58, concebem uma noção diferente do período de 1900 a 1920, que é visto por eles como um contexto único e fechado de modernização da cidade.

³ Para referências bibliográficas sobre a Revolta da Vacina, ver a nota 15 da "Introdução".

exercício, conseguiu a reativação das obras do porto da cidade do Salvador realizada pelo governo federal, mas que se encontravam paralisadas. Estas obras, como o próprio afirma, foram aprovadas em 1906 devido à sua "intervenção" junto ao presidente Rodrigues Alves.⁴ Como plano complementar, deu início à reforma da cidade baixa, "onde a actividade mercantil", assim se expressava, "à falta de espaço, se sentia opprimida, e o aspecto da estreita faixa occupada entre a collina e o mar patenteava na conservação do passado, mais que atrazo, os testemunhos formaes de uma verdadeira decadência".⁵ Para Seabra, agora administrando o Estado, era imprescindível a expansão das reformas. Na sua primeira mensagem à Assembléia Legislativa ele comentava:

Estes melhoramentos devem ser estendidos a toda a capital, porque ponto de convergência de todas as actividades do Estado, em facil communição com o litoral do paz e os centros de civilização exterior, onde, na Europa e na América do Norte, se acham os grandes mercados de sua exportação, não deve esta cidade continuar no abandono em que já se não encontram, mesmo entre nós, capitães de muito menor importância".⁶

Segundo afirmava, sendo Salvador a cidade para a qual convergia todas as actividades do Estado — certamente, refere-se aos diversos papéis que ela cumpre por se tratar de uma importante metrópole regional, concentrando funções administrativa, política, comercial e cultural —, e estando, ao mesmo tempo, bem articulada às civilizadas urbes europeias e norte-americanas por causa das actividades comerciais, os melhoramentos eram extremamente necessários. Buscava-se, com isso, colocá-la ao lado das maiores cidades do país e do mundo, o que vem equivaler exactamente à pretensão de aproximar-se dos modelos em voga nos centros civilizados. Esta motivação, acompanhada por outras mais, ficou registrada no decreto nº 1109,

⁴ J. J. Seabra, Mensagem de 1912, pp. 58-59.

⁵ Idem, ibidem, pp. 8-9.

⁶ Idem, ibidem.

de 25 de junho de 1912, que definia a abertura de crédito inicial para os primeiros trabalhos de remodelação da capital baiana. Pelo decreto, os melhoramentos justificavam-se como uma urgência higiênica e estética, bem como uma necessidade do progresso e da civilização que já eram notados em diversos estados do país e nações:

O Governador do Estado da Bahia, considerando a conveniencia de serem realizados, sem prejuizo dos direitos e obrigações do Municipio desta capital, os melhoramentos materiaes de que carece a cidade, no sentido, e como *obra de hygiene e esthetica*, da abertura de algumas Avenidas; Considerando tambem que se justifica, com a despeza de semelhante empreendimento [...], attendendo às grandes vantagens que resultam para o Estado da remodelação desta capital, como, à custa dos cofres federaes, está succedendo à area commercial da parte baixa da cidade, como aconteceu, no Rio de Janeiro, com a Avenida Rio Branco, construida pelo Governo Federal, e *tem acontecido em varios departamentos do paiz e em diversas nações por effeito de obras semelhantes, de influencia decisiva sobre o adeantamento, progresso e civilização das cidades em que as mesmas se fazem [...]*.⁷ (grifos do autor)

O incremento do comércio, o padrão civilizado de cidade, a higiene e a estética eram, enfim, as intenções de Seabra.⁸

O contexto de modernização de Salvador, representado pela gestão de Seabra, é importante pelas articulações existentes entre os diversos governos, o federal, o estadual e o municipal, em favor das reformas na cidade. Estas três esferas da administração pública realizaram obras paralelas de melhoramentos — atuando, por vezes, conjuntamente, e em outras ocasiões, articulando acordos que permitissem transferir as responsabilidades sobre as obras de

⁷ Leis e Decretos de 1912, p1. 51-53.

⁸ Uma razão prática para o remodelação de Salvador encontra-se no bombardeio da cidade, ocorrido no dia 10 de janeiro de 1912, realizado pelo Exército, que, a partir dos fortes de S. Marcelo e Barbalho, abriu fogo contra o palácio governamental, a Intendência, o Teatro S. João, a Biblioteca Estadual, o quartel da policia, etc. O bombardeio foi motivado pelas disputas internas na política baiana, onde se opunham situacionistas e oposicionistas (seabristas) pelo controle dos governos municipal e estadual. Os estragos por ele provocados foram grandes, sendo necessário recuperar os locais que foram atingidos, sobretudo o centro administrativo da cidade, localizado no distrito da Sé. Sobre o bombardeio de Salvador, ver uma explicação sintética em Edgar Carone, *A República Velha I: evolução política* (São Paulo, 1988), p. 281-287; ou o trabalho mais detalhado de José de Sá. *Do Bombardeio da Bahia e Seus Efeitos* (Bahia, 1918).

uma para outra esfera. Na vasta zona da cidade atingida pela remodelação, cada qual assumia uma parte das reformas, que tinham então muitas obras em andamento.

O governo federal executava as obras do porto, com o aterramento de enormes áreas, construções de cais e armazéns. Incumbiu-se, também, de melhoramentos no Bairro Comercial, fazendo alinhamentos e alargamentos de ruas, e deveria construir uma avenida ligando a Cidade Baixa à Itapagipe.⁹

O município encarregou-se de inúmeras obras, entre elas: o asfaltamento e o calçamento de vários trechos de ruas; o alargamento e a modificação de vias, a exemplo das ruas Chile, da Misericórdia e de São Pedro, localizadas nos distritos centrais da cidade; a construção de novos prédios, como "o edifício da Assistência [Pública], a capella da Ajuda, a Estação de Bombeiros".¹⁰ E concomitantemente ao acontecimento destas obras, novos alargamentos, abertura de ruas (atingindo, especialmente, os distritos de São Pedro e Santana), projetos de ajardinamento (como o que foi pensado para o largo do Barbalho) eram estudados ou já tinham os seus planos aprovados pela Intendência e pelo Conselho Municipal. Havia, ainda, sob o auspício da Intendência, o projeto da construção de um Teatro Municipal, que deveria substituir o antigo Teatro São João, numa obra que iria deflagrar profundas transformações na praça Castro Alves.¹¹

Era à Intendência da capital que cabia de fato a responsabilidade das reformas. Mas, a fim de que se possibilitasse fazer mais obras pela cidade, estendendo a área de alcance dos remodelamentos, a Intendência foi autorizada pelo Conselho Municipal, em maio de 1912,

⁹ Informações sobre as obras federais encontram-se mencionadas nas Mensagens de 1912 (pp. 53-55) e 1913 (pp. 73-74). Como vimos, Seabra se julgava responsável, em boa medida, pela realização de tais melhoramentos, devido a sua atuação nos ministérios de Rodrigues Alves e Hermes da Fonseca.

¹⁰ J. J. Seabra, Mensagem de 1914, p. 73.

¹¹ *Diário de Notícias*, 17/04/12, p. 3; *A Tarde*, 09/08/1913, p. 1.

a entrar em acordo com o governo estadual para que este efetuasse outros melhoramentos na cidade. Desta forma, os encargos sobre algumas obras foram transferidos para o Estado, permanecendo o Município, no entanto, com o direito de fiscalizá-las e mesmo de nelas intervir se julgasse procedente.¹² Esta articulação foi facilitada em razão de Seabra contar, no nível municipal, com a colaboração de Júlio Viveiros Brandão, intendente da capital, no período de fevereiro de 1912 a setembro de 1914, acertando com ele como deveriam ser encaminhadas muitas das obras de remodelação.¹³

Depois de estabelecido este acerto, o governo do Estado começou a divulgar as suas obras. Uma das primeiras foi a decisão de começar a construção da avenida Sete de Setembro. No referido decreto nº 1109, de 25 de junho de 1912, definiu-se a abertura de crédito para o princípio da obra, bem como, estipularam-se os critérios das desapropriações, dos trabalhos de construção e das reconstruções que inevitavelmente se realizariam. O jornal *Diário de Notícias* anunciava o fato da seguinte forma:

[...] O governo do Estado abriu o credito inicial de 500 contos de reis para construir [...] uma avenida de 21 metros de largura com passeios de tres metros, o qual, partindo da base da ladeira de São Bento e pelo eixo dessa rua, vá ter com alinhamentos rectos e curvos, convenientemente concordados, ao Pharol da Barra, atravessando as ruas de S. Pedro, Duarte, Piedade Mercês, Praça da Acclamação, canto do Passeio Publico, lado do mar do Forte de S. Pedro, Campo Grande, Corredor da Victoria, ladeira da Barra e facha do mar até o Pharol, edificando-se no trecho entre o Passeio Publico e o Campo Grande um jardim suspenso com vários terraços em niveis diferentes.¹⁴

¹² *Diário de Notícias*, 10/05/12, p. 1.

¹³ Júlio Viveiros Brandão, administrou a cidade do Salvador na maior parte do período que durou a remodelação da cidade, mantendo uma relação de proximidade com Seabra. Em setembro de 1914, ele afastou-se da Intendência acusado pelos jornais de não deixar evidente como gastara o dinheiro de um empréstimo que deveria ser aplicado na remodelação da cidade. O jornal *A Tarde* fez uma ampla cobertura do caso, tendo feito as primeiras denúncias em abril de 1914. A acusação de desvio do dinheiro do município tornou-se, a partir de então, um tema constante nas manchetes deste jornal ao longo de vários meses. Somente com deflagração da guerra na Europa, no mês de agosto, e as notícias sobre este acontecimento, o assunto deixou de ser central no noticiário.

¹⁴ *Diário de Notícias*, 26/06/12, p. 1.

Vê-se que nos planos da avenida ficou, também, estabelecido — visando, possivelmente, compor a sua estética — o erguimento de um jardim suspenso em vários níveis.

A obra da avenida Sete era, sem dúvida, a mais importante definida pelo Estado neste contexto de remodelação. O impacto por ela provocado na paisagem, visto constituir uma intervenção radical em um extenso trecho da capital, somado aos enormes recursos nela investidos, definem esta importância. Concentrando a maior parte da sua atenção para este empreendimento, logo a avenida passou a ser conhecida como avenida do Governo, sendo esta a maneira pela qual era muitas vezes designada.

Além da avenida Sete de Setembro, mais duas vias de grandes dimensões foram planejadas pela administração de Seabra: a Avenida Dois de Julho e a Estrada do Rio Vermelho à Itapoan.¹⁵ E entre construções, adaptações, consertos e reparações (este era o modo como estavam classificados os melhoramentos nas mensagens do governo) haviam muitas outras obras em execução. Na mensagem apresentada no início do ano legislativo de 1914, Seabra citou aquelas que estiveram em andamento durante o ano de 1913:

Novas construcções — a Avenida Sete de Setembro, o Instituto de Hygiene, a Imprensa Official, o primeiro quartel da Villa Policial do Estado, a parte central e segunda ala do palacio da residencia do Governador da Bahia, a Garage do antigo Passeio Publico, a entrada do departamento do quartel de Cavallaria, o Museu-Escola, o Pavilhão de Ondina, o Pavilhão Kroepelin, o Pavilhão de Tuberculosos, estes dois a caso de residencia do director, no Hospicio S. João de Deus, as fachadas do Rosario, da Capella e do Convento das Mercês, o Palacio do Congresso, este, ainda, em alicerces. *Adaptações* — O Palacio do Governo, à praça Rio Branco, os muros e a installação das gradarias da rua da Victoria, o novo Hospital de Mont'Serrat, as quatro enfermarias novas do Asylo S. João de Deus, o Parque e obras de saneamento deste Hospicio. *Reparações* — na Penitenciaria do Estado, no

¹⁵ Uma terceira avenida, entre o Farol da Barra e o Rio Vermelho, também, fora realizada no periodo. Segundo a noticia da sua próxima inauguração, publicada no *A Tarde*, 16/10/1915, p. 1, ela fora da responsabilidade da Intendência.

Quartel dos Afflictos, na Directoria das Rendas, no Instituto Nina Rodrigues e no Desinfectorio Central, além dos pequenos concertos...¹⁶

No momento em que transcorria a ação capitaneada por Seabra em prol dos melhoramentos urbanos da cidade do Salvador — aos quais se somavam às reformas tocadas pela Intendência e pela União — uma parcela, suponhe-se, significativa dos moradores da capital manifestava-se bem receptiva à realização do empreendimento. E se a receptividade não foi de todo positiva, dir-se-ia, ao menos, que gerou um debate acalorado entre a população, onde se expunham as expectativas, as incertezas e os julgamentos em torno das obras planejadas ou daquelas que já estavam em andamento. Fato incontestado é que a remodelação se tornou um assunto recorrente nas mais diversas situações e lugares. Todos emitiam suas opiniões em relação a ela, que podiam ser favoráveis ou não. Este fato foi observado nos jornais, por exemplo, em junho de 1912, justo quando se noticiaram os primeiros projetos:

Nos circulos politicos, nas rodas operárias, nas palestras entre commerciantes, no noticiario dos jornaes diarios, o thema quasi sempre forçado é sobre melhoramentos da cidade. Comentarios de toda a sorte pró e contra; exemplos bellissimos e exemplos funestos, a boa intenção de uns, a intenção duvidosa de outros, tudo surge, apaixonando seriamente a todos.¹⁷

Ou:

Está na ordem do dia a remodelação desta capital.

Pelas ruas, nas esquinas, à meza dos cafés ou dos restaurants, à hora calma da sesta ou em meio aos tranquilos serões, a discussão quasi que invariavelmente se prende aos celebrados melhoramentos, de que sem duvida carece a cidade, a bem dos seus fôros de civilizada, do seu renome, da sua posição entre as grandes capitães do Estado e, sobretudo a bem de seus habitantes.¹⁸

¹⁶ J. J. Seabra, Mensagem de 1914, pp. 72-73.

¹⁷ "Avenidas!". (Editorial). *Diário de Notícias*, 13/06/12, p. 1.

¹⁸ "Em torno dos melhoramentos". (Editorial). *Diário de Notícias*, 25/06/1912, p. 1.

E pouco mais de um ano depois, quando já se tinham várias obras em andamento, prossegue o interesse, mas os melhoramentos passam a ser comentados a partir dos resultados alcançados até o momento:

Não há quem não se interesse pelas remodelações, não há quem não acompanhe estudando, criticando, "dando uma nota", as obras que se vão fazendo pelas ruas e praças da capital. Commenta-se o estylo, censura-se o desperdicio de material, fala-se da morosidade dos trabalhadores, diz-se que "ficará bonito ou que será um aleijão" e, assim, acompanha-se, cada um com o seu modo de ver, as obras da Avenida da Barra, da Ladeira de S. Bento, do Palácio Rio Branco etc.¹⁹

A primeira das citações sobre o interesse despertado pela remodelação, refere-se em uma passagem a como este tema foi amplamente abordado nos jornais. Sem dúvida, encontravam-se nos periódicos incontáveis editoriais, notícias e matérias versando sobre o assunto, trazendo todos os tipos de comentários sobre os melhoramentos e manifestando diferentes estados de ânimo para com eles. Continuamente, reproduziam-se discursos civilizadores e modernizadores que exortavam a execução das obras e apresentavam muitas sugestões passíveis de serem seguidas, onde identifica-se algum entusiasmo.²⁰ Por vezes, as abordagens eram assinaladas por um sentimento céptico, caracterizado pela dúvida e incerteza sobre os rumos que poderiam ser tomados. Já em outras ocasiões, desenvolvia-se uma noção mais crítica, pontuada por reflexões nas quais eram apontadas as irregularidades e os inconvenientes decorrentes da remodelação.

Além de tudo isso, discutia-se o caráter parcial do empreendimento, visto que nele foram esquecidos ou relegados a um plano secundário alguns aspectos considerados fundamentais, qual seja, a resolução dos problemas centrais da infra-estrutura e a elaboração de uma política social complementar à obra de civilização da cidade na sua dimensão material.

¹⁹ *A Tarde*, 04/11/1913, p. 1.

²⁰ *Vimos*, no capítulo 1, pp. 42-43, como o ideal civilizador estava intimamente ligado as reformas urbanas.

Mas tais questões da infra-estrutura e da política social serão detalhadas nos capítulos subsequentes.

Voltemos agora à condição de receptividade ou entusiasmo que marcou o contexto da remodelação. Ela pode ser demonstrada nas manifestações "espontâneas" de alguns moradores da cidade ao responderem a uma enquête realizada pelo *Jornal de Notícias*, em junho de 1912, onde se perguntava: "De que é que a cidade mais precisa?". Nos últimos dias marcados para o fim da enquête, tal foi a quantidade das respostas encaminhadas que duas colunas inteiras de uma das páginas do jornal chegaram a ser ocupadas. Os seus resultados foram discutidos em parte por Fernando Peres, e neles encontram-se apontadas algumas carências existentes e sugestões para a cidade, que sinalizavam para a necessidade dos melhoramentos urbanos. Foram citados: o "saneamento geral e estético"; a "civilização"; as "ruas bem calçadas"; as "ruas largas e iluminadas"; a "demolição geral e imediata do Theatro S. João"; "uma avenida Beira-mar da praça Barão do Triumpho até a Barra"; o "progresso"; "avenidas, calçamento, edificios"; a "architectura de um novo estylo moderno"; e mais uma extensa variedade de coisas.²¹

No mês seguinte, o mesmo periódico fazia uma outra pesquisa, cuja questão agora colocada era: "Por onde deve ser feita mais uma nova avenida?". Novamente, as sugestões se avolumaram, parecendo até que uma febre de avenidas animava o espírito de muitos moradores soteropolitanos. Se todas elas fossem ouvidas, seriam construídas avenidas em toda parte da cidade, interligando os seus mais diversos e longínquos lugares, como Brotas, os subúrbios, toda a orla marítima da cidade, etc.²² As respostas enviadas a tais pesquisas demonstravam, de

²¹ Tem-se aí algumas das respostas à enquête realizada pelo *Jornal de Notícias*, no mês de Junho de 1912, citadas por Fernando Peres, *Memória da Sé* (Salvador, 1974), pp. 43-44. Ou ver *Jornal de Notícias*, edição dos dias 17, 18, 19, 20, 21, 22, 25 e 27/06/1912.

²² *Jornal de Notícias*, edições de 20 a 29/07/1912.

certa forma, que não somente as reformas anunciadas seriam bem recebidas, como se tinham a expectativa da realização de muitas outras.

O entusiasmo, também, é notado nas ações particulares de reformas, construções e reconstruções de edifícios pela cidade. Seabra cita, por exemplo, as permissões concedidas à particulares para "cerca de 70 reconstruções e 447 construções, [...] muitas das quais auctorizadas nos dois derradeiros mezes de 1911".²³ Algumas dessas obras concentravam-se na Cidade Baixa, nas imediações do Bairro Comercial, sendo certamente motivadas pela retomada das obras do porto, alguns meses antes de Seabra divulgar as suas próprias reformas. Mas como vimos, ele se dizia o responsável pelo reinício das obras do porto. Do mesmo modo, a Companhia de Melhoramentos da Bahia, uma das empresas responsáveis pelas obras remodeladoras, projetava erguer, por conta própria, dois grandes hotéis de primeira qualidade, dos quais se ressentiam a cidade, numa flagrante demonstração de que se apostava nas perspectivas abertas pelos melhoramentos.²⁴

Em 1913, já eram noticiadas inaugurações e reinaugurações de estabelecimentos sob moldes modernos, em que se notavam a melhor estética e a maior qualidade nos serviços, tornando-se dignos, portanto, de uma cidade que se civilizava. E no breve espaço de um mês, três anúncios notificavam este tipo de acontecimento. O primeiro se referia a um café:

Os senhores lembram-se, naturalmente, de uma casinha de duas portas que existiu ha um anno passado [...] com o nome de "Cafê America".

Era um restaurante digno da cidade "descivilizada" de então, funcionando num pardieiro indigno. Afinal, veio a remodelação e o pardieiro foi condemnado [...].

Pois é esse cafesinho de aldeia, que depois de amanhã abre as suas portas num dos palácios levantados, pela Santa Casa de Misericórdia, na rua Conselheiro Dantas. E agora o "America" é tudo

²³ J. J. Seabra, *Mensagem de 1913*, p. 49.

²⁴ *Jornal de Noticias*, 07/08/1912, p. 1.

que se há de mais "chic" de mais "avenida"; decoração finíssima, finíssimos mostruários, serviço parisiense de "garçons" de jaqueta e outras cousas dignas da remodelação da cidade.²⁵

Alguns dias após era uma confeitaria:

O "Chalet Parisiense", é uma das confeitarias mais conhecidas da cidade; com a remodelação, o prédio em que funcionava, ao Campo Grande, foi demolido para alargar a rua, mas o "Chalet" não se resignou a desaparecer, sob as ruínas, e se installou num bom prédio, no mesmo local.

Apenas, fechou-se à sua freguezia, por alguns dias, mas já amanhã abrirá as suas portas apresentando-se como uma das mais bem preparadas casas no seu género, além de ter installado no primeiro andar de seu edificio um excelente salão de bilhar.²⁶

Em seguida, o Hotel Paris, localizado entre a ladeira de S. Bento e praça Castro Alves, comunicava ter realizado adaptações a fim de prestar melhores serviços aos moradores de uma cidade que se reformava:

*Acompanhando a reforma porque está passando a nossa Capital, e animados por esse auspicioso facto, os proprietários acabam de transferir para o pavimento térreo o seu salão de refeições, creando além disso uma secção especial para os serviços de gelados, chocolate, refrescos e mais artigos desse ramo, os seus proprietários no intuito de bem servir ao público, não tem poupado esforços para apresentar um estabelecimento digno desta cidade e assim esperam o bom acolhimento dos seus amigos fregueses e ao público em geral.*²⁷ (grifo do autor)

Também foram divulgadas notas de reformas e (re)inaugurações relativas a outros tipos de estabelecimentos, sempre em decorrência dos melhoramentos que se faziam. Como exemplos adicionais, podem ser citadas as notas sobre a Casa Novaes (um estabelecimento de modas e artigos para homem), o Cinema "Caraboo" e a Livraria Citadina (que transformada em editora, "progrediu com a cidade").²⁸

²⁵ *A Tarde*, 12/07/1913, p. 2.

²⁶ *A Tarde*, 18/07/1913, p. 2.

²⁷ *A Tarde*, 11/08/1913, p. 2.

²⁸ Cada qual das notas sobre os novos estabelecimento aparecem, respectivamente, em *A Tarde*, 19/08/1913, p. 2; 03/09/1914, p. 2; 21/09/1914, p. 3. O trecho aspeado é uma citação referente à última data.

Para alguns, a remodelação já dava alguns sinais de bons resultados, caminhando para o cumprimento das suas promessas civilizadoras. Neste aspecto, os indicativos positivos encontravam-se verificados na estética das ruas:

Quem vê, hoje, o bairro commercial, com lindas fachadas e pisa os seus asphaltos, é que comprehende os nobres esforços empregados para a extinção dos pardieiros, dos mercados de arraial que imprimiam ao conjuncto um aspecto hediodo de ruinas e monturos.²⁹

E, mais especificamente, no surgimento de uma nova arquitetura:

Os antigos moldes de architectura soffreram com a febre de remodelação da cidade, uma completa revolução, transformando-se os typos avelhantados, coloniaes das construcções invariavelmente em forma de caixão sobrepostas por uma cumieira, intitulado-se muitas vezes e pretenciosamente de palacetes, pelos bellos moldes de residência que já se notam no bairro aristocrata [Vitória?], na rua Chile e em magnificos escriptorios da cidade baixa.

Passou a epocha do mestre de obra: agora é o engenheiro que traça a planta e conduz a construcção. E os typos architecturaes surgem, aqui a ali contrastando com os sobrados mastodonticos que faziam as delicias dos nossos avós.³⁰

Se, por um lado, notava-se uma porção de entusiasmo com a modernização da cidade, por outro, e desde o anúncio das primeiras obras, emitiam-se opiniões críticas. Reconhecia-se a importância e, mais, a necessidade da remodelação da cidade, visto o seu aspecto sujo, feio e colonial, como lê-se nas palavras a seguir:

Ora, de facto, os planos conhecidos, e certamente os desconhecidos tambem, sobre a remodelação da feia e suja colonial cidade de Thomé de Souza, são muito bons, são muito excelentes. Sem duvida nenhuma. Obedecem à orientação scientifica moderna, às leis da edificação, da arte da esthetica, do bom gosto...³¹

²⁹ *A Tarde*, 21/09/1914, p. 3.

³⁰ *A Tarde*, 07/10/1914, p. 1.

³¹ "Avenidas!". (Editorial). *Diário de Notícias*, 13/06/12, p. 1.

Mas, em um primeiro momento, no qual os projetos estavam apenas sendo divulgados ou as obras haviam iniciado recentemente, as avaliações distinguiram-se pelas ponderações em torno de quais áreas deveriam recair as prioridades. Revela-se, neste ponto, toda uma discussão em torno das noções de cidade desenvolvidas pelos defensores e executores das reformas que assumiam uma determinada posição, à qual se contrapunha a de alguns indivíduos que assistiam à realização das obras defendendo visões bastante diferentes, indivíduos estes que não tinham nenhuma relação direta com os centros de decisão (ou seja, os governos estadual e municipal e outros órgãos públicos que conduziam as obras e que, em última instância, davam a palavra final sobre os seus rumos).

As principais áreas atingidas pelos projetos de remodelação da cidade pertenciam aos distritos da Sé, da Conceição e Pilar, S. Pedro e Vitória. Estas duas últimas, seriam cortadas pela avenida Sete de Setembro, a mais importante obra a ser executada. São Pedro vinha de uma tradição do século XIX de contar entre os seus habitantes com um grande número de profissionais liberais (médicos e advogados) e funcionários públicos, além de desembargadores³² — esta propensão não parece ter mudado no período do nosso estudo. No distrito da Vitória ficavam os bairros do Campo Grande, da Vitória, da Graça e da Barra, sendo eles os locais preferidos para a moradia da elite comercial e dos estrangeiros que se fixavam na cidade.³³ A tendência foi de que as reformas convergissem para estes locais.

As obras da Conceição e do Pilar, nos quais se concentravam os negócios do comércio e onde se localizava o porto, eram importantes como estímulo às transações comerciais de exportação e importação. Por sua vez, conduzida pela Intendência, a reforma da

³² Nascimento, op. cit., p. 81. Para o século XX, não são conhecidos estudos demográficos semelhantes aos realizados por Anna A. Nascimento para o século XIX.

³³ Idem, ibidem, p. 72. Esta tendência também vinha do século XIX, como nos mostra Anna A. Nascimento no seu trabalho.

Sé era reconhecida como urgente, visto ser o local "notavel, tristemente notavel, pela immundicie, por seus inúmeros beccos infectos e pestilentos, continua ameaça à saúde pública",³⁴ e sobretudo por se tratar do centro administrativo da cidade. E enquanto isso, o governo estadual dedicava-se aos distritos de S. Pedro e Vitória, ou, como se dizia, às "ruas melhores das melhores freguezias da Capital".³⁵ Estas opções ocasionaram um interessante comentário de um articulista do jornal *A Tarde*, K., onde a cidade é vista como uma família e os locais para onde se dirigiam as obras como os filhos prediletos:

Em certas famílias, por mais, às vezes, que os paes dissimulem, não podem esconder a preferênciã por um filho.

É sempre o mais considerado, e nem sempre o melhor pelo procedimento.

É o caso da Bahia. Por um lado, o governo geral não esconde o seu amor pela Victoria, pela Graça, Barra, Campo Grande e Mercês, as ruas distinctas; por sua vez, o sr. intendente é todo estima pela Sé.³⁶

Eram tais privilégios que desencadeavam reprovações. Mas foram, especialmente, os projetos do governo estadual os alvos centrais de censuras. Eles logo foram considerados elitistas, uma vez que beneficiavam os melhores bairros, onde residiam os estratos mais elitizados da população:

Porque só doutores, os politicos, os capitalistas é que têm direito à boa vontade do governo? Porque sómente para elles é que se devem voltar os cuidados da administração?³⁷

Uma segunda percepção de cidade, veiculada nos jornais, e distinta daquela formulada por Seabra (cujas obras em seus resultados práticos beneficiariam apenas os melhores espaços da cidade), defendia que outros deveriam ser os locais atingidos pela

³⁴ "Freguesia de S. Antonio. Bairro abandonado". (Editorial). *Diário de Notícias*, 13/09/12, p. 1.

³⁵ "Avenida do Governo". (Editorial). *Diário de Notícias*, 09/07/12, p. 1.

³⁶ *A Tarde*, 16/08/1913, p. 2.

³⁷ "Avenida do Governo". (Editorial). *Diário de Notícias*, 09/07/12, p. 1.

remodelação — ou que pelo menos eles também pudessem ser atingidos pelas reformas. Vários bairros e distritos, de caráter bem mais populares, sofriam uma grave situação de abandono, sendo, por isso, mais pertinente à remodelação voltar-se para eles. Seria o caso dos diversos logradouros pertencentes aos distrito de Santo Antonio, Brotas, Mares e Penha. Ou de bairros como o Bonfim, o Retiro, o Cabula e o Tororó.³⁸ Neste último, alguns moradores, não vendo atendidas as suas solicitações de melhoramentos, terminaram por assumir o encargo particular de realizar algumas obras, tendo inclusive organizado uma quermesse para recolher fundos visando o objetivo.³⁹

Pensando, talvez, no caráter restritivo das obras planejadas pelos governos municipal e estadual — e também movidos, possivelmente, por interesses profissionais particulares —, em finais de 1912 e princípios de 1913, um engenheiro e um arquiteto, respectivamente, Antonio Navarro de Andrade e Manoel Carlos Weill, ofereceram um projeto de remodelação da cidade completamente diferente daquele patrocinado e projetado pelo Estado e pela Intendência. Considerando que a remodelação não deveria fixar-se simplesmente nos melhoramentos da Cidade Alta, propuseram a construção de uma nova cidade em terrenos compreendidos entre os Mares e a Penha, zonas não contempladas pelos planos oficiais. Neste projeto, sugeria-se, com riqueza de detalhes, alargamentos, alinhamentos e aberturas de ruas e avenidas; rebaixamento de ruas, saneamento, drenagens e aterramentos, além da construção de milhares de casas, três mercados e edificios escolares. Em fevereiro de 1913, eles enviaram ao governador um requerimento, acompanhado de uma planta da obra esboçada, solicitando a

³⁸ Repetem-se nos jornais, matérias, editoriais, notas que criticavam a preferência pelos distritos centrais, como S. Pedro e Vitória, considerados os melhores da capital, em detrimento dos distritos e bairros mais populares. Ver, por exemplo, *Diário de Notícias*, 19/04/1912, p. 1; 13/06/1912, p. 1; 09/07/1912, p. 1; 13/09/1912, p. 1; 13/11/1912, p. 1; *A Tarde*, 29/10/1913, p. 1.

³⁹ *A Tarde*, 31/10/1914, p. 4.

apreciação do projeto. Não obtive notícias posteriores sobre os resultados da petição, mas a divulgação de tais planos revelam, claramente, a existência de outras noções de cidade.⁴⁰

As polêmicas em torno dos planos de Seabra deram-se, também, quando foi manifestado o intento de derrubar-se alguns prédios. Talvez o caso mais alarmante tenha sido a tentativa de demolição do secular Mosteiro de São Bento, com vistas à construção da avenida Sete de Setembro e a desocupação da grande área que ele compreendia para novos empreendimentos. O precedente de demolir-se edifícios religiosos com fins remodeladores já havia ocorrido com a derrubada da antiga Igreja da Ajuda. Mas, em relação ao Mosteiro, a tolerância não foi a mesma, o próprio abade da ordem beneditina logo levantou sua voz contra o plano e algumas pessoas se manifestaram, pelos jornais, em favor do mosteiro. A revista feminina *Paladina do Lar*, editada pela gráfica do mosteiro, de orientação marcadamente moralista e religiosa — e que reunia importantes personalidades femininas da sociedade baiana, como Amélia Rodrigues e Anna Ribeiro de Góes Bittencourt, esta a autora do livro de memórias *Longos Serões no Campo* —, chegou a publicar um número especial dedicado a defesa do mosteiro, contendo, na sua maior parte, matérias assinadas pelo abade Majolo de Caigny. A repercussão do problema junto à comunidade católica fez com que o governo recuasse da proposta e realizasse apenas um corte parcial da igreja pertencente ao mosteiro.⁴¹

Independente da receptividade manifestada por uns ou das discordâncias de outros, as obras federais continuaram, enquanto as estaduais e municipais começavam. Com todas elas

⁴⁰ Ver o *Diário de Notícias*, 23/12/1912, p. 1; 29/01/1913, p. 1; 07/02/1913, p. 1; 07/03/1913, p. 2; 27/03/1914, p. 5.

⁴¹ *Diário de Notícias*, 03/09/1912, p. 2; 04/09/1912, p. 1. Ver *A Paladina do Lar*, Bahia: Typ. Benedictina, set/1912 (a edição número 9 e a edição especial dedicada exclusivamente à polêmica da demolição do Mosteiro de São Bento). A "Paladina" era uma revista mensal publicada por mulheres da sociedade baiana, imbuídas de sentimentos moralistas e religiosos. A sua impressão era feita pela gráfica dos beneditinos, contando com o apoio do abade da ordem. Daí, o lançamento da edição especial, em setembro de 1912, quando já se tinha publicado o número regular do mês.

em andamento e vendo-se que a partir de então tornaram-se irreversíveis, foram os inconvenientes decorrentes do processo de remodelação que passaram a ser examinados e percebidos. Crise de moradia, paralisações intermitentes das obras, carência de dinheiro para tocar as reformas, irregularidades na execução de obras... Estes são alguns dos problemas provocados pelos melhoramentos materiais da cidade, que a população fora obrigada a suportar.

A falta de habitações e a alta dos aluguéis eram preocupações que atormentavam a vida de muitas famílias desde os tempos que precederam a remodelação. Mas em consequência das demolições e interdições de casas e edifícios pela saúde pública, agravou-se sobremaneira o problema. A população mais pobre foi a mais afetada:

Já está mais do que evidente que a falada remodelação da cidade da Bahia, pela maneira pretendida, longe de ser um grande benefício para o povo, será, muito pelo contrario, mais um dos males que o acabrunharão.⁴²

Constava nos planos iniciais divulgados por Seabra a construção de casas populares, com o que seria amenizado este crônico problema enfrentado pela população, desde antes mesmo da remodelação, mas cujo agravamento foi consequência dela. Embora não investisse diretamente em tais habitações com recursos próprios conseguidos pelo governo, como fazia nos melhoramentos, Seabra procurou incentivá-las. Foi, por isso, que convidara diversos "capitalistas" (ou homens de negócio) para uma reunião no Palácio Rio Branco, em 24 de agosto de 1912, a fim de tratar do assunto. E alguns meses depois ele aprovava e concedia favores (como isenções de impostos), através de decretos, para aqueles que apresentassem

⁴² "De Moveis às costas". (Editorial). *Diário de Notícias*, 15/07/12, p. 1.

projetos de construção de moradias populares, pondo-os em execução. Não faltou quem se dispusesse a levantar quinhentas, mil e até três mil casas.⁴³

Entretanto, passou-se o tempo e nada que lembrasse a promessa de erigir habitações populares na cidade foi noticiado⁴⁴ — enquanto isso, principiavam novas e prosseguiam as obras das avenidas, dos alargamentos e alinhamentos de ruas, das restaurações e construções de novos prédios. E como em um círculo vicioso, com a execução de novas demolições e interdições — estas, determinadas pela Saúde Pública, obrigavam os proprietários a promoverem reformas substanciais em seus imóveis, por vezes muito custosas — a situação foi se exacerbando. O efeito foi o elevado aumento dos alugueis, denunciado com insistência, visto o ônus que passara a representar no orçamento doméstico das classes populares e média baixa.⁴⁵ Vários meses passados de remodelação, afirmava-se taxativamente nos jornais que "há quasi dois annos que o povo não tem onde morar".⁴⁶ Talvez, fosse antevendo este problema, quando ainda mal tivera início os melhoramentos, que um certo H. de M. já reclamava em matéria publicada no *Diário de Notícias* que aos melhoramentos não tivesse antecedido a construção das casas para a população:

Em todas as cidades do orbe civilizado, às reconstruções, às aberturas de novas e grandes arterias, precede a criação de casa para o proletariado, para o empregado publico de pequeno ordenado, para aquelles, enfim, que de modo nenhum pôdem viver no luxo de uma soberba avenida, mas têm, ninguem lh'o negará, direito à vida e as commodidades de que gozam os predilectos da fortuna, os escolhidos da sorte.

⁴³ O encontro de Seabra com os "capitalistas" foi noticiado no *Jornal de Notícias*, 21/08/1912, p. 1. Ver os decretos nº 1210, nº 1216, nº 1234, nº 1236, nº 1253, nº 1254.

⁴⁴ Luiz Antonio Fernandes Cardoso, *Entre vilas e avenidas*, dissertação de mestrado, UFBA, 1991, p. 124, que fez um estudo específico sobre a questão da habitação proletária em Salvador durante toda a Primeira República, confirma que não encontrou nenhuma menção que aponte para a construção e entrega das unidades aprovadas pelos decretos de Seabra.

⁴⁵ *Diário de Notícias*, 03/08/12, p. 1; 12/08/1915 p. 1; *A Tarde*, 09/09/1913, p. 1.

⁴⁶ *A Tarde*, 21/08/1913, p. 1.

Entre nós não se entendeu assim. Por que?⁴⁷

Possivelmente, a resposta esteja naquelas acusações, demonstradas parágrafos acima, de que os melhoramentos possuíam uma feição elitista, favorecendo somente aos segmentos mais bem situados na cidade e na sociedade. O caráter burguês da modernização das capitais brasileiras já foi apontado por muitos autores, que indicam como as elites procuraram criar modelos ideais de cidade que correspondessem às suas representações. Antes de tudo, as ruas das cidades, melhoradas, modernizadas, higienizadas, saneadas e depuradas socialmente, deveriam compor um cenário de desfile para as elites, sendo locais onde estas exibiriam seus gostos e ostentações.⁴⁸

Os entulhos de materiais para a construção, as ruínas das obras, o modo perigoso como se faziam as demolições (realizadas, por vezes, sem qualquer preocupação para com a segurança dos transeuntes), a falta de sinalização em algumas obras (que, também, punha em risco a segurança das pessoas) e a poeira levantada devido ao estado das ruas com a execução dos melhoramentos eram outros inconvenientes com que a população se defrontava. O resultado deste conjunto de coisas era, muitas vezes, lama e empoçamentos de água, ou o acúmulo de detritos que emporcalhavam as vias.⁴⁹ E tudo isto se tornava mais grave por causa das constantes paralisações sofridas pelas obras, conduzidas morosamente, atijando a impaciência e desencadeando a irritação e a revolta entre muitos. Se tantos inconvenientes podiam ser encarados como desgastantes, ter que suportá-los por períodos prolongados, que excedessem a

⁴⁷ H. de M., "Avenidas Fatidicas", in *Diário de Notícias*, 30/08/12, p. 1.

⁴⁸ As diversas obras citadas ao longo deste trabalho que tratam sobre a modernização das cidades demonstram o aspecto burguês e elitista das reformas. Conferir os seguintes autores: Fernandes & Gomes, op. cit.; Hahner, op. cit.; Needell, op. cit.; Pechman & Fritsch, op. cit.; Pinheiro, op. cit.; Rago, op. cit.; Sevcenko, op. cit..

⁴⁹ Sobre os inconvenientes provocados pelas obras de remodelação, ver, por exemplo: *Diário de Notícias*, 24/09/13, p. 1; 18/11/13, p. 1; 13/04/15, p. 3; *A Tarde*, 09/09/13, p. 1.

um tempo médio considerado razoável e aceitável para a realização de uma obra, tornava-os intoleráveis.

As constantes paralisações se justificavam pela falta de dinheiro para manter-se o ritmo das obras. Os recursos para o financiamento da remodelação foram conseguidos mediante a contratação de empréstimos pelo Estado junto a instituições de crédito nacional ou estrangeira. Seabra, por exemplo, foi autorizado pela Assembléia Legislativa estadual a contrair um empréstimo de até dez milhões de libras esterlinas.⁵⁰ Entretanto, com o clima de guerra que já se fazia sentir na Europa,⁵¹ alguns meses antes da sua deflagração, houve uma enorme retração e posterior corte do crédito estrangeiro, que era a principal fonte de financiamento da remodelação. Seabra procurou minimizar o problema lançando títulos públicos e pagando aos empreiteiros com apólices. Mas as dificuldades permaneceram, e, portanto, a morosidade e a paralisação das obras persistiram.

Como efeito desta falta de dinheiro, as empresas responsáveis pela construção e execução das obras não recebiam dos órgãos públicos pela prestação dos seus serviços. Elas, por sua vez, eram levadas a dispensar os trabalhadores ou, no mínimo, ficavam impedidas de pagar-lhes em dia os vencimentos. Não foram poucas as vezes em que os trabalhadores da remodelação cruzaram os braços solicitando a efetuação dos pagamentos, havendo alguns momentos em que se dirigiram diretamente à administração municipal ou estadual. Em novembro de 1913, ocorreu uma dessas greves dos operários da Companhia Empreiteira

⁵⁰ J. J. Seabra, Mensagem de 1913, p. 6.

⁵¹ Não há estudos que descrevam os impactos da Primeira Guerra Mundial, deflagrada entre julho e agosto de 1914, na vida social e econômica da Bahia. Mas em um país periférico no sistema mundial capitalista como o Brasil, especialmente a Bahia enquanto departamento da nação, dependente dos negócios externos para equilibrar a sua economia e de articulações com o sistema financeiro internacional para viabilizar projetos que exigiam grandes somas de recursos, é fácil se supor que os efeitos não foram dos menores, embora possa ter estimulado o desenvolvimento interno. Daí uma justificativa plausível para o fato de Seabra não ter conseguido alcançar pleno sucesso nos seus intentos.

Lafayette e C., que era uma das executoras dos melhoramentos. Em fevereiro de 1914, foram os trabalhadores em atividade na rua Chile que paralisaram. Em ambas reivindicava-se o pagamento de salários atrasados.⁵² Começou-se, então, a dispensa de trabalhadores, e o *A Tarde* anunciava, em abril de 1914, que "caloteados e famintos, os operários da remodelação partem aos magotes", seguiam "oitenta e tantos" para o Rio e "trinta e tantos" para a Europa. O *Diário de Notícias*, criticando o "calote" passado nos operários, especialmente os estrangeiros, preocupava-se com imagem negativa que estes levariam do estado.⁵³

Este fato envolvendo os trabalhadores da remodelação fica revestido de uma certa ironia se se leva em conta que, um ano antes, em 1913, Seabra comentava em mensagem enviada à Assembléia o ritmo intenso de trabalho na capital, e por isso, "a necessidade insatisfeita de artista de profissões elementares, já exige, com um caracter de urgência a sua obtenção em S. Paulo, no Rio de Janeiro e na Europa, especialmente em Portugal".⁵⁴ Tudo indica que foram esses trabalhadores, vindos para atender a demanda crescente dos trabalhos, os mesmos que teriam partido "caloteados e famintos".

Sem o dinheiro e sem a mão-de-obra para tocar os trabalhos, repetiam-se nos jornais reclamações contra as obras paralisadas e o estado em que ficavam algumas das principais ruas da cidade em decorrência das paralisações. O largo do Teatro (a praça Castro Alves) estava esburacado e com barro revolvido. Na Mouraria, acumulavam-se pedras, barro e outros materiais. No Bairro Comercial, os passeios encontravam-se inacabados.⁵⁵ A Piedade, por

⁵² José Raimundo Fontes, *Manifestações Operárias na Bahia*, dissertação de mestrado, UFBA, 1982, p. 257-258. Além destas greves, no início de agosto de 1915, os trabalhadores da remodelação começaram um movimento devido o atraso dos salários; inconformados, queriam apedrejar a Igreja do Rosário, cujas obras, embora feitas, ainda não haviam sido pagas, foram impedidos pela polícia, *A Tarde*, 05/08/1915, p. 1.

⁵³ *A Tarde*, 23/04/1914, p. 1.; "O calote da remodelação". (Editorial). *Diário de Notícias*, 25/03/1914, p. 1.

⁵⁴ J. J. Seabra, *Mensagem* 1913, p. 45.

⁵⁵ Sobre os três lugares citados ver o *Diário de Notícias*, 29/05/1914, p. 1.

causa dos trabalhos inconclusos, estava impraticável para os veículos.⁵⁶ Sobre a Avenida Sete, cujas obras estavam paralisadas, anunciou-se por duas vezes no espaço de quatro meses (julho e outubro de 1914), a retomada das atividades.⁵⁷ O mesmo ocorria com os edifícios em reforma ou construção, como o Palácio do Governo (cujas únicas indicações de obra eram apenas os andaimes e a calça) ou Palácio da Assembléia que ~~passa nos~~ alicerces.⁵⁸ E os exemplos poderiam se multiplicar...

Para que não se suspeite que tantas reclamações eram mera implicância com o governador Seabra — vimos que os jornais por exercerem uma função político-partidária lhe moviam uma flagrante oposição —, ele próprio, quando fazia o balanço do ano de 1914 em sua "Mensagem", reconhecia que, no tocante aos melhoramentos, as atividades não tiveram o mesmo vigor que o dos anos anteriores; e procurava justificar o lento andamento das obras:

Era de saber, dados os embaraços ocorridos em todo anno de 1914, que as obras, em andamento no Estado, não poderiam ter, nesse periodo de tão continuados contratempos, a mesma actividade verificada no anno anterior. Desde que foram escasseados os recursos, e os materiaes, estes tambem, tanto aqui como no Rio, começaram a faltar, elevando-se, desmarcadamente, os seus preços, sempre exigidos à vista, nada havia que se extranhar na lentidão das obras ou mesmo na sua temporaria suspensão. Paralyzadas que o tivessem sido, tudo se justificaria pelas circumstancia do momento.⁵⁹

Se em setembro de 1913, a visão que se tinha dos melhoramentos era de que "as obras que se estão realizando nesta velha cidade, com o fim de dar-lhe em alguns dos seus melhores trechos, aspectos mais modernos, feição elegante e estética, continuam-se animadamente",⁶⁰ em outubro de 1914, a percepção havia se alterado e afirmava-se que "o

⁵⁶ *A Tarde*, 27/11/1913, p. 1.

⁵⁷ *A Tarde*, 14/07/1914, p. 1; 05/10/1914, p. 1.

⁵⁸ "Nem ata nem desata. E continuará essa remodelação". (Editorial), *Diário de Notícias*, 09/10/1914, p. 1.

⁵⁹ J. J. Seabra, *Mensagem de 1915*, p. 105.

⁶⁰ "A Remodelação". (Editorial), *Diário de Notícias*, 19/09/1913, p. 1.

fervet opus [isto é, a atividade intensíssima] passou" e "a cidade, nos pontos onde a remodelação andou, está peor".⁶¹

Conquanto as dificuldades, os melhoramentos da cidade prosseguiram, imprimindo-se neles um ritmo que, conforme as circunstâncias, atingiam maior ou menor grau de intensidade. O ano de 1915 era, efetivamente, o último do quadriênio de Seabra à frente do governo do Estado. E para ele, uma vez começado os melhoramentos era preciso a todo modo concluí-los. Assim, mesmo com a escassez de recursos, levou adiante os seus projetos. Em termos práticos, talvez, um dos mais graves empecilhos que tenha enfrentado no prosseguimento das obras, especialmente as que visavam a conclusão da Avenida Sete, foi a resistência de alguns proprietários em permitir o corte ou a demolição de seus imóveis, que ficavam no traçado da avenida, por considerarem pequenas as indenizações. Enquanto o Estado parecia querer economizar com estas indenizações, subestimando os valores dos imóveis, os donos procuravam extrair do governo o máximo por eles.

Dois episódios ilustram o embate entre governo e proprietários em torno dos valores das indenizações. No primeiro, o coronel Genésio Sales, cuja propriedade situada no Rosário foi estimada pelos responsáveis da remodelação por 15 contos de réis, não aceitou em hipótese alguma a demolição por este valor, pois na sua avaliação o imóvel valia 80 contos, querendo ao menos uma indenização mais justa. No segundo, tem-se um caso inusitado e risível, o proprietário de um edifício nas Mercês só permitiu a derrubada de metade do imóvel, pois alegava ter recebido apenas metade da indenização devida e temia sofrer um calote.⁶²

Excetuando-se, portanto, o corte do crédito e alguns pequenos obstáculos como os que foram comentados, razoavelmente fáceis de se contornar, nenhum fato novo que interferisse

⁶¹ "Nem ata nem desata. E continuará essa remodelação". (Editorial), *Diário de Notícias*, 09/10/1914, p. 1.

⁶² Ver a descrição dos dois episódios respectivamente em *A Tarde*, 30/01/1915, p.1; e 05/03/1915, p.1.

no prosseguimento da remodelação ocorreu. Assim, em princípios de 1915, o governo estadual realizava diversas construções, adaptações ou reparos, tais como a Avenida 7 de Setembro, o Palácio do Governo (à Praça Rio Branco), o edifício da Imprensa Oficial, o Palácio do Congresso, o Palácio da Aclamação, o Instituto Anti-Rábico, o Convento das Mercês, a Igreja do Rosário (estes dois últimos devido aos cortes para passagem da "7 de Setembro"), a Garagem do Estado, o Esquadrão de Cavalaria, o Hospício São João de Deus, o Museu Escola, a Biblioteca Pública, o Instituto Normal, Desinfectório Central, Quartel do Regimento Policial (nos Aflitos), o Palacete das Mercês, a Penitenciária do Estado e outros mais.⁶³

Percebe-se que predominavam os trabalhos associados a edifícios públicos e a alguns religiosos. A grande intervenção na estrutura urbana da capital, visto a dimensão adquirida e a modificação radical que impingiu a um extenso trecho da cidade, que fora promovida pelo governo estadual, referia-se à construção da Avenida 7 — a mais grandiosa e mais controvertida obra dentre todas executadas. As outras obras que significavam uma mudança profunda na paisagem e tecido urbanístico, repito, foram aquelas conduzidas pela União (na vasta zona em volta do porto) e pelo Município (particularmente no distrito da Sé).

A Avenida 7 de Setembro foi entregue oficial e definitivamente (existia a prática das inaugurações dos seus trechos), no dia exato do ano de 1915 em que se comemorava a Independência brasileira, ou seja, 7 de setembro, ocorrendo, também, a inauguração de alguns edifícios. Para tanto, foi organizada uma solenidade que contou com a presença do governador, dos seus auxiliares e secretários, de políticos e autoridades, de representantes dos empreiteiros e de um imenso público.

⁶³ J. J. Seabra, Mensagem de 1915, p. 107-108.

Para estimular novas edificações na avenida, atendendo a uma estética moderna, havia sido encaminhado à Assembléia, no mês de abril, um projeto autorizando o governo a conceder descontos de 50% sobre o valor de terrenos para que instituições de ciência, letras e artes pudessem erguer as suas sedes.⁶⁴ Após a inauguração, visando manter sempre em bom estado a avenida, que seria, a partir de então, um importante cartão-postal da cidade, o governo estadual assumiu a responsabilidade da sua conservação pelo prazo de cinco anos, firmando um acordo com a Intendência. Esta deveria apenas prover e custear a iluminação da mesma.⁶⁵

Fazendo agora um balanço do que se conseguiu ou não realizar na remodelação, ao final do seu período administrativo, Seabra dava por concluída as seguintes obras: "a 'Avenida 7 de Setembro', com 82.800 m² de área pavimentada e todas as canalizações para exgotto de agua pluviaes, e installação de luz electrica, arborisação [...]"; a restauração da Igreja do Rosário, cuja fachada fora cortada para a passagem da avenida; a Imprensa Oficial; a Garagem do Estado; o novo pavilhão do Instituto Anti-Rábico; "o que restava fazer do Convento das Mercês"; a casa de residência do diretor e quatro novas enfermarias do Hospício São João de Deus.⁶⁶ Ficaram para ser concluídos diversos edificios, tais como o Palácio do Congresso, o Palácio da Aclamação, o Palácio do Governo, o Museu Escola, a Vila Policial e outros.⁶⁷

Das obras da Intendência, não obtive informações precisas sobre quais foram terminadas, mas pode-se presumir, tomando por base a leitura dos jornais, que conseguiram ser realizados os alargamento e alinhamentos de ruas no distrito da Sé, a exemplo da rua Chile. Houve a inauguração da Avenida Oceânica, sendo ela na verdade um prolongamento da "7", a partir do ponto em que esta finalizava no Farol da Barra. Por sua vez, a intervenção iniciada no

⁶⁴ *Diário de Notícias*, 28/04/1915, p. 1.

⁶⁵ J. J. Seabra, *Exposição apresentada pelo dr. J. J. Seabra ao passar... o governo da Bahia*, p. 37.

⁶⁶ *Idem*, pp. 35-36.

⁶⁷ *Idem*, pp. 36-37.

largo do Teatro não foi concluída, e o projeto do Teatro Municipal, que deveria substituir o antigo São João, não saiu do papel.⁶⁸

Das obras encaminhadas pela União, até 1915, tinham-se como acabadas mais de mil e quatrocentos metros de cais e sete armazéns na zona do porto. Nas suas circunvizinhanças, ao longo da Cidade Baixa, ruas encontravam-se alargadas, alinhadas e calçadas; e uma avenida que margeava os armazéns ainda estava em andamento, embora uma grande extensão já estivesse pavimentada.⁶⁹ A planejada avenida que ligaria a Cidade Baixa à Itapagipe, denominada por alguns de Jequitiaia enquanto outros sugeriam o nome de Bonfim, a cargo da Companhia Concessionária do Porto, não foi muito além da desapropriação e demolição de imóveis que se encontravam no seu traçado. E ao que se sabe, as obras do porto e das suas adjacências só ficaram definitivamente prontas em 1928. Inúmeras reformas e construções de prédios, patrocinadas por particulares, foram finalizadas, adotando-se aí uma nova estética (considerada moderna), diferindo substancialmente dos antigos modelos coloniais predominantes no local.

No período entre 1912 e 1916, onde se conjugaram os esforços do Município, do Estado e da União em prol da remodelação física da cidade, ao cabo de seu término, os executores das reformas não haviam conseguido cumprir todas as suas promessas. Entretanto, mesmo não alcançando pleno êxito, os melhoramentos representaram uma conquista, constituindo uma ação favorável à aspirada civilização que se desejava implantar na cidade.

⁶⁸ Infelizmente não consegui localizar nenhum dos relatórios da Intendência da época da remodelação. Não há, no Arquivo Municipal, os relatórios correspondente ao período de 1911 até 1929, possivelmente perdidos no incêndio ocorrido no Liceu de Artes e Ofícios na década de 1960, onde ficava guardado parte da documentação pertencente ao Município.

⁶⁹ J. J. Seabra, Mensagem de 1915, pp. 110-111.

Outras cenas de civilidade

A remodelação, a modernização por que passava a cidade foi um importante empreendimento civilizador, e buscava-se por meio dela aproximar-se cada vez mais dos modelos urbanos europeus. No mesmo momento em que ela transcorria, novos personagens, novos hábitos e fatos incomuns começaram a ser vistos; e caso já existissem, passaram a ser notados mais frequentemente. Todos eles foram percebidos como decorrentes do progresso então em curso, configurando-se como cenas de uma nova civilidade que se estabelecia na cidade — era, afinal, "a perspectiva das avenidas trazendo para a Bahia uma porção de cousas de progresso...".⁷⁰ Mas na sua maior parte, tais cenas de "civilidade" foram encaradas com reações de surpresa ou de indignação, sendo poucas vezes saudadas calorosamente.

Não pretendo aqui fazer uma descrição minuciosa e exaustiva destas novas cenas de civilidade, até mesmo porque os jornais do período não se dedicavam constantemente às crônicas cotidianas que abordassem as questões de cultura, lazer e tendências de comportamento. Apenas uma ou outra nota, localizada de modo esparso, permitiu-me vislumbrar alguns acontecimentos percebidos como inusitados ou deflagradores de algum impacto na rotina da cidade, merecendo um comentário específico.

Os elementos que compunham esta "porção de coisas de progresso" foram enumerados em uma matéria de jornal:

Algumas, como por exemplo o auto-omnibus de rodas de borracha massiça, antes das ruas asphaltadas, são um verdadeiro supplicio. Vieram muito depressa...

Outras, entretanto, como o automovel [...] vieram [...] 'preencher uma lacuna que de ha muito se fazia sentir'.

Neste rol, além do automovel, com os seus inconvenientes, [...] estão: — os cinemas, com os seus appendices: mulheres *chics*, bolinas, e *smarts* o teatro por sessão; o jornal de *enquêtes*, photogravuras

⁷⁰ *A Tarde*, 05/08/1913, p. 1.

e reportagem *yankee*; os escandalos; a *jeunesse dorée* do Luzo, da Parisiense, e da Internacional; a polícia de *casse-têtes*; e muitas outras coisas.

Podíamos falar também no jogo, nos crimes, e nos roubos [...]...⁷¹

Aspectos que diziam respeito às inovações técnicas, ao comportamento, aos hábitos, ao entretenimento e até mesmo aos crimes foram assinalados. Mas a matéria, cujo trecho foi transcrito, enfocava como objeto central a "aparição entre nós do vendedor ambulante de refrescos — o leão gelado, como já o apelidaram". Tratava-se de um francês, vindo do Rio, que vendia refrescos de abacaxi, limão e groselha, sempre entre as doze e vinte e duas horas, fixando-se, a partir do final da tarde, no movimentado largo do Teatro (a Praça Castro Alves). O apelido derivava do fato do vendedor fazer uso de um barril metálico, onde mantinha o seu refresco, cujo bico possuía a forma da boca de leão. Essa presença, considerada insólita, foi colocada pelo autor da reportagem ao lado das coisas que caracterizavam o recente progresso na cidade. Vendedores ambulantes ofertando todo tipo de produto não era coisa estranha à população, muito contrariamente. Mas a figura do vendedor de refresco, ao que parece, moldava-se como uma cena da nova civilidade que se vivenciava na cidade.

O mesmo ocorria em relação a certos acontecimentos raros de serem notados em épocas anteriores. Bom exemplo é o caso de uma moça que agrediu um rapaz (seu namorado, possivelmente) em plena rua. Utilizando-se de uma narrativa onde estava acentuado o toque de humor, o jornalista responsável pela nota considera o fato como muito "natural numa cidade que se civilisa":

Manhã. Dia de Sol. Na cidade baixa, rapazes conversam às portas dos "magasins" elegantes.

Um, bem nutrido, examinava gravatas, quando uma linda rapariga se aproxima d'elle e, como a coisa mais natural numa cidade que se civilisa, açoita-o a rebenque.

Protestos. Evita-se o desforço.

⁷¹ *Ibidem*.

Porque toda a fúria da moça?

Amor próprio findo...

Fora despresada.

E essa história, em Cupido troca o arco pelo relho, não é da carochinha: passou-se, hoje, ali, à rua das Princezas.⁷²

Alguns hábitos novos foram percebidos como efeito direto da remodelação que se realizava, permitindo uma vida de maior liberdade e onde o momento reservado para a distração tornou-se uma prerrogativa. Notava-se que até mesmo desembargadores e juízes, pessoas austeras, apontadas por um jornalista como "severos e tipos de catadura", passaram a gozar das vantagens dos modernos tempos que se iniciaram com a remodelação, sendo possível vê-los conversar nas esquinas, bebericar nos cafés e usarem um novo estilo de vestuário, sem que isso pudesse representar uma mácula às suas personalidades.⁷³

Aliás, em torno das oportunidades de diversão em uma cidade que se modernizava, havia a expectativa de que elas se ampliassem. Mas, neste ponto, os comentários encontrados nos jornais mostravam-se um tanto ambíguos. As principais opções de lazer existentes eram os cafés, os teatros e os cinemas — isto, obviamente, em se tratando de lazer para uma "gente mais civilizada", pois, como veremos, em um dos capítulos adiante, existiam certas formas de entretenimento extremamente criticadas, praticadas sobretudo por setores populares, a exemplo do jogo. Para alguns, os centros de diversão vinham caracterizando-se por uma grande procura. Maria Lucia, cronista do *A Tarde*, comentava que "o cinema na Bahia tornou-se um hábito social". E K., no mesmo jornal, afirmava que cinemas como o Jandaia e Ideal possuíam um movimento intenso, o primeiro reunindo uma "sociedade numerosa e distinta", o segundo recebendo "nos seus salões a elite baiana". Sylvio de Villar, contrariamente, considerava que a

⁷² *A Tarde*, 20/12/1913, p. 1.

⁷³ *A Tarde*, 06/09/1913, p. 1.

cidade era "quasi um cemitério, relativamente a diversões", somando-se a isso a sensação de que "morre-se de tédio na Bahia". Em outra matéria, sem indicação de autoria, afirmava-se que o Teatro São João ficava "quasi que às moscas".⁷⁴

Deixando à parte as ambiguidades, uma impressão registrada por K., em 1913, dava conta de um dinâmico movimento noturno na vida da cidade, comparativamente a alguns anos atrás:

Não sei se já notaram os habitos novos que se vão introduzindo na cidade?

Há dez annos, às nove da noite, todas as ruas davam a impressão de aléas de cemitério, envolvidas num silêncio de abandono ou de morte [...].

Não havia nem um gabinete do restaurante, de café para uma ceia.

Apenas, à ladeira da Praça, o Berrillo numa loja hedionda, com pinturas macabras pelas paredes, mesas de Tasca, com toalhas manchadas de vinho Figueira, oferecia aos estômagos de avestruz, um mocotó fumegante com mancheias de malaguetas.

Esse botequim tinha essa denominação num distico a tinta de escrever feito à brocha: "A Cova do Leão", (sic)

E mais nada.

Hoje, não. Há vida nocturna intensa em diversos pontos da cidade.

Nos clubs, canta-se.

A alegria vibra ruidosa e sincera.⁷⁵

Enquanto isso, a proprietária da pensão "Aurora da Bahia" passou a promover bailes, talvez pensando em incentivar tal movimento.⁷⁶ Neste sentido, atuam, também, um grupo de rapazes e senhorinhas que resolveram instituir um tipo de programa denominado "five-o-clock", aos sábados, onde haveria dança e conferências sobre temas diversos.⁷⁷

⁷⁴ Maria Lucia, "Sete Dias"(Seção). In *A Tarde*, 16/09/1913, p. 1; K., "Mundanas e Sociaes. Trechos" (Coluna). In *A Tarde*, 09/11/1914, p. 5; Sylvio de Villar, "Impressões Diárias". In *Diário de Notícias*, 16/12/1915, p. 1; *A Tarde*, 21/07/1914, p. 3.

⁷⁵ K., "Mundanas e Sociaes. Trechos" (Coluna). In *A Tarde*, 30/10/1913, p. 3.

⁷⁶ *A Tarde*, 13/02/1914, p. 3.

⁷⁷ K., "Mundanas e Sociaes. Trechos" (Coluna). In *A Tarde*, 21/07/1914, p. 3.

Segundo K., observava-se no conjunto da população uma renovada preocupação com a estética pessoal. Averiguava-se o fato na crescente influência que a moda de origem européia passara a exercer sobre as pessoas. Nos últimos tempos,

[...] o figurino de Paris resplandeceu na suas linhas admiráveis e elegantes; as saias, becas negras, pregueadas, farfalhantes e desgraciosas deram lugar às fazendas claras, a lindas 'toilettes' de estação. Veste-se, hoje, na Bahia com a mesma graça e distinção de Paris, de Berlim, de Vienna, de Londres e do Rio.⁷⁸

Estas foram mudanças recebidas com bom grado. Contudo, nem toda novidade foi bem vista ou bem assimilada. O namoro em público, ou, como se preferia denominar no período, o idílio ou colóquio amoroso, por exemplo, que se reproduziam insistentemente nos bondes, sofria um forte repúdio. Neles os casais trocavam olhares ou carícias sem qualquer constrangimento e à vista de todos, pareciam até "como [se] estivesse[m] n'alcova", decretava um moralista, sendo por isso condenados por atentatório ao decoro.⁷⁹ Para Kalendus, outro cronista, desta feita escrevendo no *Diário de Notícias*, as cenas de namoro se repetiam nos mais diversos lugares, como "uma praga amorosa [que] avassala todas as classes". Na sua percepção, tudo não passava de "*modernismo*, de que se achava impregnada a sociedade".⁸⁰ (grifo do autor)

Outros causadores de impressão negativa eram os muitos inconvenientes gerados pela introdução, ou melhor, pelo aumento do número de automóveis rodando na cidade. E naquele contexto, o automóvel vinha a ser "um aspecto da nova cidade, uma espécie de 'avan letre' da remodelação".⁸¹ Segundo as estimativas de um jornalista, em 1913, havia cerca de 150

⁷⁸ K., "Mundanas e Sociaes. Trechos" (Coluna). In *A Tarde*, 26/09/1914, p. 5.

⁷⁹ *A Tarde*, 20/04/1914, p. 3; 22/04/1914, p. 3; 16/07/1914, p. 3. O trecho aspeado foi tirado desta última data.

⁸⁰ Kalendus. "Aspectos" (Coluna). In *Diário de Notícias*, 19/10/1912, p. 2.

⁸¹ *A Tarde*, 26/08/1913, p. 1.

veículos circulando nas ruas, o que não chegava a ser muito.⁸² No entanto, mostrou-se uma quantidade suficiente para pôr em risco a vida da população, sendo utilizados, frequentemente, por um alguns indivíduos em farras noturnas qualificadas de "zonas" ou "orgias". Os automóveis alteraram a ordem e a rotina da cidade.

Tornou-se costumeiro acusar-se os motoristas de transitarem durante a madrugada levando passageiros alcoolizados e acompanhados de "mulheres desclassificadas". Nestas condições, saíam dirigindo seus veículos em disparada, bem como proferindo palavrões e obscenidades "num desrespeito flagrante à moral pública e ao socego nocturno".⁸³ É o que se percebe na nota a seguir:

O guarda civil n. 5, que estava de ronda, ao Corredor da Victoria, communicou ao comando da Guarda, que cerca de 12 1/2 horas da noite, de antehontem, moradores do local lhe solicitaram urgentes providências para quatro automoveis que da Barra, regressavam, conduzindo homens e mulheres em desabrida orgia.

Os da bacchanal, ao chegarem ao largo da Victoria, onde o silencio era profundo àquella hora da noite, estando as familias recolhidas, proferiram palavras de baixo calão, em meio de uma algazarra infernal e que se seguiram detonações de revolver, garrafadas e o mais que num estado de exaltação pode crear, as deshoras, um grupo da vida livre.

Para a auctoridade policial deixamos o exposto, digno da punição que merecem os que assim ousam transgredir os principios de ordem e moralidade que sempre existiram nesta capital.⁸⁴

Mas, talvez, o aspecto mais grave relacionado a este símbolo do progresso era a ameaça que representava à população, a qualquer hora do dia, a direção de "chauffeurs" inábeis e imprudentes em suas carreiras vertiginosas pelas ruas estreitas e mal calçadas da cidade. Quando se deu o súbito crescimento destes veículos na capital baiana, os melhoramentos mal

⁸² Ibidem. Na mesma matéria é projectado, e a mim parece que de modo muito grosseiro, 3.000 automóveis para Rio, 2.000 para São Paulo, 1.000 para Belém e mais de 500 para Recife. Assim, portanto, os 150 de Salvador é uma cifra bastante modesta.

⁸³ *Diário de Notícias*, 19/06/1913, p. 3.

⁸⁴ *Diário de Notícias*, 20/06/1913, p. 1.

haviam-se iniciado, portanto, as vias da cidade ainda não estavam adequadamente preparadas para o seu livre trânsito. Além disso, não existiam leis de trânsito, exame de perícia para os motoristas ou qualquer regulamentação sobre a condução e a circulação dos automóveis, que garantissem a segurança dos próprios motoristas e, principalmente, dos pedestres.⁸⁵ Em consequência de tudo isto, repetiam-se nos jornais notícias de acidentes causados por automóveis, os quais vitimavam, sistematicamente, aqueles que andavam a pé.⁸⁶

Se os automóveis eram de "fato o símbolo, a imagem vertiginosa e audaz da vida moderna", os riscos a que eles expunham as pessoas, quando faziam apostas com os bondes elétricos ou saíam em disparada, terminavam por eliminar as suas vantagens. Somente com meios para a sua fiscalização e regulamentação ter-se-ia o automóvel como uma verdadeira evocação do progresso e da civilização.⁸⁷

Grandiosos projetos de melhoramentos que se realizaram apenas parcialmente, hábitos novos que nem sempre corresponderam aos bons preceitos perseguidos, automóveis que ameaçavam a segurança ou serviam para divertimentos condenáveis: essa foi uma das faces assumidas pela civilização em Salvador. Decerto, ocorreram transformações associadas ao aspecto material e outras que se identificavam a coisas e hábitos típicos de uma vida moderna. Mas, refletindo-se em torno do conjunto de elementos que caracterizaram a cidade, sobrava a impressão de que a civilização almejada não passou de uma obra inacabada e imperfeita. Seria

⁸⁵ Para ser "chauffeur" bastava conseguir uma "carteira da polícia e a matrícula na Intendência Municipal", não sendo efetuado nenhum exame. Cf. "Sinais de Veículo" (Editorial). *Diário de Notícias*, 28/09/1912, p. 1.

⁸⁶ *Diário de Notícias*, 21/09/1914, p. 2; 03/11/1914, p. 1; 15/01/1916, p. 5. *A Tarde*, 10/10/1913, p. 3; 26/02/1914, p. 2.

⁸⁷ "Fiscalização de Veículos" (Editorial). *Diário de Notícias*, 14/08/1912, p. 1. Ver também "Regulamentação de Veículos" (Editorial). *Diário de Notícias*, 27/02/1912, p. 1.

natural, aliás, que assim o fosse, visto constituir-se um esforço demasiado se realizar tantas mudanças, em dimensões tão abrangentes e tão radicais, no curto período de quatro anos. Mas esperava-se ao menos que raízes pudessem ser solidamente fincadas naquele momento, para que a partir de então fosse possível concluir, aperfeiçoar a civilização da cidade. No início da consulta dos jornais havia uma pressuposição de que iriam sobressair-se os louvores gerais às iniciativas remodeladoras e civilizadoras empreendidas por Seabra, o que não se confirmou. Possivelmente, assim teria sido se seus resultados tivessem alcançado níveis compatíveis às expectativas positivas produzidas, tidas para a cidade.

Avaliando-se que a maior parte dos planos elaborados e das esperanças geradas pela remodelação não se cumpriram, fica fácil entender o porquê de se interpretar a civilização da cidade como obra inacabada, a sua imperfeição. Além do mais, como veremos nos próximos capítulos, muitos problemas notados na cidade, reconhecidos como deponentes, desabonadores dos "foros de civilidade", persistiram ao longo de toda a era modernizadora, sem conhecerem ações planejadas eficazes que conseguissem solucioná-los a contento. E mais do que qualquer intenção civilizadora, foram as cenas de anti-civilidade que predominaram na cidade do Salvador...

CAPÍTULO 3 — CENAS DE ANTI-CIVILIDADE I: TREVAS, MONTUROS, PÓ E OUTROS

SENÕES

Os projetos modernizadores tiveram por guia, basicamente, três direcionamentos: "salubridade, fluidez e estética".¹ Buscava-se conferir à cidade a perfeita imagem de uma vitrine para a contemplação das elites e dos residentes e visitantes estrangeiros (ou mesmo nacionais). Desta forma, ansiava-se o embelezamento da cidade por meio da arborização das ruas e praças, logradouros públicos para o passeio e o lazer (como parques e jardins), monumentos, fontes e chafarizes, sem contar a aspiração de uma arquitetura nas casas e edifícios (públicos e particulares) que obedecessem aos ditames dos estilos mais modernos de então. Uma orientação artística caracterizada pelo bom gosto e requinte daria o sentido dos melhoramentos a serem seguidos. Afinal, a civilização de uma cidade se dava, também, pela implantação de elementos estéticos.

A higienização dos espaços urbanos, por sua vez, além de criar condições de melhor salubridade para a população de uma cidade sempre doente, em consequência das sucessivas epidemias, não deixava de corresponder a uma preocupação estética. Esgotos correndo a céu aberto, lixo amontoado pelas ruas, edificações precaríssimas, entre outras situações semelhantes, não eram de modo algum coisas agradáveis aos sentidos (principalmente a visão e o olfato), não asseguravam a saúde das pessoas, tampouco eram abonadores do progresso de

¹ Fernandes & Gomes, op. cit., p. 59.

uma cidade.² Por isso, os aspectos associados ao asseio, à limpeza e à higiene constituíam outros indicadores de civilização.

Esperava-se o mesmo no referente a prestação dos serviços urbanos. Seguir modernas tecnologias e assegurar qualidade nos serviços de viação, iluminação e abastecimento de água "completariam" o quadro do progresso pretendido e da modernização que se realizava.³

A soma de todas estas aspirações equivalia à civilização, como observou-se no primeiro capítulo. Mas, em lugar de vê-las estabelecidas na cidade, como decorrência própria do movimento remodelador, à medida que foi avançado a execução do programa patrocinado por Seabra, intensificaram-se as críticas que apontavam a má qualidade dos serviços oferecidos e o péssimo estado de conservação das ruas. Daí resultava uma impressão muito forte e negativa de que, relativamente às condições de infra-estrutura, permaneciam os velhos problemas de há muito conhecidos. Notava-se, então, a proeminência daquilo que pode ser designado como cenas de anti-civilidade, as quais provocavam um indesejado impacto nos estrangeiros, suscitavam comparações depreciativas e desacreditavam a cidade na sua pretensa civilização.

A difusão da idéia de que Salvador, na conjuntura de remodelação levada a efeito pelos administradores do Estado e do Município, era uma cidade que se civilizava — idéia expressa na fórmula incansavelmente repetida "a Bahia civiliza-se" — suscitou manifestações indignadas, as quais podemos observar nos comentários sobre certos episódios transcorridos na cidade. Se a Bahia civilizava-se, como se reproduziam tantos fatos que denunciavam

² Sabe-se, por exemplo, como para o saber médico no período republicano e, regredindo ainda mais no tempo, mesmo no Império, a questão da salubridade urbana é um tema muito caro, sendo o saber médico um dos principais porta-vozes da civilização da cidade, a partir da resolução dos problemas de saneamento, asseio e abastecimento. V. Roberto Machado et alli, *Danação da Norma* (Rio de Janeiro, 1978), pp. 259-277. Sobre a Bahia, ver Uzeda, op. cit..

³ Certamente, outros serviços ou elementos poderiam ser acrescentados. Considerando-se, entretanto, os limites próprios de uma dissertação, optou-se, neste trabalho, apenas pela viação, iluminação e a água.

contrariamente a assertiva? Nos jornais multiplicavam-se as críticas a essa pretensão da cidade. E através deles podemos: explorar novos enfoques do que era compreendido como civilização; confirmar questões já comentadas; perceber os tipos de imagens construídas para representar a cidade.

Observando-se as cenas de anti-civilidade presenciadas na cidade, tem-se, por confrontação, uma nova oportunidade para se compreender mais detalhadamente ao que correspondia os ideais de civilização tão almejados. Deste modo, procurarei atentar neste capítulo — e também no próximo, mas abordando desta feita o problema na sua dimensão social e cultural — para os acontecimentos ocorridos na cidade que vão contra os "foros de cidade civilizada" ou são desabonadores dos "créditos de cidade 'que se civiliza'".

A questão dos serviços urbanos: bondes, "trevas" e falta de água

A remodelação que fora iniciada na cidade, com suas promessas de melhoramentos gerais, havia produzido perspectivas promissoras e entusiasmantes em muita gente. O jornal *A Tarde* comentava o fato da seguinte maneira:

Quando, ha três anos, começou a picareta da remodelação a botar a baixo a cidade velha, quebrando as arestas, os cotovelos, as tortuosidades das ruas (...), sacudiu a alma baiana uma viva esperança de melhores tempos, com a transformação dos hábitos coloniais, com a melhoria dos serviços publicos que modestos governos, de memória extincta em nossa gratidão e a iniciativa particular tambem introduziram na capital.⁴

Dentre os anseios animados incluíam-se as melhorias nos serviços e transformações nos hábitos. Entretanto, elas não se cumpriram, basta observar o contundente tratamento de que tais

⁴ *A Tarde*, 27/02/1915, p. 1.

questões gozava nos jornais, efeito direto da frustração, da inconformidade e do sentimento de ira de que muitos se nutriram. Na abordagem deste assunto, relativamente aos serviços oferecidos em Salvador, fixemo-nos, em especial, na viação urbana (com os bonde), na iluminação pública, no abastecimento de água, que merecerão, ao menos, algumas breves observações. E além deles, será preciso lançar as vistas sobre o importantíssimo e indispensável serviço de asseio e limpeza urbana.

Em torno dos bondes (ou "tramways") e da iluminação, fora expresso, certa vez, um profundo desejo de tê-los tão logo quanto possível colocados ao nível de uma cidade civilizada, conforme se esperava que fosse a capital baiana, tendo-se nisto uma maneira de se aproximar das urbes mais modernas:

Sentir-nos-íamos satisfeitos, intima e cordialmente satisfeitos, rejubilariamos sinceramente, si isso dado nos fosse agora, ou si, agora, podessemos acariciar a esperança agradabilíssima de que, em tempo proximo, teria a nossa velha Salvador um serviço regular de *tramways* electricos e iluminação farta, barata e na altura das necessidades de uma cidade civilizada, populosa e rica, tal qual é a antiga metropole colonial brasileira.⁵

Entretanto, para a decepção do jornalista e, certamente, de boa parte da população soteropolitana, este foi um desejo que não conseguiu fazer-se atendido, pois, relembro, em lugar de notar-se melhorias nos serviços, ocorreu uma tendência de agravamento dos seus problemas.

O serviço de bondes, a cargo de empresas particulares, foi reconhecido por um editorialista do *Diário de Notícias* como o segundo melhor dos existentes na capital, perdendo apenas para a guarda noturna. Esta posição, no entanto, não o isentava de uma série de observações negativas, nem podia ele "servir de comparação ao Rio de Janeiro, de S. Paulo, de

⁵ "Em torno de fatos. Luz má, bondes insuficientes... Uma Encampação que tarda". (Editorial). *Diário de Notícias*, 13/08/1913, p. 1.

outras grandes cidades brasileiras".⁶ E qual a razão disso? Vários motivos podem ser apontados: desde a espera de um dos veículos até o final da viagem, muitos "abusos" (de acordo com a definição dos contemporâneos) tinham que ser enfrentados. Os passageiros aguardavam os bondes em locais onde não era possível sentar-se, ao mesmo tempo que ficavam expostos ao sol e à chuva, pois inexistiam abrigos ou estações nas paradas. Tal fato se reproduzia com insistência embora existisse uma lei municipal, evidentemente, não cumprida, determinando às companhias a obrigação de terem estações construídas para servir ao uso dos passageiros e para o depósito de mercadorias porventura transportadas.⁷ Uma vez nos pontos, a demora dos veículos em chegar repetia-se com frequência, fosse em virtude do horário muito espaçado existente entre um carro e outro ou devido à irregularidade no cumprimento dos horários — "quando conforme o horario approved pela municipalidade, os bondes partirão para um ponto da cidade, com intervallo de 15 minutos".⁸

A respeito da longa espera a que estavam sujeitos os passageiros de bonde, localizei um impressionante relato feito por um anônimo através de carta endereçada ao *Diário de Notícias*. Nela, o indivíduo descreve as dificuldades que encontrou para se servir deste meio de transporte a fim de cumprir uma obrigação social, sendo, ao final, infeliz na sua tentativa por causa dos inúmeros inconvenientes com que se confrontou ao longo do percurso. Ironicamente, os redatores do jornal puseram como título da matéria a expressão "a Bahia civiliza-se".

Passemos ao seu relato. O remetente inicia a carta declarando não ser contrário a frase feita de que "a Bahia civiliza-se" e alega mesmo aplaudir os melhoramentos da cidade. Para ele, "entretanto, muita penna tem sido à nossa vida a transição porque vae passando.

⁶ "Serviço de bondes". (Editorial). *Diário de Notícias*, 20/07/1912, p. 1.

⁷ *A Tarde*, 27/02/1915, p. 1.

⁸ "Viação Urbana". (Editorial). *Diário de Notícias*, 21/08/1913, p. 1.

Todos os serviços em desordem: tudo materialmente desorganizado". Convidado, havia alguns dias, para uma missa em ação de graça a um conhecido, a qual seria realizada na Matriz de Santo Antonio às nove horas, calculou em quarenta minutos o tempo que gastaria para se deslocar de sua residência, localizada no distrito de São Pedro, até Santo Antonio. Calculando o horário em que deveria passar o bonde, saiu às oito horas e vinte minutos para o ponto mais próximo, tendo-o esperado por quinze minutos. Diante da demora, resolveu caminhar até o ponto de S. Pedro contando em tomar o veículo de uma outra linha, o que conseguiu após dez minutos — a esta altura já eram oito horas e quarenta cinco minutos. No final da ladeira de S. Bento, o bonde parou devido à quebra de um fio na rua da Ajuda. Resolveu descer e seguir para a praça Rio Branco, onde chegando os bondes não circulavam pelo mesmo motivo por que pararam anteriormente: a quebra de um fio. Dirigiu-se, então, para a praça dos Veteranos, onde chegou às nove horas e cinquenta e cinco; somente vinte e cinco minutos depois conseguiu partir em um bonde para Santo Antonio. Mas, fora, ainda, obrigado a ficar parado por mais alguns minutos, em virtude da interceptação dos trilhos por um automóvel e outras duas faltas de energia. Tendo perdido a missa, desceu do bonde e seguiu à pé para a casa do amigo, quando já passava das dez horas e trinta e cinco minutos. E concluiu sua narração fazendo um lastimoso balanço da sua aventura e com um inequívoco sarcasmo ao progresso da cidade: "do districto de S. Pedro, gastei 2 horas e 15 minutos para voltar à ladeira de Santo Antonio, sem chegar ao meu destino. Bendito progresso!".⁹

A partir do relato, é possível identificar, além da demora e dos atrasos, diversos outros problemas com que os usuários dos bondes se defrontavam, tais como a falta de energia, interceptações dos trilhos e a quebra dos fios que interrompiam e impediam o prosseguimento das viagens. Ocorriam, também, seguidos destrilhamentos dos veículos, dado sobretudo à

⁹ *Diário de Notícias*, 28/07/1913, p. 5. Infelizmente, a carta publicada no jornal não traz o nome do seu autor.

péssima conservação dos dormentes sobre os quais rodavam e aos muitos anos do seu uso. Contribuíam, ainda, para a má qualidade do serviço muitos outros fatores, qual seja: a morosidade dos bondes; a carência ou número insuficiente de veículos em certas linhas; a superlotação dos carros, especialmente aqueles vindos de lugares mais distanciados, a exemplo do Rio Vermelho ou Lapinha; a deficiência das acomodações; os preços "relativamente caríssimos" das passagens; assim como o fato dos passageiros ouvirem "insultos dos motorneiros e fiscais". Diante de tantos inconvenientes existentes no serviço de bondes, seria natural a insatisfação generalizada manifestada pela população, da qual os jornalistas eram porta-vozes loquazes.¹⁰

A iluminação pública também representava um problema contínuo e grave. A cidade era servida por dois tipos de iluminação: a gás e elétrica. A primeira tinha na escassez da sua produção e oferta no mercado a razão para ser considerada péssima; a segunda era apontada como "falha e intermitente, passando os contribuintes noite e noites privados della".¹¹ Em decorrência disso, vários pontos da cidade conheciam uma iluminação irregular e deficiente. Os bairros afastados e os que ficavam nos subúrbios eram os que mais sofriam, porém, a situação não era plenamente satisfatória nem mesmo nos lugares centrais.

No contexto remodelador, um momento delicado quanto a iluminação pública se deu a partir de dezembro de 1914 (quando publicaram-se os primeiros protestos em relação à questão), o qual se estendeu por quase todo o ano seguinte. Desde então e quase que diariamente, os jornais traziam notícias discutindo o drama das "trevas" na cidade. Passava-se noites seguidas sem a luz por falta de carvão para alimentar o gasômetro. Quando se procurava

¹⁰ Sobre os problemas e as críticas ao serviço de bondes, consultar o *Diário de Notícias*, 20/07/1912, p.1; 30/04/1913, p. 1; 02/06/1913, p. 1; 17/07/1913, p. 1; 21/08/1913, p. 1; 18/09/1913, p. 1. Ver também, *A Tarde*, 27/02/1915, p. 1; *A Tarde*, 30/04/1915, p. 1.

¹¹ "A Luz". (Editorial). *Diário de Notícias*, 27/10/1913, p. 1.

recompor os estoques do carvão, nunca se tinha o bastante para resolver o problema senão por algumas poucas semanas, que eram sucedidas por mais algumas noites de "trevas" na cidade. A Municipalidade, responsável direta pela assunto, não dispunha de verba para comprar o produto, tampouco de crédito para adquiri-lo de outro modo que não fosse com pagamento à vista.

Em março 1915, a situação parece ter ficado vexatória. Segundo o *Diário de Notícias*, tornou-se comum "verem-se pelas ruas, nestas duas ultimas noites, [...] as velas enfiadas em cartuchos de papel e os archotes a illuminarem os passos dos operarios e trabalhadores que procuravam à noite as casas, depois do moirejar cotidiano". Em Itapagipe, a revolta de alguns faria com que os combustores da iluminação fossem quebrados como manifestação de protesto.¹² De diversos pontos da cidade surgiram pedidos para que se colocassem ao menos "alguns fôcos eléctricos", ora na Boa Viagem, no Santo Antonio, no 2 de Julho, ora na ladeira do Forte de S. Pedro, no Coqueiro da Piedade, no Canela, dentre outros. A questão assumia maior gravidade porque a escuridão expunha as pessoas a inúmeros riscos, criando um clima de insegurança. Todos se tornaram passíveis de sofrer agressões, roubos, além de acidentes, visto o perigo de se caminhar por "ruas esburacadas e ladeiras tortuosas" sem a mínima claridade.

Esta foi uma dura realidade enfrentada pela cidade, da qual não escapava nem mesmo as suas zonas mais importantes, como, por exemplo, o Bairro Comercial, centro financeiro e comercial da cidade. A situação deixava uma triste sensação de abandono:

Quem passasse hontem, à noite, pelo bairro commercial, sentiria a mais desagradavel impressão.

¹² *Diário de Notícias*, 05/03/1915, p. 1. Nesta data, o periódico traz duas matérias e um editorial comentando as dificuldades, as consequências, os transtornos provocados pela falta de iluminação.

As trevas, que envolviam as travessas e grandes trechos de algumas ruas, davam a ideia de uma cidade em abandono, tornando difficil o seu policiamento; entretanto, alli estão estabelecimentos bancarios e casas commerciaes com grandes fortunas. [...]

No bairro commercial, do Pilar à Conceição, foram apagados 104 combustores [...].

Como o bairro commercial, vimos extensos trechos de outras ruas da Cidade Alta.

Em todas as freguezias da capital notava-se o mesmo; em algumas, nem sequer um candieiro bruxoleante.¹³

Tal estado de coisa, justo no momento em que os "golpes do camartello e da picareta remodeladora" apregoavam o progresso em curso na cidade, indignava e gerava desânimo, causando muito mais a impressão de viver-se em tempos coloniais ou em aldeias isoladas do que em um centro civilizado:

A cidade está às escuras mas completamente às escuras, sem um só lampeão, nas vias publicas, desde antehontem!

Por que?

Como foi possivel se visse a dar semelhante fato que faz, de um passo, retrogradar a grande capital da Bahia aos remotos tempos coloniaes, nivelando-a, desta arte, com as mais afastadas aldeias perdidas por entre as matas dos sertões, onde não chegam, ainda o reflexo da civilização hodierna?¹⁴

Resumindo, até o momento de então, passados três anos de melhoramentos, as dificuldades existentes em volta da iluminação pública da cidade mais contradiziam do que afirmavam o sucesso da civilização que se procurava implantar.¹⁵

No que diz respeito ao fornecimento de água, não existia diferença para melhor. Como já foi comentado, nas duas primeiras décadas do século XX, a cidade conheceu apenas um projeto que visava dotá-la de um serviço mais extensivo de abastecimento de água e canalização de esgoto, o qual foi dirigido pelo engenheiro Theodoro Sampaio. Isto correu entre

¹³ *Diário de Notícias*, 16/12/1914, p. 1.

¹⁴ "Iluminação Publica. No domínio das trevas". (Editorial). *Diário de Notícias*, 05/03/1915, p. 1.

¹⁵ O problema da iluminação foi, possivelmente, agravado pela guerra na Europa. Mas o interessante é observar que em nenhum instante se fez esta relação. Na visão registrada nos jornais, não passava de descuido para com a cidade.

1905 e 1907, o plano, porém, só foi parcialmente concluído.¹⁶ Anos depois, durante o período da remodelação, em momento algum cogitou resolver-se o problema da qualidade e da distribuição de água ou da captação dos esgotos. Mostrando-se contrário às diretrizes da remodelação, existiam pessoas que julgavam mais conveniente priorizar este tipo de obra — "vitais elementos da saúde pública" — em detrimento das avenidas, não condenadas de todo, mas consideradas secundárias.¹⁷ Não foram, entretanto, ouvidas.

Assim como ocorria com a iluminação, o fornecimento de água era comprometido pelas contínuas ameaças e pelas nem tão esporádicas ocorrências da sua falta, fossem elas ocasionadas pela desorganização do serviço ou pelos periódicos prenúncios de greve por parte dos empregados da companhias de abastecimento.¹⁸ E havia outra séria dificuldade, na cidade do Salvador apenas um número reduzido de residências recebia água encanada. Por conta disso, as fontes persistiram como o principal mecanismo de abastecimento de água para a população, estando elas espalhadas por vários bairros.¹⁹ Não eram, contudo, suficientes para atender às necessidades do público geral:

Afirmamos, sim, que não temos serviços de abastecimento de água à população nas ruas, o que é vexatório.

Os poucos chafarizes existentes não preenchem o fim desejado; as fontes que se encontram na cidade, de kilometros a kilometros, como a do Gravatá, como a de Santo Antonio, como a de Agua de Meninos, cheias de limo, focos de imundícies, viveiros de germes patogenos, melhor, muito melhor fora se não existissem.²⁰

¹⁶ Ver o capítulo 1, p. 29.

¹⁷ Justus. "Clama, ne cess". In *Diário de Notícias*, 22/08/1912, p. 6.

¹⁸ Conferir, por exemplo, *A Tarde*, 03/12/1913, p. 1; 09/12/1914, p. 1; 30/01/1915, p. 5; 26/02/1915, p. 1.

¹⁹ Uzeda, op. cit., p. 111.

²⁰ "Fontes publicas". (Editorial). *Diário de Notícias*, 08/02/1912, p. 1.

E como complicador da situação, constata-se, no final da transcrição acima, que as condições de salubridade das fontes apresentavam-se deploráveis. Inevitavelmente, só podia sair de tais fontes uma água cuja qualidade era bastante comprometida. Constituiu-se, desta forma, em um elemento de contaminação e de disseminação de doenças, representando um sério risco à saúde daqueles que a consumiam, ou seja, a maior parte dos moradores da capital. Eis mais uma vez, e agora no exato momento de execução de obras remodeladoras, onde incluía-se entre os seus objetivos a intenção de atacar as causas que faziam de Salvador uma cidade doente, que as coisas permaneciam como sempre foram, sem nenhuma solução visível em tempos próximos.

Em relação ao líquido canalizado diretamente para as casas, acontecia o mesmo: ele não possuía qualidade superior, tampouco era muito diferente daquele obtido nas fontes. Em tom inflamado e veemente, um editorialista do *Diário de Notícias* não conseguia concordar com o fato de que a água chegada aos domicílios pudesse receber a atribuição de potável, sendo própria para o uso diário comum das pessoas. Preferia designá-la de lama e defini-la como uma fonte de doenças:

Água? Não! É lama, é lodo, é imundície, é barro, é oxido de chumbo, é o veneno, é calíça, é a dysenteria, é a infecção!²¹

A afirmação caracteriza-se pela exacerbação do problema. E, talvez, fosse este um recurso empregado para destacar que as propriedades possuídas pela água consumida nos lares da cidade, em hipótese alguma, poderiam ser reputadas como aceitáveis para a ingestão ou qualquer outro emprego. Buscava-se, assim, chamar a atenção dos órgãos públicos para a questão, assinalando a premente necessidade no oferecimento de um melhor serviço de fornecimento de água.

²¹ "Água!". (Editorial). *Diário de Notícias*, 17/01/1914, p. 1.

As lacunas demonstradas na viação urbana, na iluminação pública e no abastecimento de água não podiam ser toleradas em uma cidade que se dizia em pleno processo de civilização e progresso. Na percepção desenvolvida no período, onde de fato se realizavam a civilização e o progresso, as melhorias dos serviços estavam alçadas ao primeiro plano, sendo que em torno deles sempre despontavam modernas técnicas ou tecnologias. Tal realidade não foi reconhecida, em nenhum instante, em Salvador.

Resta, ainda, discutir o asseio e a limpeza da cidade, em que talvez possa vislumbrar-se sinais de materialização da "civilidade" pretendida... Desfaça-se, entretanto, qualquer expectativa, pois, logo veremos, que as condições das vias nesta urbe em remodelação não podiam ser distinguidas como das melhores.

O asseio: "cidade monturo", "cidade lixo", "cidade pó"

Em torno da higiene da cidade patenteava-se uma das mais impactantes cenas de anti-civilidade. Para iniciar esta questão, vejamos uma nota em que a referência africana para a cidade adquire forte teor pejorativo, correspondendo a uma contraposição aos bons exemplos europeus. Trata-se da descrição do diálogo que teve um jornalista com um seu conhecido, que, ao final, resultará numa crítica áspera:

- Vamos à costa d'África?
 - Agora? em que pacote?
 - Não; é desnecessário atravessarmos o Atlântico.
 - ?!
 - Desçamos o Elevador.
- Descemos e a costa d'África do amigo era o "Mercado Modelo".

Não é difícil imaginar o que venha ser a cena da costa africana logo embaixo do Elevador. Se, anteriormente, identificou-se os padrões de civilidade a modelos urbanos europeus, às referências africanas só podem corresponder ao inverso. E o que seria esse inverso, se ruas arborizadas, fontes de ferro e mármore, ruas alinhadas, alargadas e asseadas, enfim, a perfeita assepsia e estética correspondiam aos melhores paradigmas de tratamento civilizado à cidade, tantas vezes comentados a partir dos exemplo tirados dos centros europeus? Voltemos ao relato:

Tendo a municipalidade consentido que se fizessem vendas, principalmente de louça indígena e fructas pelo exterior do mercado, nos seus passeios, os vendedores preferiram as fachadas, em vista do Preço menor.

E vimos montes de fructas, louças e capoeiras de galinhas, à venda sob o sol e sob a chuva, em deposito sobre a lama podre.

Por entre poças d'água stagnada, chapinham vendedores e compradores.

A falta de asseio é completa. Na lama putrefazem-se: detricos de comidas, fructas, palhas dos milhos de S. João, enfim todo um monturo.

Repugna!

As feiras districtaes são mais toleraveis em limpeza.

E é nisto que se concerne o progresso da nossa capital.²²

A anti-estética da falta de higiene, representada no acúmulo de água empoçada, na lama e nos restos de alimentos simbolizam o exemplo africano. As feiras eram excelentes amostras do mais acabado desasseio. Situados "em pontos fixos como o Cabeça, Praça dos Veteranos, Preguiça, Baixa dos Sapateiros, Agua de Meninos, Fonte Nova, Forte de S. Pedro e outros",²³ a venda de gêneros alimentícios em meio à sujeira e a lama caracterizava os mercados ao ar livre da cidade. Isso ocorria inclusive com o Mercado Modelo, localizado no distrito da Conceição, centro de comércio e ponto de chegada dos navios ao porto.

²² *A Tarde*, 25/06/1915, p. 1.

²³ "Mercado ao ar livre". (Editorial). *Diário de Notícias*, 05/03/1912, p. 1. V. também, *Diário de Notícias*, 24/09/1914, p1; *A Tarde*, 23/12/1914.

Em novembro de 1913, o Conselho Municipal da Cidade do Salvador havia decretado uma lei autorizando a Intendência a construir quatro feiras distritais, distribuídas entre os distritos da Penha, Brotas, Pilar e Santo Antônio — "mais toleráveis em limpeza" e nas quais consistiria "o progresso da capital". Entretanto, o não cumprimento da medida prolongava a permanência das feiras imundas, que terminavam por receber a adjetivação de coloniais — não sei ao certo se se referindo aos tempos primordiais da nossa história ou às regiões coloniais da África, mas, de uma maneira ou de outra, desabonadora da civilização pretendida para a cidade:

E porque ella [a lei] não se cumpriu estamos agora assistindo ao triste espectáculo das *feiras colonias*, immundas, com detritos de frutas entre artefactos de louças e de madeira, gallinhas e leitões, carvão, etc., na Ribeira, Água de Meninos, Bomfim e outros pontos accessíveis a saveiros. É tudo o que há de mais primitivo e desabonador de nossos créditos de cidade "que se civilisa".²⁴ (grifo do autor)

Em função do seu asseio (ou desasseio) formavam-se imagens negativas, acentuadamente pejorativas e associadas a tempos ou a lugares em que a civilização não chegou. Assim, o epíteto: "triste espetáculo das feiras coloniais". E não era raro despontarem comparações detractoras — não somente relativas às feiras e mercados ao ar livre, mas às condições gerais das ruas da cidade —, que, em lugar de colocar Salvador ao lado das civilizadas urbes europeias, colocavam-na assemelhada a locais tidos como atrasados; vejamos três delas:

As possessões africanas, mais atrasadas não invejarão o serviço de asseio da nossa capital [...].

[...] não temos empreza : o serviço que existe envergonharia a mais atrasada possessão africana.

²⁴ *A Tarde*, 26/02/1915, p. 1.

[...] o *aspecto de povoado do interior* que nos oferecem as diversas feiras, aos domingos, para onde afluem horticultores, pescadores, etc.²⁵ (grifos do autor)

O próximo fragmento de texto selecionado nos jornais, além de nos trazer uma imagem negativa da cidade, aponta para alguns dos problemas associados à higiene:

O lixo amontôa-se nas vias publicas, como nos *bairros miseraveis de uma cidade turca*; a vegetação cresce à vontade, a collecta nos domicilios é feita de vez em quando, os fornos de incineração não funcionam, e por fim, os carroceiros e "chauffers" da empresa vivem em natural estado de greve, por falta de pagamento.²⁶ (grifo do autor)

A falta de coleta, as greves dos funcionários do asseio e a vegetação crescendo pelas ruas justificavam as dificuldades reparadas no serviço. O último aspecto é motivo de uma nota interessante, em que a existência de animais alimentando-se do capim faz com que o autor afirme ironicamente que o local do acontecimento mudou-se para o alto sertão:

Avisa-se ao povo de nossa capital que a rua dos Coqueiros os Barris não está mais situada no seu antigo local, parece que a mudaram para o alto sertão de Tabocas.

Assim é que, à noite de hontem, animaes do esquadrão e da roça do colégio S. José, andaram pastando pacificamente, o florescente capim que cresce no leito daquela rua, sem que os guardas que lá se achavam tomassem uma providência.²⁷

Aliás, a presença de animais, como burros, em locais densamente povoados e ruas remodeladas não era fato incomum. Foi o que ocorreu com um asno, que deixaram amarrado em plena rua Chile, um trecho alargado nas proximidades da Intendência.²⁸

²⁵ Respectivamente, *A Tarde*, 30/05/1914, p. 1; 14/07/1914, p. 1; 28/03/1916, p. 1.

²⁶ *A Tarde*, 25/09/1915, p. 1.

²⁷ *A Tarde*, 24/11/1913, p. 1.

²⁸ O caso do asno em plena rua Chile, uma das mais importantes e movimentadas da cidade, está em *A Tarde*, 19/11/1914, p. 1.

Dentre os serviços mais tratados em editoriais, matérias e notas dos jornais, aquele ligado ao asseio, limpeza e higiene da cidade projetava-se com destaque. Tomando por base o relevo merecido pelo serviço, conclui-se que ele era de longe o mais problemático de todos, malgrado as tentativas de sua reforma empreendidas pelos poderes públicos.

As descrições que se faziam das ruas da cidade, no concernente ao seu asseio, quando lidas, são desoladoras:

Percorrendo uma rua, movimentada ou não, habitada por pessoas ricas ou pauperrimas, a impressão causada ao transeunte consciente é sempre má, é sempre incommoda, si a via pública não foi varrida convenientemente, si em toda a sua extensão se vêem montões de lixo, cascas de fructas, utensilios domésticos imprestaveis, ou capim e outros vegetaes em abundancia.²⁹

Encontravam-se expostos, nas vias públicas, todos os tipos de coisas: lixo doméstico e dos estabelecimentos de negócios em geral; sobras de alimentos dos mercados; capim, mato e outros vegetais; fezes e detritos; água estagnada e lama. Existiam posturas municipais proibindo os habitantes de jogar lixo às ruas, que resultavam por vezes em multas. Mas, não há de se estranhar o desrespeito a elas, quando os próprios órgãos responsáveis pelo asseio ou à sua fiscalização não cumpriam a contento as suas funções. Por conta disso, via-se uma enormidade de imundícies se putrefazendo ao sol e à chuva, sendo que em alguns locais pairava um odor insuportável.

De diversos locais surgiam reclamações atestando a situação. Em S. Pedro, eram as aboboreiras. Na rua 21 de abril, o lixo aumentava a cada dia. No Sodré, o capinzal crescia e se concentrava lixo. O lamaçal estava formado no Canela, na Preguiça e em vários pontos do Pilar. Na rua Silva Jardim (ladeira do Taboão), uma casa em ruínas servia de depósito de lixo e sentina pública. Na rua Cons. Saraiva, ocorria o mesmo: lixo e materiais fecais. Na ladeira do

²⁹ "Limpeza publica". (Editorial). *Diário de Notícias*, 16/04/1913, p. 1.

Monturo (ao lado da Igreja de S. Francisco), o nome já lhe era bastante adequado, havia mato, "animaes mortos, restos de cozinha, roupas de enfermos e quejandas materiaes em decomposição".³⁰ E os exemplos aqui poderiam se multiplicar indefinidamente. Os lugares citados estavam, na sua maioria, situados nos distritos centrais da cidade. Vários dos trechos remodelados ficavam nestes mesmos distritos, sendo visto, deste modo, a reprodução de tais fatos bem próximo aos melhoramentos:

A poucos metros da celebre avenida Sete de Setembro, para as bandas da ladeira dos Barris, a grama, com as ervas damninhas, cresce a quasi um metro de altura. [...]

A praça do Mercado Modelo, a faixa que se alarga do Mercado aos fundos da *Associação Commercial*, as ruas do Xixi; da Agua de Meninos, da Calçada; as ruas da freguezia da Sé, de Sant'Anna, da propria Victoria aristocratica, cobriram-se com tapetes de lixo, de sanie, exhalando o mau cheiro das decomposições.

No largo da Fonte Nova [...], vêem-se as grandes touceiras de mamoeiras e montões de lixo e de pedras.³¹

Compondo o panorama, o pó que subia, também, produzia inúmeros incômodos:

"a cidade vive envolta numa pesada nuvem de poeira, que a tudo desasseia, que impede a vista, difficulta a respiração, martyriza a que, por quaesquer motivos, haja de percorrer as nossa ruas e praças, durante todas as horas do dia".³²

As vias em que passavam bondes, automóveis, carros e outros veiculos eram as piores, pois, na passagem, eles levantavam o pó perigoso para a saúde. As diversas obras da remodelação favoreciam a situação e a inexistência de um serviço de irrigação resultava no seu agravamento. E numa expressão categórica, havia quem afirmasse que "como nos tempos coloniaes, como no

³⁰ *Diário de Noticias*, 06/02/1913, p. 1; 16/07/1913, p. 1; 18/07/1913, p. 1; 28/07/1914, p. 2 (este, de onde se extraiu o trecho aspeado); 27/08/1915, p. 5. *A Tarde*, 21/02/1914, p. 3; 25/04/1914, p. 3; 12/09/1914, p. 3; 30/07/1915, p. 1. O jornal *A Tarde* mantinha uma seção denominada Queixas do Povo, que não tinha uma periodicidade determinada, podendo aparecer uma, duas, três ou mais vezes por semana. Nesta seção, os moradores manifestavam reiteradas reclamações sobre o asseio e a limpeza das suas ruas.

³¹ "Perigos que vão... E perigos que vêm!". (Editorial). *Diário de Noticias*, 18/10/1915, p. 1.

³² "A Poeira! Serviço de Irrigação". (Editorial). *Diário de Noticias*, 04/01/1913, p. 1.

império, como nas primeiras décadas da República, a Salvador continua[va] a ser uma cidade de poeira [...]".³³

Este instante, no qual foi estabelecido um vínculo entre o pó na cidade e a remodelação, é apropriado para se dizer que, em parte, o asseio das ruas fora comprometido pelos próprios melhoramentos, os entulhos produzidos pelas obras muito comumente acumulavam-se nas vias públicas. Por isso, ecoavam reclamações contra os "continuados abusos dos empreiteiros e constructores de obras, que depositam tijolos, pedras, areia e outros materiaes nas sargetas e passeios das ruas".³⁴ Outras vezes, falava-se das ruínas de prédios desabados que terminavam por servir como sentina. Este problema, entretanto, teve mais um caráter circunstancial do que permanente, acentuando-se sobretudo nos momentos de paralisação dos trabalhos por escassez de recursos.

De um modo geral, se nos distritos centrais se verificava muito lixo, vegetação e poeira, nos bairros e nos arrabaldes, tanto nos mais próximos quanto nos mais afastados, vivia-se o "abandono", como acusavam aqueles que tinham uma noção mais abrangente da cidade, voltando as vistas para tais lugares. Itapagipe, por exemplo, era foco constante de preocupações, inspirando diversas matérias especiais. Lixo, lama, capim e animais (vacas, cabras, burros, sem contar as galinhas) pastando ou vagando pelas ruas e largos davam a tônica do local. Sintetizando, para evitar ser repetitivo, as evidências são de que a imundície grassava, ainda, no Santo Antonio, Lapinha, Barbalho, Tororó, Cabula e outros lugares.³⁵

O descontentamento com o problema podia manifestar-se de formas diferenciadas, sendo a mais comum os protestos que indicavam as lacunas do serviço de asseio, acompanhado

³³ *A Tarde*, 29/01/1916, p. 1.

³⁴ *Diário de Notícias*, 31/03/1913, p. 1.

³⁵ Sobre Itapagipe, ver *A Tarde*, 26/08/1913, p. 1; 29/10/1913, p. 1. A respeito de outros lugares, *Diário de Notícias*, 19/04/1912, p. 1; 13/09/1912, p. 1; 02/11/1912, p. 1; 19/04/1913, p. 1; 15/07/1913, p. 1.

de solicitações para soluciná-las surgidas de diversos locais. Nos jornais, algumas das matérias que discutiam a questão do asseio recebiam títulos depreciativos como "cidade abandonada", "cidade em monturo", "cidade pó", "cidade do lixo", os quais demonstravam as percepções que se tinham desenvolvido sobre a cidade. Já a ironia anônima popular, contam os mesmos jornais, também não perdoava o problema, tendo, por duas vezes, expressado a sua opinião. Na primeira ocasião, colocou-se em um monte de lixo, à rua Chile, dois cartazes, cada qual contendo um dos dizeres seguintes: "a Hygiene não tem vergonha disto" e "Aqui jaz a Hygiene". Na segunda, foi posto em um monturo, localizado no Pilar, outros dois cartazes, constando neles os ditos: "Onde está a hygiene desta terra?" e "A Bahia civilisa-se".³⁶

Tanto o desinteresse dos poderes públicos quanto os maus hábitos da população concorriam para o péssimo estado de asseio das ruas. Os poderes públicos por não dispensar os devidos cuidados e atenções ao serviço; a população por não colaborar na sua conservação desenvolvendo práticas civilizadas de higiene. E acrescente-se, também, uma dose de responsabilidade pela má condição higiênica da cidade ao modo como as empresas contratantes desempenhavam o trabalho da limpeza. Segundo os comentários localizados em um editorial, as pessoas costumavam fazer dos seus quintais um depósito dos restos produzidos em casa e, quando se viam sob a ameaça de uma inspeção, transferiam incontinenti tudo para as vias públicas. Resultado, a mais completa imundície estendendo-se das casas para as ruas. Desculpe a citação longa e quiçá cansativa que segue, mas seu conteúdo ilustrativo aponta com perfeição a culpa dos moradores no problema da higiene e (des)asseio, descrevendo com riqueza de detalhes práticas que o estimulava:

As ruas e as praças da cidade da Bahia, sem exceção alguma, além do capim, estão diariamente, e para vergonha nossa cheias de todos os detritos, de todas as sujidades, de tudo que fala ao desasseio.

³⁶ Respectivamente, *A Tarde*, 28/11/1913, p. 1; e, 16/04/1914, p. 3.

Culpa da empresa contratante do Município e culpa dos maus hábitos do morador da Bahia.

Porque o morador da Bahia se acostuma depressa ao bonde elétrico, ao jardim sem gradeamento, às modas *up-to-date*, a tudo de bom e de mau, que nos vem do estrangeiro, e demora em sujeitar às boas práticas da boa higiene.

Comparada a certas capitais do Brasil, grandes e pequenas, a Bahia parece um quintal. E quintal de casa baiana. Porque aqui, alugando uma casa que tenha uma nesgazinha de terra, o inquilino não a destina para criar a ave doméstica, para semear o coentro cheiroso ou para plantar as rosas vivaces; não.

O quintalejo aqui, espécie de chamado *resto de cozinha* dos homens primitivos, é como os esgotos de Paris para receber tudo: a casca de jaca, os espinhos e escamas do peixe, as águas servidas, as carroças das mangas, os ossos da carne, as vísceras da galinha, os trapos velhos, os papéis, o lixo varrido da sala e dos quartos.

Quando grassa uma epidemia, a higiene do governo — há muitos anos, aliás, não tem feito — dá para correr as casas da cidade.

Corre uma vez só. E como o morador da Bahia, além de não ter sempre a higiene particular tem medo ainda da higiene do governo, alguns mandam fazer a limpeza dos seus quintalejos para receberem a espalhafatosa vista. E as imundícies retiradas são postas nas ruas, às vezes derramadas logo nas calçadas, às vezes, em caixões, em latas de gás, em bacias velhas (sistema seguido por todos), que os cães famintos se incubem de derramar.

Os indivíduos que moram em casas sem fundos, ou que não fazem do seu quintal depósitos de lixo, fazem-no, entretanto, na via pública.

Porque a casca de jaca, as espinhas e as escamas do peixe, as águas servidas, as carroças da manga, os ossos da carne, as vísceras da galinha, os trapos velhos, os papéis, o lixo varrido das salas e dos quartos, tudo enfim, que se encontra num quintal desasseado, e mais colchões de variolosos, garrafas quebradas e embrulhos suspeitos, e outras coisas, são encontradas em ruas da civilizada cidade do Salvador!³⁷

A mesma população que criticava os órgãos encarregados do serviço e da fiscalização da higiene e do asseio, contribuía para que o problema ocorresse. Nesta visão da cidade, visivelmente pessimista, denota-se que os maus hábitos, as más práticas da população,

³⁷ "O asseio da cidade". (Editorial). *Diário de Notícias*, 25/10/1912, p. 1. A impressão de que não havia o cuidado com a conservação da cidade é reforçada em outro editorial: "Quotidianamente, ao transitar pelas ruas da cidade, observa-se o seguinte: um cidadão, aliás de boa aparência, postado à porta de uma habitação, uma creança, um popular chupa um pedaço de canna de assucar, come uma banana, saboreia um pedaço de jaca e atira ao leito da via publica os bagaços e as cascas". In "O Asseio. Abuso a corrigir-se". (Editorial). *Diário de Notícias*, 07/10/1914, p. 1. Alguns eram ainda acusados de fazer da rua sentina pública, mas não é especificado se populares, mendigos ou crianças; por outras notícias, sabe-se que os mendigos satisfaziam as suas necessidades publicamente. Mas, decerto, outras pessoas, em momentos de aperto, e na falta de sanitários públicos, faziam da rua o local para aliviar-se das necessidades fisiológicas, não era à toa que se clamava pela instalação de mictórios nos locais de maior movimento de pessoas. Ver, por exemplo, *Diário de Notícias*, 13/06/1913, p. 2.

que não se preocupava em cuidar do asseio do próprio domicílio, são fatores que favoreciam sobremaneira o estado de sujeira das ruas, tornadas depositárias de tudo que fosse lixo.³⁸ E daí, o tom sarcástico com que é utilizado pelo autor da matéria o adjetivo "civilizada", ao final da citação, para referir-se a Salvador.

Havia, entretanto, quem discordasse que as casas fossem desasseadas e justificasse o costume do povo baiano de lançar o lixo à rua. Kalendus, pseudônimo de um colunista do *A Tarde*, acreditava que tal prática revelava o cuidado peculiar do baiano em relação ao próprio asseio — inclusive os da "classes menos favorecida pelas fortunas" —, sendo o hábito de jogar os resíduos domésticos à rua um sinal do esmero que o caracterizava de manter sempre limpa a sua habitação, preservando a higiene privada conquanto prejudicasse o espaço de uso público.³⁹

Contudo, um dos aspectos mais importantes em todo o tema do asseio, encontrava-se no modo como os contratantes prestavam o serviço, cuja qualidade estava sujeita a todos os tipos de questionamentos, provocando verdadeira perplexidade. O Município utilizava-se de "auto-caminhões" para a realização da tarefa nos distritos de São Pedro e Vitória e no Bairro Comercial, que tinham as melhores ruas da capital. Mas, no restante da cidade, a coleta se dava através de carroças puxadas por animais, pertencentes à empresa de um certo Angelo Alves Santana, também alcunhado por "Angelo das Carroças". Entretanto, durante uma greve dos condutores dos caminhões e empregados dos fornos de incineração do lixo, episódio sucedido no final de 1914 e início de 1915, as carroças tiveram que assumir a limpeza de toda a cidade.⁴⁰

³⁸ A prática de se jogar os resíduos domésticos na rua é uma herança recebida pela população soteropolitana cuja origem remonta ao período colonial, passa pelo Império e chega à República, fazendo-se permanente mesmo nos contextos de modernização. Aliás, ainda hoje, nos finais do século XX, Salvador mantém-se com inúmeras dificuldades na prestação do serviço de asseio urbano e seu povo persiste no costume de fazer das ruas depósito de lixo. Ver Emanuel Araújo, *O Teatro dos Vícios* (Rio de Janeiro, 1993), pp. 48-66, que discute o problema na Colônia; e Mattoso, *Bahia, Século XIX*, pp. 438 e 442. Ver, também, o capítulo 1 deste estudo, pp. 27.

³⁹ Kalendus. "Aspectos" (Coluna). *Diário de Notícias*, 16/04/1912, p. 1.

⁴⁰ *A Tarde*, 30/12/1914, p. 1.

As irregularidades cometidas pelas empresas na passagem ao longo das ruas para o recolhimento do lixo tornaram-se acontecimentos corriqueiros, basta lembrar que, em relação a isto, surgiam reclamações originadas de diversas localidades. As carroças eram consideradas anti-higiênicas: não comportando o excesso nelas acumuladas, deixavam escorrer pelo trajeto parte do seu conteúdo, favorecendo, desta forma, ao emporcalhamento das ruas. Seriam elas, em uma visão detratora, o "modelo e feitio da empresa de Asseio, de alguma tribo d'Africa".⁴¹

Mas a maior indignação referente ao serviço, derivava do fato do lixo coletado não ser levado diretamente para o forno de incineração mantido pela Intendência, conforme era a obrigação, mas o seu abandono em terrenos baldios. Fato como este ocorreu, por exemplo, com parte do lixo retirado da Sé, jogado "dentro da muralha da ladeira da Misericórdia" pelo carroceiro. Enquanto isso, "nas diversas roças que margeam as estradas do Rio Vermelho e Retiro, em pleno dia, o lixo é lançado". E mais, "as carroças do asseio estão transformando diversos pontos da cidade, como as ruas do Bom Gosto do Pilar, Estrada da Areia da Penha e outras, em montureiras, incommodas e nocivas aos moradores e às suas vizinhanças".⁴² Concluindo, aqueles que recebiam a incumbência prática de realizar o asseio das cidade, contraditoriamente, não executavam a sua função do modo devido, retirando o lixo de um trecho e abandonando-o pouco adiante.

Tendo por parâmetro as descrições contidas nos jornais, e aqui trabalhadas, no concernente a sua paisagem, a Salvador parecia corresponder a imagem de uma "cidade monturo". A exceção talvez ocorresse em alguns pontos centrais da cidade, onde se colocara o asfalto da remodelação.⁴³ Mas pelo impacto visual que causava, com toda sua carga de

⁴¹ *Ibidem*.

⁴² *Diário de Notícias*, 24/01/1916, p. 3; 19/02/1916, p. 1.

⁴³ Uma ressalva: embora a imagem de sujeira rodei a cidade, evidentemente encontram-se locais considerados em condições pelo menos satisfatórias de limpeza, como certas ruas do bairro comercial e da cidade alta,

negatividade, o desasseio constituía-se numa das mais tristes e deprimentes cenas de anti-civilidade.

especialmente aquelas que já vinham de alguns melhoramentos ou eram tidas por mais elegantes ou bem habitadas.

CAPÍTULO 4 — CENAS DE ANTI-CIVILIDADE II: GENTE INCULTA, CIDADE INDIGENTE

Definida a princípio como necessidade higienizadora, pensada, portanto, sob o prisma da saúde, a modernização das cidades brasileiras deveria abrir os seus braços para outras direções. Se por um lado, a amplitude do saneamento a ser realizado muitas vezes conduziu a alterações radicais no tecido urbanístico, por outro, tendeu a superar a dimensão material e a atingir o plano social, pois sanear deixou de ser uma questão meramente associada ao espaço físico, tratando de penetrar no próprio seio da família, discutindo as próprias condutas das pessoas.¹

Havia a necessidade de se controlar o modo de vida das classes populares, que com seus costumes (ditos incivilizados) contribuíam para a situação de insalubridade. Além disso, uma "multidão" de trabalhadores pobres e pessoas em condição de miséria ou mendicância povoava as ruas, sendo que a visão deles, circulando livremente pelos espaços da cidade, agredia a "sensibilidade" de muitos. Representava, também, um sinal desabonador dos créditos de civilização da cidade. Desta forma, a pretendida civilização transfigurava-se de projeto material, encarada aqui sob o prisma da higienização e da modernização dos espaços físicos, em projeto social: precisava-se limpar a cidade dos elementos sociais que lhes impingiam a imagem contristadora do espetáculo de miséria e pobreza.

¹ Falando de São Paulo, por exemplo, Rago, op. cit., pp. 172-173 e 178, refere-se à invasão do espaço privado do trabalhador operário pelo poder médico (que articulava-se aos interesses dos donos de fábricas) e à tentativa de controle do seu comportamento com a criação das vilas operárias. Ver, também, Fernandes & Gomes, op. cit., p. 61.; Pechman, op. cit., p. 34.

Acreditava-se, então, que a civilização da cidade não deveria concentrar-se apenas nas obras de remodelamento físico que transformariam as suas feições coloniais, mas também em torno de um projeto de reeducação dos habitantes citadinos — a qual se daria mais por vias da repressão do que da instrução formal, visto que o problema da assistência e da instrução públicas foi sempre uma necessidade nunca bem encaminhada. Fosse reeducando as pessoas, fosse limitando a extensão e os efeitos das questões de cunho social, ter-se-ia uma civilização erigida tanto no que diz respeito à paisagem material quanto à paisagem social. Os maus costumes e o estado de grande indigência espalhada pelas ruas só faziam depor contra, ferir qualquer pretensa civilidade; terminando, assim, por revelar-se como mais uma cena de anti-civilidade.

Foi pensando em civilizar os costumes e as gentes da cidade que muitas das práticas populares e muitos dos usos que faziam da rua, para o lazer ou para o trabalho, passaram a sofrer censuras e a conhecer formas de controle. Assim, a moralização e a reeducação das classes populares seriam defendidas com veemência, tendo por base os pressupostos idealizados pelas elites para a sociedade brasileira. A mesma censura e busca de mecanismos de controle ocorriam no referente à miséria exposta nas ruas à vista de todos. Para resolver a situação da miséria, sugeria-se o seu confinamento em instituições assistenciais, eliminando da visão dos habitantes e visitantes a sua indesejável exibição pública.

Da mesma forma como ocorria em outras capitais brasileiras, em Salvador, os difusores da civilização alimentavam um mesmo tipo de expectativa em relação à regeneração social e cultural da população. E respondendo às vozes que exigiam medidas neste sentido, os poderes públicos municipal e estadual, em alguns momentos, tomaram iniciativas que objetivaram regular sobre os assuntos que envolviam os usos destinados à rua, tanto no que se refere ao trabalho quanto ao entretenimento. Procurava-se, com isso, reprimir hábitos,

brincadeiras e divertimentos classificados de viciosos, perigosos, agressivos ou prejudiciais. A repressão podia dar-se através da legislação (como leis, decretos e posturas municipais) ou promovendo-se ações policiais contra o jogo, a bebida, a prostituição e outros hábitos ou coisas tidos por intoleráveis e incivilizados. Isso se dava afinal porque na existência de uma boa ordem pública e social assinalava-se um expressivo elemento de civilização.

Conquanto as medidas que se tomavam, a ineficiência dos órgãos de repressão em fazê-las respeitadas, sobretudo pelo caráter muito esporádico e circunstancial das fiscalizações e das ações policiais empreendidas, bem como o jeito de ser de um povo bastante arreado ao cumprimento de certas normas (mesmo quando elas pudessem revelar-se benéficas ao bem-estar coletivo e individual) fizeram de toda e qualquer projeção civilizadora que dissesse respeito à ordem sócio-cultural um campo de batalha, onde quase nunca se observavam vitórias significativas para os seus defensores. Do mesmo jeito como acontecia em relação aos serviços e ao asseio, os maus hábitos de extensa parcela da população e a grande indigência visível nas ruas imprimiam um aspecto de anti-civilidade à cidade. E mais, considerando-se as reiteradas manifestações reprobatórias em torno de fatos como o bando de crianças desocupadas, pedintes, órfãos e cegos que se assenhoram das ruas, a permissividade do jogo e da bebida, a prostituição, as práticas religiosas populares, o mau exemplo da polícia, entre outros, abordados, sistematicamente, nos jornais, têm-se a sensação de que, em Salvador, eram as tais cenas de anti-civilidade aquelas que predominavam.

Ordem pública e "vícios" da gente da cidade

A Salvador do contexto remodelador era uma capital de gente inculta, deseducada e incivilizada, cujas "práticas de barbaria numa cidade tida como civilizada" enchia-lhe de

vergonha.² Esta impressão, ressaltada nos jornais, compõe uma noção, representa uma idéia que certos segmentos locais das elites (social, política ou intelectual) tinham do povo. Não é possível negar que tal percepção estivesse fortemente eivada de um sentimento preconceituoso, o qual, para a lógica do período e na perspectiva da mesmas elites, pode ser compreendida, mas não necessariamente aceita. A vontade por vezes radical de serem como que europeus nos trópicos, expressa pelos membros das elites, imbuídos que estavam de todos os valores civilizatórios de que a Europa era referência, talvez sirva de justificativa para o preconceito.

Entretanto, a realidade que o país conhecia — e Salvador muito especialmente — era a de uma forte herança africana e da permanência de hábitos e tradições herdadas do Império e mesmo da Colônia. A contradição existente entre a realidade que condicionava a vida e caracterizava as vicissitudes passadas pela maior parte das pessoas e as idealizações civilizatórias elaboradas por certos segmentos das elites tornava-se cristalina nas críticas que abordavam a temática do jogo, da bebida, do entretenimento, da ordem pública em geral e outras coisas que resvalavam para assuntos similares. Vejamos algumas destas críticas, atentando para como a cidade vivenciava em seu cotidiano cenas que em nada a lembrava a "civilização", estando, na verdade, longe de vê-la realizada.

Havia a propensão de se utilizar o termo remodelação para designar as transformações materiais processadas na cidade. Tratando-se, porém, das transformações sugeridas aos aspectos relacionados à ordem sócio-cultural da cidade — ou seja, ao que dizia respeito à população, aos seus costumes e às suas carências — a expressão "saneamento moral" tornou-se a mais utilizada. E era em nome de um saneamento moral que se esperava o combate ao caftismo, à escravidão branca, ao lenocínio, os quais acabaram acentuando-se com os

² *Diário de Notícias*, 07/10/1912, p. 1.

recentes sopros de civilização que a Bahia vinha conhecendo em consequência das reformas urbanas. Segundo se percebe nos jornais, eram homens estrangeiros (destacadamente de ascendência árabe, entre eles os sírios e turcos) que dominavam a atividade na cidade.

Como efeito da falta de providências quanto ao problema, afirmava-se que "o commercio miserável da carne branca, a torpe exploração das pensões clandestinas alastra-se por toda a parte, dando à cidade o aspecto de uma suburbana abandonada à prostituição".³ As diversas reclamações publicadas, onde normalmente se conclamavam as ações policiais, levam a crer na grande incidência do caftismo e da escravidão branca na cidade, sendo a sua repressão um imperativo civilizador. A polícia, em atuações eventuais, buscava reprimi-los — a detenção de cáftens ou a extinção das casas voltadas para a prostituição de certas áreas da cidade eram algumas das formas de atuação.⁴ No entanto, nunca conseguiu erradicá-los. Primeiro porque os cáftens e prostitutas procuravam deslocar-se para novas ruas afim de prosseguirem na suas atividades; segundo porque a polícia não mantinha uma ação repressiva continuamente efetiva.

Embora tais práticas ressoassem muito negativamente, elas estavam limitadas a círculos restritos, envolvendo nas suas teias apenas uma pequena parcela dos moradores da cidade. Com o jogo, a bebida e os divertimentos com música (ou mais precisamente, o samba e as serenatas) se dava diferente. Eram hábitos havia muito incorporados e profundamente arraigados no cotidiano e nos costumes da sociedade local, não havendo nenhum exagero em se afirmar que a maior parte das pessoas tinha a sua vida atingida por eles. De modo geral, o jogo, a bebida e o "samba" eram considerados incômodos, inconvenientes, excessivos e altamente prejudiciais. Representavam fatores de degeneração social e moral, além de se constituir um perigo para a ordem pública, uma vez que a ocorrência de tumultos, conflitos e brigas

³ *A Tarde*, 01/05/1915, p. 5. *Diário de Notícias*, 20/11/1912, p. 1.

⁴ *A Tarde*, 13/02/1914, p. 1; 13/04/1915, p. 5.

estiveram, em diversas ocasiões, a eles associados. Havia ainda o caráter de ilegalidade de alguns deles, como é o caso do jogo do bicho, cuja atividade de venda de bilhetes era há muito proibida pelo código penal.

Em uma cidade sem grandes variedades de opções de lazer que pudessem receber a reputação de "saudáveis", a bebida, o jogo e o "samba" estavam entre as principais formas de entretenimento, sobretudo para as camadas populares da população. Sobre esta questão, o conhecido cronista K. reproduziu em uma de suas crônicas diárias no jornal *A Tarde* o diálogo entre duas vizinhas suas habituadas a discutir palpites e resultados do jogo do bicho. Elas lamentavam as limitadas chances de boa diversão oferecidas na cidade, e que ainda assim, ultimamente, se andasse prendendo os bicheiros, que lhes possibilitavam uma das poucas alternativas de divertimento, além de que a sorte no jogo podia render lucros que ajudavam no orçamento doméstico:

— Isso não é terra. A cidade é uma nuvem de pó, não há diversões; o Passeio Público não é da gente e, agora, por mal dos nossos pecados, querem acabar com o único prazer que se tem, prazer que é às vezes até um auxílio nestes tempos de aluguel de casa pela hora da morte...⁵

Encontravam-se espalhadas pelas ruas da capital inúmeros pontos de comercialização de bebidas alcoólicas e muitas casas de jogos. Vejamos, inicialmente, o caso da bebida. Em enquête que procurava dar conta da quantidade de "tavernas" existentes em Salvador, o jornal *A Tarde*, em janeiro de 1915, apontava para mais de mil os pontos de venda de bebidas estabelecidos por toda a cidade, que estava assim distribuída: "freguezia da Sé, 86 tavernas; São Pedro, 72; Sant'anna, 49; Conceição da Praia, 106; Pilar, 121; Rua do Paço, 66; Victoria, 112; Santo Antonio (1º, 2º e 3º districtos), 180; Brotas, 70; Mares, 50; Penha, 80; Nazareth, 35". Nestes estabelecimentos, a cachaça e a cerveja, cujos preços mais acessíveis

⁵ K., "Mundanas e Sociaes. Trechos" (Coluna). In *A Tarde*, 30/09/1913, p. 3.

tornavam-nas as mais consumidas pelos setores populares, eram as bebidas mais comercializadas. Em consequência da larga oferta, já que abundavam os pontos de venda do produto, é bem possível que o consumo fosse bastante elevado.⁶

Constante e repetidamente, a bebida aparecia como razão motivadora de tumultos ou do cometimento de "desatinos" por pessoas pouco resistentes aos seus efeitos, pois o álcool potencializava a agressividade e fazia com que alguns perdessem o sentido de limite. Além disso, os bares, tavernas, botequins, vendas e quiosques, locais tradicionais de comercialização do produto, funcionavam como foco de distúrbios, pondo em risco a segurança pública, não sendo incomum que acontecessem episódios de discussões, brigas corporais, tiros, sangramentos e mortes. Este, por exemplo, era o caso do "Botequim do Galinho" — situado à rua do Saldanha, na Sé, e frequentado por mulheres e indivíduos de todos os tipos —, que inúmeras vezes entrara em polvorosa por conta dos conflitos desencadeados entre os seus frequentadores, sendo necessária a intervenção policial para acabar com as confusões.⁷

E eram associados à bebida que, comumente, apareciam os divertimentos com músicas. Tratados geralmente como "sambas inconvenientes" ou "serenatas incômodas", e realizados em meios preponderantemente populares, tornaram-se objetos de queixas por estimularem conflitos entre os seus participantes, por produzirem gritarias e o uso de "vocabulário licencioso", além de se prolongarem por noite adentro. Não foi detalhado nos jornais o tipo de música tocada nestes encontros, mas a denominação pejorativa que recebiam

⁶ *A Tarde*, 15/01/1915, p. 1. Decerto, a credibilidade destes números pode ser questionada, pois nada comprova a realização de uma pesquisa minuciosa, baseada em critérios estatísticos e científicos para se chegar a tais valores. Os dados foram fornecidos ao jornalista por um morador da cidade, que segundo a matéria, era um ardoroso defensor da abstermia. O informante afirmava ter percorrido as diversas "freguesias" da cidade, fazendo o levantamento do número que apresentava ao jornalista. Sobre o consumo de cachaça, ele dizia que as mais de mil tavernas, contadas em conjunto, vendiam 166.500 litros a cada sessenta dias. Sobre a cerveja, apenas no "Luso", um destes estabelecimentos que comercializam bebidas, eram consumidos 3.000 litros por mês.

⁷ *Diário de Notícias*, 14/04/1915, p. 2; 08/06/1915, p. 5. Na primeira das referências citadas, é lembrada ainda uma briga, no mesmo botequim, ocorrida em dezembro de 1914, que terminou em sangue.

indicam para estilos musicais populares. Modas de viola e variedades rítmicas que remetiam para heranças africanas (incluindo-se aí uma forma inicial do samba) deviam compor as preferências. Reunindo "indivíduos desclassificados" e comprometendo a tranquilidade pública, não raro os sambas e serenatas foram encarados como problema de polícia, onde, circunstancialmente, sucedia-se a prisão de seus participantes. As pequenas notas abaixo são ilustrativas da questão:

Na madrugada de hontem, um grupo de vagabundos formou um samba numa venda à rua direita da Saúde, e que terminou por um ligeiro conflicto.

Os contendores foram presos pela policia do districto de Nazareth, e recolhidos à Casa de Correção. Estes foram Damazio da Silva Ramos, Innocencio Barrozo, Ricardo Victorio de Sant'Anna, João Dias Baptista e outros que se achavam bastantes embriagados.

Ou:

Alguns moradores à rua Dr. J. J. Seabra, queixam-se do modo inconveniente, porque, durante todas as noites se portam os vigias de uma *garage manqué* sita àquella rua n. 4.

Quasi todas as noites no portão daquella *garage* se reúne um numeroso grupo de indivíduos desclassificados, que de viola em punho e em altos gritos, não consentem que ninguém concilie o somno, além dos palavrões pronunciados durante o inconveniente samba.⁸

Em síntese, samba e bebida andavam lado a lado. Desta união resultava gritarias, palavrões e conflitos, nos quais a polícia era chamada a intervir, em nome da ordem pública.

O jogo era outra prática profundamente difundida, existindo muitas casas voltadas para a sua atividade estabelecidas na cidade. Em relação às casas de jogos não foram realizadas estatísticas semelhantes àquelas sobre os pontos de venda de bebidas, mas apenas alguns dias depois de publicar os dados sobre as "tavernas" comentados acima, um repórter do mesmo jornal, *A Tarde*, resolveu percorrer o distrito da Sé em busca delas, tendo por finalidade

⁸ Respectivamente, *Diário de Noticias*, 22/09/1913, p. 2; 01/02/1915, p. 5.

conhecer o seu funcionamento. Segundo a manchete de tal matéria, havia no local mais de cinquenta casas de jogos. O extenso título que encimava a reportagem é por sinal bastante ilustrativo da predisposição que se tinha quando o jogo se tratava do assunto em discussão, onde adjetivos como "pavoroso" e metáforas do tipo "paraíso da jogatina" definem a percepção do problema; finalizando-o, uma frase indignada em relação a atitude da polícia: "As estatísticas pavorosas. A Sé é o paraíso da jogatina. Há ali mais de 50 casas de jogo. Até a polícia joga". No corpo do texto, entretanto, o repórter dizia ter percorrido, entre a meia noite e as três horas, "vinte oito combucas e clubs". Neles jogava-se uma variada gama de jogos, sendo listados na matéria "o sólo, o pacão, bisca, 'lasquet', sete e meio, marimbo, ronda, trinta e um, pocker, vispera, rolêta, bicho, manilha, três sete, vermellinha e outros", sobre os quais não procurei obter detalhes das regras.⁹ Outra matéria do *A Tarde* apontava a existência de cerca de 80 casas de jogos localizadas na zona do comércio, entre o Pilar e a Conceição da Praia.¹⁰ E indubitavelmente, outros distritos e bairros possuíam as suas próprias casas.

Os jogos se reproduziam na cidade em outros espaços, não somente em locais especializados na sua atividade, assim como conheciam-se outras modalidades deles. Jogavam-se nas ruas as mesmas coisas e da mesma maneira que em lugares fechados, não havendo maiores reservas por temor à polícia. As festas populares, por exemplo, eram excelentes momentos para se armar barracas, nas quais as apostas na roleta, no carteadado e no dado podiam ser arriscadas livremente. Praticava-se o jogo, também, nas residências particulares, ambiente tido por mais reservado, mas onde o exaltação dos ânimos na ânsia da disputa podia redundar em gritarias e xingamentos. O jogo do tipo lotérico, por sua vez, era um fenômeno generalizado; muitos tentavam a sorte comprando bilhetes e outros tantos ofereciam-lhes em venda pelas ruas

⁹ *A Tarde*, 20/01/1915, p. 1.

¹⁰ *A Tarde*, 01/02/1916, p. 1.

aos transeuntes. Dentro desta variedade, o "bicho" ocupava lugar de destaque nas preferências.¹¹

Existia a consciência de que o jogo era uma prática lúdica muito comum, mesmo quando se pensava em termos dos grandes países europeus e dos principais estados do sul brasileiro, entre eles o Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, as grandes referências de progresso e civilização. Mas na Europa, segundo se dizia e imaginava, a cada casa de jogo "correspondem centenas de escolas, centenas de fabricas, centenas de oficinas, centenas de casas de labor, em proveito da humanidade". Desta forma, os vícios europeus eram compensados pelas virtudes e dedicação ao trabalho. Não ocorria o mesmo no Brasil, e especialmente na Bahia, visto que esta em comparação aos estados do sul estava em inferioridade, pois acreditava-se que no Rio, São Paulo e Minas, preocupados que estavam "na agitada vida industrial, agrícola, comercial e científica", não se vendiam tantos bilhetes lotéricos como entre nós.¹² O coibimento do jogo pelos poderes públicos era um ato de civilização que se deveria mostrar ao resto do país:

O governo municipal, pelo seu legislativo, deve, quanto antes, proibir, terminantemente, a vendagem de bilhetes pelas ruas da cidade.

É em nome das pessoas que andam, na via pública, atraz de suas occupaões, é em nome do commercio, é em nome do nosso nome...

Se assim o fizer, com a policia, perseguindo os outros jogos prohibidos, que grande passo não deu nossa terra, mostrando às suas irmãs do sul que aqui tambem se pratica a civilização?!¹³

Esporadicamente, algumas medidas de repressão eram tomadas. Assim, em abril de 1912, o Chefe de Polícia, José Álvaro Cova, expediu uma circular às autoridades policiais da

¹¹ *Diário de Notícias*, 17/06/1913, p. 2; 16/01/1914, p. 2; 29/12/1914, p. 5; 25/02/1916, p. 1. *A Tarde*, 05/12/1914, p. 1.

¹² "Repressão ao Jogo". (Editorial). *Diário de Notícias*, 23/04/1912, p. 1.

¹³ *Ibidem*.

cidade no sentido de reprimir o jogo. Inteiramente transcrita no Diário de Notícias, a circular solicitava o maior empenho na ação contra o jogo do bicho, bem como contra as loterias e rifas que não tivessem autorização legal — estes eram os jogos mais perseguidos.¹⁴ Em outros momentos, organizavam-se cercos às "casas", a exemplo do que aconteceu, em fevereiro de 1916, com as que ficavam no Bairro Comercial. E ainda, davam-se prisões de jogadores que se divertiam publicamente nas ruas.¹⁵

Como se sabe, competia à polícia refrear a disseminação do castismo e escravatura branca, dos sambas e serenatas inconvenientes, do jogo e dos conflitos estimulados pela bebida. No entanto, o cumprimento desta obrigação ficava comprometida pela incapacidade policial em manter-se ostensiva na sua função, bem como pelo próprio envolvimento e participação de seus agentes nas atividades que deveriam combater. Este último aspecto é interessante pelo aparente paradoxo que traz embutido: membros da polícia interagiam em práticas condenadas pelos civilizadores, quando deveriam impedi-las. Desta forma, seria natural não esperar demasiadamente destes homens — os responsáveis mais direto pela repressão das práticas viciosas mantidas pela população — quando no desempenho de suas obrigações. Repetem-se nos jornais acusações que creditam o insucesso no coibimento aos vícios sociais ao fato de até policiais tomarem parte neles. Parágrafos acima (no trecho que antecede a nota 7), vimos a taxativa afirmação contida no título de uma matéria publica em jornal de que "até a polícia joga". E outros exemplos desta participação podem ser dados:

[...] o jogo [do bicho], entre os seus mais assíduos clientes, mais fervorosos fregueses, encontrou sempre a polícia.

Ou:

¹⁴ *Diário de Notícias*, 20/04/1912, p. 2.

¹⁵ *Diário de Notícias*, 17/06/1913, p. 2. *A Tarde*, 01/02/1916, p. 1.

[...] os próprios guardas e soldados que estão cercando os antros do vício, são os primeiros a jogar [...].¹⁶

Segundo se relatava, em "serenatas incomodas" ocorridas no Tororó — nas quais ouvia-se gritaria e proferia-se um "vocabulário licencioso" — "têm tomado parte algumas praças do esquadrão de polícias".¹⁷ O mais surpreendente, entretanto, foi quando se viu os próprios policiais organizando uma comemoração que reuniu coisas e personagens condenáveis. Em novembro de 1915, após receberem soldos atrasados, "praças da polícia, do exército e alguns bombeiros" teriam transformado o posto policial da Sé, com a devida autorização do subdelegado local, em salão de festa. Esta foi a forma por eles encontrada para festejar o pagamento dos seus rendimentos atrasados. Iniciada às dezenove horas e prolongando-se até a manhã do dia seguinte, a festa teve ornamentação, música tocada por uma "orquestra [de] tres violões e um quinteto do Regimento", bebida, além de contar com a presença de "damas, — decahidas das mais perigosas das zonas" (ou seja, prostitutas) e o reforço de marinheiros, que resolveram se juntar ao "cisco" (como fora designada a festa pelo jornal). Nesta noite, as patrulhas teriam sido dispensadas de vigiar as ruas da cidade.¹⁸

Não chega a ser um fato totalmente estranho que guardas e policiais de baixa patente participassem de divertimentos envolvendo jogos, bebidas, músicas e onde prostitutas tomassem parte. Originários das baixas camadas da população, compartilhavam da cultura popular e das vicissitudes típicas da maior parte dos trabalhadores pobres urbanos. Eles, também, deviam sofrer com as precárias opções de lazer existentes na cidade. Não lhes restavam, portanto, outras alternativas, nem lhes eram possível possuir códigos de valores tão

¹⁶ Ver as citações, respectivamente, "Repressão ao Jogo". (Editorial). *Diário de Notícias*, 23/04/1912, p. 1.; *Diário de Notícias*, 25/02/1916, p. 1.

¹⁷ *Diário de Notícias*, 23/03/1914, p. 2.

¹⁸ *A Tarde*, 23/11/1915, p. 5.

diferenciados que tornassem viáveis condutas sócio-culturais distintas daquelas que eram as mais comuns e praticadas pelos indivíduos de sua classe.

Aos olhos dos críticos, porém, o comportamento dos agentes policiais era altamente reprovável. E como se não bastasse o cometimento de vícios detratando a polícia de Salvador, ela sofria, sistematicamente, denúncias de violência e arbitrariedade, diminuindo o pouco respeito de que ainda pudesse desfrutar:

"[...] ao contrario de desempenhar as suas funções com rigorosa orientação, provoca, tambem, disturbios, promove, igualmente, arruaças, distanciando-se, portanto, criminosamente, dos altos fins para os quaes foi instituida".¹⁹

E não esqueçamos que dentre os sinais de civilização de um povo encontrava-se a organização de uma guarda policial ordeira e polida, que se impusesse pela autoridade, não pelo temor ou pela força.²⁰

Levando-se em conta as diversas reclamações publicadas nos jornais referentes às suas atitudes, a polícia local estava longe de reunir tal conjunto de características. O *Diário de Notícia* asseverava em editorial que "quasi diariamente, queixas nos chegam de cidadãos residentes na cidade contra policiaes que comettem tropelias inqualificáveis, invadem propriedades, saqueam casas, apoderam-se de dinheiro e objectos, que encontram-se em poder de sua victimas, espancam, ferem os que, vagabundos ou não, cahem debaixo de sua illimitada auctoridade". Certa vez, narrava o "*Diário*", tendo prendido alguns indivíduos, a polícia montada procurou levá-los para a Casa de Correção do Estado, localizada no largo de Santo Antonio. A caminho da prisão, os detidos foram obrigados a subir uma íngreme ladeira, que

¹⁹ "A ordem pública. Policiaes arruaceiros. Arbitrariedades Intoleráveis. Cenas canibalescas". (Editorial). *Diário de Notícias*, 03/04/1913, p. 1.

²⁰ Ver capítulo 1, p. 45.

ligava o Pilar ao largo de Santo Antonio, amarrados às selas dos cavalos da polícia e espancados por facções. Pessoas que assistiam à violenta ação resolveram reclamar contra a "brutalidade", mas os soldados respondiam com desrespeitosos insultos. Na coluna "Queixas do Povo", mantida pelo jornal *A Tarde*, era habitual falar-se de espancamentos, prisões ilegais, abusos de poder, perseguições, desacatos às pessoas cometidos pelos homens da polícia.²¹

Diante dos vícios manifestados pelo sua população e a duvidosa qualidade apresentada pela sua polícia, questões significativas para a manutenção da ordem pública, tem-se mais dois elementos que desabonam a civilização da cidade.

"Maus hábitos" de uma "gente inculta"

Prosseguindo no tema da gente da cidade, os habitantes de Salvador persistiam em inúmeros hábitos considerados intoleráveis entre povos tidos por educados e que desenvolveram alto grau de civilização. Já me referi à inclinação dos moradores de transformar tanto os quintais das suas casas quanto as vias públicas em depósito de lixo.²² Esta era uma atitude perpetrada que fazia sentir seus efeitos sobre a limpeza e o asseio, pondo em perigo a saúde da cidade, periodicamente visitada pelas epidemias. Havia uma necessidade objetiva, uma justificável finalidade em se atacar aquela prática. Mas aspectos de feição bem mais subjetiva, também, mereceram abordagens em tom de censura, entre os quais: certos costumes derivados

²¹ "A ordem pública. Policiais arruaceiros. Arbitrariedades Intoleráveis. Cenas canibalescas". (Editorial). *Diário de Notícias*, 03/04/1913, p. 1. Ver, também, a coluna "Queixas do Povo", *A Tarde*, 28/10/1913, p. 3; 05/01/1915, p. 5; 16/08/1915, p. 5; 27/08/1915, p.5; 29/09/1915, p. 5; 08/11/1915, p. 5; 12/11/1915, p.5; 07/12/1915, p.5. Sidney Chalhoub, *Trabalho, Lar e Botequim* (São Paulo, 1986), pp. 190-200, demonstra que no Rio de Janeiro, na primeira década do século XX, os excessos e as desconfianças das classes populares para com a polícia muitas vezes opôs de modo conflituoso policiais e populares, não raro ocorrendo a tentativa e mesmo a consumação de homicídio quando as duas partes entravam em confronto. Não me preocupei, neste trabalho, em levantar acontecimentos desta natureza em Salvador, mas nos jornais consultados não localizei nenhuma notícia que desse conta de fatos semelhantes.

²² Ver capítulo 3, pp. 103-105.

de longa tradição, as preferências religiosas populares, os hábitos "deselegantes" ou "deseducados" de pessoas supostamente bem instruídas.

Dentre os costumes tradicionais mantidos pelos baianos alguns sofriam críticas ríspidas, em especial, certos tipos de folguedos profundamente disseminados entre a população, mas que recebiam a pecha de selvageria. A brincadeira de soltar fogos nas festas juninas, sobretudo no dia de S. João, estava entre eles. Realizou-se através dos jornais, contra tal costume, uma campanha que procurava reprimi-lo, e havia inclusive postura municipal proibindo os fogos. O movimento contra os fogos lembra, ligeiramente, aquele contra o entrudo — "burlesca guerra de água, perfume e farinha, e outros líquidos 'menos edificantes'",²³ que tomava conta da cidade entre o domingo e quarta-feira de cinzas —, no século XIX, que fora caracterizado como grosseiro, violento e "bárbaro". O entrudo, no entanto, desaparecera em razão do surgimento do carnaval, organizado justamente com o objetivo de oferecer uma forma civilizada de divertimento em substituição ao "bárbaro" jogo. Já os fogos de S. João, mantiveram-se sem qualquer alteração, talvez porque tenha faltado a idéia de um novo divertimento que pudesse substituí-lo. Além disso, as autoridades foram incapazes de fazer obedecida a sua proibição, até mesmo porque muitas destas autoridades, junto com seus parentes, gostavam de soltar fogos.

Fiéis a uma herança de longa data, os moradores de Salvador, em sua maior parte, saíam às ruas no S. João para acender suas fogueiras e lançar seus fogos ("buscapés", bombas e "roqueiras"). Falava-se, em 1912, que "homens do povo, muita gente chamada boa, muitos indivíduos que se diziam educados, muitos moços que se tinham como civilizados e instruídos, muitos parentes de autoridades policiaes, de chefes políticos, muitos soldados, mesmo de

²³ Ver o trabalho de Peter Fry et alli. "Negros e brancos no Carnaval da República Velha". In João J. Reis (org.), *Escravidão e Invenção da Liberdade* (São Paulo, 1988), pp. 232-263.

polícia e do exercito"²⁴ entravam na brincadeira. A participação de pessoas de quem se esperava atitudes exemplares e/ou de reprimenda ao costume causava a censura dos jornais.

Os protestos sempre se sucediam às véspera do S. João. Em 1914, falava-se da não observância de uma postura municipal que proibia os fogos. No ano seguinte, exigia-se dos poderes públicos que reprimisse "os terríveis fogos", que punham em risco a propriedade e a vida.²⁵ Com início das obras de remodelação, havia a expectativa de que o hábito se extinguisse. O *Diário de Notícias*, por exemplo, afirmava que no Rio de Janeiro ninguém se lembraria "de acender uma fogueira, de atirar um buscapé na Avenida Rio Branco"²⁶ (esta que foi uma das principais obras da reforma da capital federal). Com a remodelação em andamento na cidade deveria dar-se o mesmo, ela exerceria então a sua função pedagógica. Se assim ocorreu, após a conclusão dos melhoramentos, só a leitura dos jornais de anos imediatamente posteriores ao momento remodelador poderá confirmar, mas não creio que tal expectativa tenha se realizado.

A tradição de soltar fogos, era visto como "um vestigio da barbaria, da selvageria, da brutalidade, das éras coloniaes, quando aqui ainda era, quasi, tudo matta brava, quando aqui ainda era povoado de indigenas ferozes e de colonos tambem ferozes" — possivelmente, os participantes da brincadeira na nova "era civilizadora" não passassem de indígenas e colonos ferozes, ou pelo menos eram, inegavelmente, seus descendentes diretos, algo, portanto, muito diferente daquela vontade de ser uma espécie de europeu bem educado. Tinha-se, então, mais um fato desabonador para a cidade, pois "apesar de assinalarmos depressa certos usos, certas

²⁴ "Fogos Soltos". (Editorial). *Diário de Notícias*, 22/06/1912, p. 1.

²⁵ "S. João. Postura sem execução". (Editorial). *Diário de Notícias*, 23/06/1914, p. 1; "Menos selvageria!". (Editorial). *Diário de Notícias*, 22/06/1915, p. 1.

²⁶ "Fogos Soltos". (Editorial). *Diário de Notícias*, 22/06/1912, p. 1.

modas dos povos cultos, a Bahia conservou ainda muitos costumes de tempos de antanho, de quatrocentos annos atraz".²⁷

Outro costume que merecia ser abolido era aquele de fazer-se enterros de mortos acompanhados por crianças de ambos os sexos ou por moças, em mais uma prática que depunha contra a civilização e que não encontrava paralelo em nenhuma cidade que tivesse atingido este estágio. Considerado uma das "lembranças dos tempos coloniaes", havia uma postura municipal proibindo tal costume, mas que, como se dava com tantas outras, não era respeitada. Decifrar a possível importância da presença infantil nos enterramentos não é uma questão relevante aqui, mas talvez estivesse relacionada a uma antiga imagem de que crianças mortas seriam "anjinhos". Assim, por associação, fazer-se enterros acompanhados por crianças talvez quisesse significar fazer-se enterros acompanhados por anjinhos.

A justificativa para a reprovação do costume estava na preocupação com a preservação da saúde infantil, pois se o ar pesado, próprio dos cemitérios, que eram normalmente mal conservados, representa grave perigo para os adultos, aos pequenos seria prejudicialíssimo, sobretudo porque eles não tinham o cuidado de proteger-se como faziam os adultos.²⁸

A crítica aos costumes, hábitos e maus modos da população açambarcava um amplo espectro de coisas. Práticas tachadas de bárbaras pelo perigo à integridade física como os fogos do S. João e aspectos aparentemente menores como as crianças em funerais constituíam objetos de tais críticas. Acontecia o mesmo em relação a diversos outros fatos notados na cidade,

²⁷ "Fogos Soltos". (Editorial). *Diário de Notícias*, 22/06/1912, p. 1.

²⁸ "Crianças aos cemitérios". (Editorial). *Diário de Notícias*, 07/02/1912, p. 1. Sobre a crianças mortas ser consideradas "anjinhos" ver Reis, *A Morte É uma Festa*, pp. 139-140 e 142.

fossem eles perpetrados pela gente "bem educada", fossem eles perpetrados pelos segmentos populares.

Dentre as práticas da gente "bem educada" vistas como incultas, incluía-se a das mulheres que frequentavam as salas dos teatros e cinemas com enormes chapéus (comparados a "torres da cathedral ou zimborio de S. Bento", segundo um dos que se mostravam inconformados com eles), impedindo a visão daqueles que lhes ficavam atrás, mal exemplo este que vinha sendo "imitado" pelos homens. A boa educação, baseada nas mais corretas normas de civilidade, aconselhava que os chapéus fossem retirados quando das apresentações e exhibições, norma nem sempre seguida. Outro hábito comum nos cinemas refere-se ao abusos de alguns dos seus habitués fumarem durante a projeção das fitas, incomodando os demais frequentadores, especialmente às senhoras.²⁹

Transpondo o aspecto dos procedimentos nas casas de diversão, a aparição nas janelas de homens trajando pijamas, também, feria gravemente as regras da moderna elegância, pois "em qualquer cidade que já se civilizou, [a pijama] não transpõe a esfera da alcova". E mais, os moços — alguns "vagabundos sem cotação", outros "moços de família" e pais abonados — que, nas esquinas, dirigiam suas pilhérias a quem passava, inclusive às moças "de família", mantêm uma prática intolerável. Eles reproduziam, desta forma, cenas "revoltante[s] e indign[as] para uma cidade que caminha[va] para a civilização".³⁰

Respeito ao próximo nos lugares fechados, atitudes de elegância e cortesia eram o mínimo esperado.

²⁹ Sobre os chapéus femininos, *Diário de Notícias*, 28/09/1914, p. 2; sobre os fumantes nos cinemas, *A Tarde*, 06/09/1913, p. 2;

³⁰ Sobre a pijama masculina, *A Tarde*, 05/11/1913, p. 3; sobre as pilhérias dos moços, *A Tarde*, 09/10/1913, p. 3.

Fortes críticas foram dirigidas, ainda, a alguns hábitos e costumes populares, sobretudo aqueles que lembrassem uma origem africana. Naquele momento em que se nutria o desejo de ser europeu, havia um exacerbado sentimento de rejeição aos elementos da cultura negra, típicos de segmentos populares dos habitantes da cidade. Ensejado no discurso civilizador, no início do século XX, desaprovava-se veementemente os batuques africanos realizados pela população negra, que, nos dias do carnaval, saía às ruas organizada em forma de clubes ou blocos, tocando seus instrumentos e entoando músicas que, de algum modo, remetiam à África. Entre 1905 e 1913, os batuques foram, sistematicamente, proibidos de desfilar, numa decisão tomada pela polícia. O efeito da proibição foi que nos anos seguintes e até a década de 1930 não se viu falar nos jornais da presença dos "blocos africanos".³¹

Os batuques identificavam-se, intimamente, ao candomblé. Se foram impedidas as suas exibições nos dias do carnaval, no restante do ano, podia-se ouvir os seus sons ecoando em diversos pontos da cidade, como, por exemplo, na rua Lellis Piedade, em Itapagipe. O já citado chefe de polícia, Dr. Álvaro Cova, expediu, em setembro de 1913, nova circular às autoridades policiais da cidade, determinando, desta feita, a proibição dos batuques e candomblés.³² A intolerância para com o candomblé no contexto remodelador pode ser demonstrada numa declaração de K., escrita em sua coluna diária do jornal *A Tarde*, que exortava a ação da polícia contra aquele tipo de manifestação religiosa, comparada, por ele, ao exercício do demonismo medieval:

Na Bahia, porém, apesar do remodelamento, das ruas abertas para o ar, para o sol, o candomblé continua no exercício medieval do demonismo, com convulsionarias e curandeiros, que mistificam a eterna tolice humana.

³¹ Fry, op. cit., pp. 252-256.

³² *A Tarde*, 06/09/1913, p. 1; 13/03/1916, p. 5.

É preciso, porém, por-se um paradeiro a isso e cumpre à policia não dar tregos à essa farandula de loucos e exploradores.³³

A intolerância não ocorria apenas em relação ao candomblé. Em geral, toda e qual forma de religiosidade popular assentada na incorporação de entidades, nas crenças espíritas ou nos rituais mágicos era severamente condenada. Para qualificar tais formas religiosas, os seus opositores se serviam das designações bruxaria, fetichismo, demonismo, charlatanismo e curandeirismo, ao mesmo tempo, acusavam-nas de pretender realizar curas milagrosas no exercício ilegal da medicina. Postas ao lado "da jogatina, do caftismo, da prostituição e da malandrice que medra[va]m às escancaras", afirmava-se que não eram "menores os malefícios que a baixa exploração do charlatanismo cava em todas as classes sociais, maxime nas menos letradas, em que falsos 'spiritas' e authenticos 'paes de terreiro' fazem pela vida própria e tosquam a alheia".

Foi procurando revelar o quanto vinham se alastrando "os domínios de bruxaria nessa crente e catholica cidade do Salvador", que o jornal *A Tarde* deu início a uma série de reportagens especiais sobre o tema, cujo título recebido foi "No mundo da bruxaria".³⁴ Estas reportagens revelam um pouco da penetração que tinham as práticas religiosas alternativas ao catolicismo entre a população. Elas se caracterizam, porém, por não reconhecer qualquer possível seriedade nos seus praticantes, que foram colocados lado a lado de indivíduos que se utilizavam de maneira charlatanesca das crenças místicas das pessoas, o que, obviamente, nem todos faziam.

³³ K., "Mundanas e Sociaes. Trechos" (Coluna). In *A Tarde*, 29/09/1913, p. 3.

³⁴ A primeira reportagem saiu no *A Tarde*, 06/12/1915, p. 1. As demais foram publicadas nos dias 07/12/1915, p. 1; 09/12/1915, p. 1; 10/12/1915, p. 1 e 5; 11/12/1915, p. 1.

Os trabalhadores, as crianças vadias e os deserdados das ruas

Nos principais espaços da cidade, circulavam personagens urbanos incompatíveis com o progresso e a civilização. Vendedores ambulantes ou armados de banca, meninos e moleques, crianças órfãs, velhos, doentes, loucos, mendigos e indigentes enchiam as ruas de Salvador. Este "bando", na percepção dos civilizadores, era fonte de diversos problemas, entre eles o emporcalhamento das vias públicas, depredações, licenciosidade, além de imprimir um triste aspecto à cidade. Havia, por isso, uma grande preocupação com esta gente, sendo imprescindível o seu controle ou exclusão.

O trabalho nas ruas centrais da cidade dos vendedores ambulantes ou armados com cestas e tabuleiros era mais um elemento ligado aos setores populares visto sem qualquer simpatia. Segundo escreveu Kalendus no *Diário de Notícias*, "havia uma praga dos vendedores ambulantes, que infestam por toda parte".³⁵ Juntos a estes estavam os vendedores de bilhetes lotéricos, peixeiros, feirantes, quituteiras e outros, que faziam da atividade de venda o meio de sobrevivência. Causava forte decepção, ao menos em alguns, vê-los estabelecidos em um trecho concluído da Avenida Sete de Setembro, a principal obra da remodelação da capital, como ocorria no Duarte, onde "cestas e tabuleiros, vendedores de verduras e peixeiras fazem o movimento da zona".³⁶

Este episódio da presença de trabalhadores pobres em plena Avenida Sete foi comentado alguns meses antes da inauguração oficial da nova via, em setembro de 1915. Contraditoriamente, a avenida que, quando concluída, deveria ficar totalmente arborizada, asfaltada e com a fachada de seus edifícios refeitas, representando o melhor da cidade, servindo

³⁵ Kalendus. "Aspectos" (Coluna). In *Diário de Notícias*, 19/10/1912, p. 2.

³⁶ *A Tarde*, 28/01/1915, p. 1.

de cenário para a gente civilizada e para o rodar dos automóveis, já vinha sendo tomada por populares, com vistas ao trabalho. No Bairro Comercial, também, outra importante área atingida pelos melhoramentos, os vendedores se proliferavam, estando fixados sobretudo em torno das feiras e do Mercado Modelo.

O trabalho autônomo dos vendedores em áreas que se queriam exclusivas para a circulação da "boa gente" da cidade configurava-se um entrave às pretensões civilizadoras. Constituiu um significativo incômodo bater-se com aqueles trabalhadores que tomavam as calçadas expondo suas mercadorias ou que penetravam os estabelecimentos comerciais como bares, cafés, confeitarias oferecendo seus produtos. Em meio aos alargamentos e asfaltamentos de vias, eles formavam um problema a ser resolvido, a fim de não impedirem o livre trânsito, o passear dos elegantes pelas melhores ruas da cidade. E foi assim que K. entendeu o assunto:

Alargam-se vielas, asfaltam-se ruas, já há trechos suaves para automóveis.

Mas algo resta ainda, por exemplo: carregadores pelos passeios, peixarias com enormes gamelas, impedindo o trânsito.

Uma senhora, ontem, em lindas sedas, teve quase o seu vestido inutilizado...

Não é o pensamento do cronista dificultar aos humildes o honesto ganha-pão em benefício da elegância feliz.

Mas a cidade é grande, e dentro dela há espaço para a faina de cada dia, para a glória suprema da moda.³⁷

Existia uma vontade de disciplinarização do uso das ruas, definindo-se espaços próprios para a atuação de cada classe. Buscava-se, desta maneira, evitar a disputa e o convívio simultâneo dos diversos segmentos nas ruas, eliminando-se os perigos e os desconfortos aos quais estavam sujeitas as elites em consequência de tal convivência.

³⁷ K., "Mundanas e Sociaes. Trechos" (Coluna). In *A Tarde*, 17/09/1913, p. 3.

A molecagem dos garotos, também, precisava ser controlada. Livres de qualquer vigilância, eles se distraíam em divertimentos caracterizados como perniciosos: disputavam partidas de futebol, empinavam arraias e papagaios, jogavam cartas e se metiam em outros tipos de jogos. Devido ao fato de passarem a maior parte do tempo se dedicando às diversões nas ruas, os meninos eram chamados de capadócios, vagabundos, vadios, indolentes, ociosos, perversos. Eram, constantemente, acusados de quebrar vidraças com pedradas ou boladas e de estragar os telhados e fios telefônicos por causa das arraias. Nas suas brincadeiras, faziam uma enorme algazarra, proferiam palavras indecorosas e desrespeitavam as pessoas. Multiplicavam-se nos jornais as reclamações, surgidas de diversos pontos, relativas aos prejuízos e inconveniências provocados pela molecagem, casos para os quais solicitava-se a atenção da polícia e dos governantes. As cenas protagonizadas pelos garotos reproduziam fatos "extremamente desabonador[es] dos nossos foros de cidade que se civilisa".³⁸

Não fica muito evidente nos jornais se estes meninos eram, preponderantemente, crianças sem lar ou apenas crianças que fugiam da vigilância familiar para se dedicar às brincadeiras nas ruas. Certamente, encontravam-se nos dois casos aventados e talvez em outros mais. O que se assinalava com firmeza em um editorial do Diário de Notícias era que "não ha rua, não ha praça da cidade, onde se não encontrem, por dezenas, meninos de todas as edades e de todas as classes, entretidos e a consumir o tempo e a actividade dos primeiros annos em jogos, em diversões ilicitas, sem respeito às coisas mais dignas e respeitaveis da sociedade". E assim, o próprio editorialista afirmava ter visto em uma das praças da cidade "mais de 20 meninos em renhida contenda, a despedaçar as arraias e papagaios que estavam a empinar; e, um pouco mais adiante, [...] quatro entretinham-se em jogar as cartas".³⁹

³⁸ *A Tarde*, 29/08/1913, p. 2.

³⁹ "A infância descurada. Males futuros". (Editorial). *Diário de Notícias*, 27/05/1915, p. 1.

Da maneira que fosse, nas condições em que viviam, passando o dia inteiro em divertimentos "nocivos", causavam uma séria apreensão: a possibilidade de que no futuro se tornassem uma ameaça social, "formando uma horda de ineptos, de preguiçosos, de gatunos a apavorar a gente honesta e trabalhadora".⁴⁰ Crianças que cresciam sem educação, sem ocupação, sem qualquer controle e distantes dos bons preceitos morais eram candidatas potenciais a se tornarem adultos não habituados ao trabalho, muitas vezes entregues aos vícios e aos crimes. O risco mostrava-se maior quando se tratava de menores que não tinham família ou lar, precisando, por isso, da atenção dos governos e da própria sociedade.

O correto, portanto, seria a existência de algum programa de assistência pública que oferecesse aos meninos a chance de adquirir instrução e uma formação profissional, em substituição às perniciosas diversões. No presente caso, sugeria-se a criação de colônias correcionais, onde os menores regenerar-se-iam do aprendizado colhido nas ruas. Em se tratando de ser civilizada a cidade, havia a obrigação de se possuir instituições assistenciais de tal natureza — supunha-se que assim ocorria nos centros europeus. Mas isso não se observava em Salvador:

A Bahia, que se diz civilizada, ainda não possui uma Colonia Correcional, onde a infancia abandonada possa se regenerar, trocando o baralho que perverte pelo livro que educa, a gazua que avilta pela penna que nobilita, as armas ensanguentadas do crime, pelos instrumentos honrosos do trabalho.⁴¹

Se alguns menores estavam nas ruas dispostos tão somente a concentrar-se nas suas brincadeiras — cuja justificativa fosse, talvez, a motivação típica da idade para as atividades voltadas ao entretenimento —, muitos haviam que, por viver em situação de pobreza ou miséria, procuravam amealhar algum dinheiro vendendo bilhetes lotéricos ou solicitando

⁴⁰ "Assistencia publica. Menores e vagabundos". (Editorial). *Diário de Notícias*, 11/01/1913, p. 1.

⁴¹ "Pela Infância Desvalida". (Editorial). *Diário de Notícias*, 18/07/1912, p. 1.

escolas, entre os quais se encontravam várias órfãs e abandonadas. E no mesmo estado de penúria destas crianças estavam diversos adultos: eram cegos, loucos, doentes, mendigos, que, junto às crianças, compunham uma imensa malta de indigentes e deserdados das ruas, contados às centenas e tristemente expostos ao olhar público.

No contexto remodelador, o aspecto da miséria espalhada pela cidade parecia o mais próximo de rivalizar com o desasseio da cidade em impressão negativa. Na verdade, não era incomum que em meio à sujeira se encontrassem mendigos e indigentes a ela misturada, formando como que uma espécie de lixo humano.⁴² A grande indigência e mendicância na cidade não formavam um acontecimento novo, eram permanências oriundas diretamente do século XIX.⁴³

Nos jornais, a indigência era tratada, recorrentemente, como um problema que atingia toda a capital, que tinha a maior parte dos seus logradouros ocupados por essa gente:

Por toda a parte, a cidade parece a urbs da vagabundagem e da miseria: é aqui o esmoler, ali o mendigo esfarrapado e enfermo, adiante o vagabundo, o ebrio, quasi sempre estirado nos bancos das praças ou, estes e aquelles, a dormirem ao relento, fazendo ao seu leito da lage das escadarias das igrejas. (grifo do autor)

Ou:

⁴² Alguns comentários sobre o desasseio de certos locais da cidade, como, por exemplo, o largo da Conceição da Praia, mostravam a presença de mendigos ou indigentes em meio à sujeira: "Materiaes imprestaveis, pedras atiradas pelos cantos, vegetação daminha em desvão onde a immundicie culmina, nauseante mictorio publico, valhacouto de vagabundos e mendicantes, aquella parte do bairro commercial está a merecer as vistas do esforçado e operoso intendente municipal". *Diário de Noticias*, 03/12/1915, p. 1. (Grifo do autor)

⁴³ Fraga Filho, op. cit., discute, detalhadamente, o problema da mendicância na Bahia, com certa ênfase em Salvador, durante o século XIX. Ele aborda diversos aspectos relacionados ao cotidiano, ao perfil, às estratégias de sobrevivências e aos sentimentos que os mendigos despertaram na sociedade. Muitas das observações que ele faz para o século XIX, pelo que pude constatar nas poucas fontes que consultei (a mendicância não é o meu objeto em si de estudo, serve-me apenas para discutir a civilização e progresso da cidade), são úteis para os anos iniciais do século XX. Alguns deles dizem respeito ao perfil da mendicância, aos pontos preferenciais para o seu exercício, as atitudes ambíguas em relação a eles e à formulação de um discurso civilizador para justificar a sua exclusão das ruas da cidade.

Não ha rua da cidade, átrio e portas de igrejas, em que se não encontrem indigentes e loucos a dormirem à noite, sobre um monturo de pannos sujos e rôtos, e durante os dias, a perambularem pelas ruas com flagrante offensa à moral e à caridade.⁴⁴

A indigência e a mendicância costumavam concentrar-se em lugares estratégicos da cidade, incluindo-se, entre eles, a ladeira do Taboão, o largo da Conceição, diversas ruas do Bairro Comercial, a ladeira do Bonfim, os átrios e as portas de igrejas. Ficavam, ainda, parados "às portas do Elevador, do Plano Inclinado, às entradas dos cafés e restaurantes, no ponto de parada dos bondes".⁴⁵ Certamente, estes locais eram preferenciais devido ao grande movimento de pessoas com poder de ofertar as esmolas.

Os doidos, por sua vez, perambulavam por todas as ruas, agindo, por vezes, com obscenidade e agressividade, ameaçando os transeuntes com os seus desatinos. Nesta situação, estavam uma louca, que quase estrangula uma criança que se dirigia para a escola na Calçada do Bonfim, e um louco, que apedrejava as pessoas no Bairro Comercial. Neste mesmo local, outro louco se atirava na linha de bonde para morrer, alternando momentos em que agredia os passantes, inclusive senhoras.⁴⁶

As condições gerais dessa gente, segundo descreviam os jornais, eram deploráveis. Havia indivíduos que andavam maltrapilhos, esfarrapados ou seminus, muitos exibiam chagas, enquanto outros eram aleijados. Fixavam-se, repito, em locais sem a menor higiene, habitando os "monturos, com os cães vadios e a lama das sargêtas", ou "entre as ruínas da remodelação".⁴⁷ Em decorrência da precária existência que levavam, não era incomum aos indigentes — entre os quais estavam nacionais e estrangeiros, homens e mulheres, de jovens a velhos — a morte

⁴⁴ Respectivamente *A Tarde*, 08/07/1914, p. 1.; "A indigência abandonada. Grande contraste". (Editorial). *Diário de Notícias*, 20/09/1915, p. 1.

⁴⁵ Maria Lucia, "Sete Dias", *A Tarde*, 27/10/1914, p. 1.

⁴⁶ *Diário de Notícias*, 08/11/1913, p. 2.; 12/01/1914, p. 1.; 02/09/1914, p. 1.

⁴⁷ *A Tarde*, 23/10/1913, p. 1.; 14/01/1915, p. 1.

em abandono por fome ou doença. No largo da Conceição da Praia, em frente à igreja ou nas suas vizinhanças, tinha-se um dos pontos onde mais se noticiava a morte de indigentes, como ocorreu, em outubro de 1914, com um faminto inglês e um doente português, e, em diversos outros momentos, com muitos nascidos na terra. Normalmente, as mortes se davam diante dos companheiros de miséria, os únicos que sobravam para velar e chorar o desafortunado.⁴⁸

Sobre o fato das imediações da Conceição da Praia ter-se tornado um palco frequente para a morte de mendigos, talvez o motivo fosse que ali se tratava de um dos logradouros principais de um distrito urbano que concentrava as atividades comerciais, financeiras e portuárias na cidade, havendo, por isso, um grande movimento de pessoas — como já se afirmou parágrafos acima. Era, portanto, um lugar bastante atraente para os pedintes e necessitados, que viam nele melhores chances de receber alguma caridade. Mas isto não lhes asseguravam a manutenção da sobrevivência, pois, como vimos, muitos acabavam morrendo no próprio local.

Quanto ao perfil dos mendigos e doentes, pelos nomes dos indivíduos publicados nos jornais, quando se obtinha conhecimento da identidade do morto, percebe-se que eram majoritariamente nacionais. Um ou outro estrangeiro, entretanto, podia encontrar-se na situação de indigência, em razão das dificuldades de se conseguir trabalho, como, possivelmente, fora o caso do referido morto português, cujo jornal afirmava tratar-se de um operário.⁴⁹

Nas suas práticas de mendicidade, a fim de sensibilizar as pessoas, mostravam suas feridas e deformidades, estendendo as mãos e fazendo uso de palavras que tocassem a

⁴⁸ *A Tarde*, 13/10/1914, p. 5.; *Diário de Notícias*, 23/10/1914, p. 5.

⁴⁹ Fraga Filho, op. cit., pp. 56 e 61-68, aponta o adro da Igreja da Conceição da Praia, situada no largo de mesmo nome, como um dos principais pontos de mendicância em Salvador, no século XIX; e traçando um perfil da mendicância, a partir do livro de "Entrada e Saída de Doentes" de uma instituição mantida pela Santa Casa de Misericórdia, ele conclui que os estrangeiros perfaziam 5,5% do total, levantando a hipótese de que eram indivíduos fracassados na tentativa de fazer fortuna na Bahia e marinheiros envelhecidos e doentes deixados ao abandono pelas embarcações.

compaixão. Os cegos, por sua vez, costumavam empunhar violas para entoar as suas súplicas. Considerava-se um "espectaculo deponente [o] dos mendigos que imploram a caridade publica".⁵⁰ Em uma das abordagens da questão no jornal, achava-se que a cidade se expunha ridiculamente com a situação, causando grande vergonha:

Quem é que não teve, ainda, occasião de envergonhar-se, vendo, alli, sentados aos passeios e debaixo das arvores, homens andrajosos, mulheres, cujas vestes attentam contra os nossos habitos de povo moralizado; doentes, que conservam às vistas das pessoas, que vão em demanda do templo para, nas orações, retemperarem o espirito, feridas horriveis; cegos, que ao som de instrumentos rudes, cantam as suas lamurias; individuos, que exploram a innocencia de meninos e meninas, fazendo-os rogar aos transeuntes esmolas para um pae enfermo?⁵¹

Os sentimentos despertados pelas cenas de miséria social eram múltiplos, por vezes até contraditório. Sentia-se vergonha, repugnância, menosprezo e até uma sensação de ofensa com as atitudes adotadas pelos mendigos quando na abordagem dos possíveis ofertadores de esmola. Alguns, manifestavam contrariedade, indignação e até certa dose de revolta — esta nem tanto pelos mendigos, mas pelo que eles representavam de contristador para uma cidade com pretensões à civilização. Não faltava quem requisitasse a ação da polícia, fazendo-se variadas alegações: que entre os mendigos havia muitos vadios, que atentavam contra ordem pública, que perturbavam o sossego e ofendiam às famílias quando estas saíam às ruas.

Ocorria, também, um incômodo em relação a alguns costumes dos mendicantes pelo que tinham de folclórico e inculto, a exemplo dos referidos cegos de violas, que — às vezes aos pares, e "esguelando a plenos pulmões supplicas em versos detestáveis de esmola com o repetido estribilho, entoado mais alto, 'Deus lhe pague', em todas as portas" — faziam lembrar um "espectaculo de sabor de arraial".⁵² Por outro lado, existiam aqueles que, imbuídos da

⁵⁰ *Diário de Notícias*, 02/06/1914, p. 2.

⁵¹ "Pelos miseráveis!". (Editorial). *Diário de Notícias*, 25/10/1913, p. 1.

⁵² *A Tarde*, 01/10/1914, p. 1.

caridade cristã ou de sentimentos altruísticos, revelavam piedade, compaixão e solidariedade para com os indigentes e mendigos.

O que pesava sobremaneira para os defensores da civilização era o fato de a multidão de mendicantes, indigentes, loucos, doentes que infestavam os espaços públicos tornasse a cidade muito distante dos verdadeiros centros civilizados europeus. Tratava-se de uma questão altamente desabonadora, como se afirmava a respeito do assunto: "muito depõe dos fóros de uma cidade civilizada" ou "[zomba] com uma ironia pungente das nossas pretensões de civilização".⁵³ Quando se reconhecia que nas cidades européias o problema também existia, logo surgia razões para aumentar sua gravidade entre nós. Assim, argumentava-se que na Europa ao menos existiam programas de assistência pública para atender a toda aquela gente, ou que ali a miséria era "resultado do excesso de população e trabalho". Enquanto na Bahia, era "resultado da falta de trabalho", em razão do descaso dos poderes públicos e da indolência do povo.⁵⁴

Como se pretendia um modelo de cidade que seguisse os exemplos europeus, havia, em consequência, toda uma preocupação com o impacto que a visão da miséria alastrada pelas ruas provocaria nos estrangeiros visitantes, bem como nos próprios estrangeiros residentes em Salvador. Em meio às matérias que tratavam da indigência, aparecia, frequentemente, este tipo de cuidado:

[...] triste impressão que temos [...] e, comnosco, a do estrangeiro que nesta capital, por toda a parte, tem o passo embargado pela mão supplice de "uma esmola pelo amor de Deus" ou dá com um sem número de desgraçados estendidos nas calçadas das ruas, como se fossem sobreviventes exangues de uma cidade aniquillada por catastrophe!⁵⁵

⁵³ Respectivamente, *Diário de Notícias*, 01/10/1913, p. 1.; *A Tarde*, 23/10/1913, p. 1.

⁵⁴ "A indigência abandonada. Grande contraste". (Editorial). *Diário de Notícias*, 20/09/1915, p. 1.

⁵⁵ *A Tarde*, 08/07/1914, p. 1.

De tão repetitiva que era a diligência para com os visitantes, chega-se a pensar, em dados instantes, que as exigências aos governantes da resolução do problema era motivada bem mais pela intenção de mostrá-los que havia civilização na cidade do que devido a uma consciência social. Afinal, os visitantes da cidade constituíam os melhores avaliadores dos nossos progressos.

Na capital baiana, havia uma grande carência de instituições assistenciais que acolhesse o enorme número de mendigos, indigentes, doentes, loucos, crianças abandonadas, enfim, toda a miséria humana que se abrigava nas ruas. A assistência pública resumia-se ao Asilo de Mendicidade (dirigido pela Santa Casa de Misericórdia), ao Hospício de São João de Deus, ao Hospital Santa Isabel (também vinculado à Santa Casa de Misericórdia) e ao Hospital dos Lázaros, que atendiam, respectivamente, aos mendigos, loucos e, os dois últimos, doentes; eram poucos diante da imensa demanda. Às vezes, eles eram levados, devido a dificuldade de dar entrada em uma dessas instituições, a pernoitar em postos policiais, até que a partir da intervenção da polícia ou de outra pessoa fossem recolhidos em um asilo, hospício ou hospital. Cosme de Farias, uma personalidade social de significativa projeção na sociedade, nas primeiras décadas do século, costumava remover muitos indivíduos abandonados nas ruas para algumas daquelas instituições.

As crianças contavam com mais oportunidades de assistência. Instituições como o Liceu de Artes e Ofícios e a Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim, por exemplo, ofereciam-lhes cursos profissionalizantes. Iniciativas particulares tomadas por figuras ilustres da sociedade, onde destacavam-se as senhoras dedicadas à caridade, tinham a criança como alvo, dois exemplos são a "Liga de Proteção à Infância", sob a direção do prof. Alfredo de

Magalhães, e a "Protetora da Infância Desvalida", associação que voltou a se reunir em 1913, após mais de dez anos desativada.⁵⁶

A situação de miséria social na cidade conduzia aqueles que se sentiam importunados com ela a exigir providências por parte dos governantes municipais e estaduais. Solicitava-se novos asilos e hospitais, bem como albergues noturnos para que se recolhesse o grande contingente de mendicantes e indigentes. Se havia sentimento de piedade em tais solicitações, notava-se, igualmente, um forte apelo à reclusão dessa gente motivado pela vergonha que, de um modo ou de outro, ela causava:

Existem, entretanto, nesta cidade asylos e hospitaes, e, se não são bastantes, é um dever dos governos a fundação de outros; no que seria melhor applicada a renda publica que na construção de sumptuosos palacios.

Além disso, poder-se-iam abrir, e se deve cuidar dessa medida, albergues nocturnos, onde se recolhessem esses infelizes, desherdados da sorte, durante as noites, evitando ao povo e aos estrangeiros, que passam por toda esta capital, o triste espectáculo do menosprezo pela indigencia, sob os seus varios aspectos.⁵⁷

Excluir das ruas a indigência e a mendicância, além de evitar "ao povo e aos estrangeiros [...] o triste espectáculo do menosprezo", tinham um caráter de segurança pública, pois, não esqueçamos, eles não deixavam de ser tratados, circunstancialmente, como problema de polícia. E, por fim, isto era uma necessidade imperiosa do progresso e da civilização (material, social e cultural) da cidade. Aliás, desde o início dos melhoramentos materiais da capital baiana, alegava-se o paradoxo que seria a ocupação das ruas remodeladas da cidade pela profusão de mendigos e indigentes. Por isso, era fundamental que junto à remodelação física existisse um projeto de assistência pública. Se não, o que seria das modernas vias lotadas dos velhos frequentadores:

⁵⁶ Sobre a "Liga" e a "Protetora", ver Maria Lucia, "Sete Dias", *A Tarde*, 25/08/1913, p. 1.

⁵⁷ "Assistencia publica. Indigentes abandonados". (Editorial). *Diário de Noticias*, 19/05/1915, p. 1.

A decantada remodelação da cidade, com todo o seu cortejo de fôfices e desperdícios, ter-se-á, em pouco, concluído e, então, quando não mais andaremos em viellas, mas em ruas alinhadas e modernizadas, quando, em vez do terrível mau cheiro, que o transeunte experimenta por quasi toda a cidade, motivado pelos canos arrebetados, pela lama fetida das sargetas, poder gosar-se, em todas as ruas, em todas as praças o perfume delicado dos cravos e rosas dos jardins suspensos, onde ficarão os mendigos?

Dever-se-á crêr que os endeusados reformadores da terra de Thomé de Souza,[...] no que se refere a avenidas e estradas, suportem, satisfeitos, a vergonha de serem as suas esplendidas avenidas percorridas por mendigos, cegos e aleijados?⁵⁸

Assim como ocorria no aspecto da paisagem física, a face imperfeita da civilização de Salvador se mostrava novamente no aspecto que dizia respeito à ordem social e cultural da cidade e seus habitantes. A remodelação havia gerado uma expectativa de que não apenas as velharias arquitetônicas coloniais desaparecessem, mas também as práticas e costumes da mesma estirpe que impregnavam a cultura da população, bem como a multidão de desafortunados que lotava as ruas. A adoção de hábitos cultos seria mais um produto dos melhoramentos materiais por que passava a cidade. Parecia, assim, que respirar o ar de uma cidade reconstruída segundo os princípios de uma estética moderna pudesse inspirar automaticamente as pessoas a acolher novos costumes. Por outro lado, seria a chance de depurar a cidade civilizada dos seus elementos espúrios. O contexto remodelador de Seabra teria sido um grande impulso para que tudo isso ocorresse se as projeções civilizadoras não houvessem passado de uma obra inacabada. O que persistiu na cidade e continuou persistindo por vários anos foram fatos que aos olhos dos "civilizadores" não passavam de cenas de anti-civilidade.

⁵⁸ "A mendicidade". (Editorial). *Diário de Notícias*, 22/09/1913, p. 1.

Conclusão

A remodelação iniciada, em 1912, gerou expectativas animadoras de que Salvador enfim fizesse a sua entrada no mundo civilizado. As reformas urbanas seriam apenas o início de um projeto civilizador bem mais abrangente, com o qual seria alcançada uma série de realizações que se estenderiam por inúmeros aspectos da vida da cidade e dos seus habitantes. Conquistas materiais, estéticas, assistenciais, mudanças nos hábitos e práticas da população, melhorias na ordem pública e maior organização na cidade, dentre outras coisas, estavam na pauta das pretensões. Assinalando diariamente falhas e problemas e sugerindo alternativas que pudessem resolvê-los, normalmente, a partir dos exemplos dos centros tidos como mais adiantados, os jornalistas atuaram como fiéis difusores de todas essas idealizações.

O projeto civilizador esbarrou, no entanto, em uma realidade que se mostrou bastante adversa para a sua efetivação. Foi no plano material que logrou os resultados mais expressivos, conquanto a configuração geográfica do sítio onde foi instalada a cidade e a herança colonial da sua estrutura urbana não facilitassem a tarefa. É verdade que os melhoramentos não alcançaram as proporções desejadas. Porém, ao final de quatro anos, Salvador contava, já como obras acabadas, com novas avenidas, ruas alargadas, alinhadas e asfaltadas e edificações que começavam a seguir um moderna estética; enquanto outras reformas, concentradas sobretudo no Bairro Comercial, prosseguiam em andamento. Depois de

várias décadas com a mesma feição, diversos trechos da cidade passaram por transformações substanciais, que transfiguraram a sua face.

Por outro lado, os serviços urbanos foram a expressão destoante dos melhoramentos materiais: saneamento, água, limpeza pública e iluminação permaneceram, tal qual no século XIX, precários, caracterizando-se pela má qualidade na forma como eram prestados e pela limitada oferta. A viação urbana, notadamente no que se refere aos bondes, estava inclusa na lista dos maus serviços oferecidos aos habitantes.

Lidando com elementos da ordem material, fora possível concretizar algumas idealizações, ainda que tivesse sido parcialmente. Deste modo, através dos melhoramentos modernizadores da urbe, a civilização, mesmo que de forma imperfeita, fez a sua entrada na cidade. O grande empecilho à civilização, entretanto, esteve nos aspectos relacionados à esfera cultural e às questões sociais. Certos hábitos, tradições, preferências por atividades lúdicas ou de entretenimento fortemente arraigados na alma da maior parte das pessoas, sobretudo as das camadas populares, que formavam majoritariamente a população soteropolitana, afiguravam-se como difíceis às mudanças. Decerto, patenteava-se aí um embate, às vezes latente, às vezes direto, entre concepções de mundo díspares, onde, de um lado, ficavam aqueles que compunham os segmentos elitizados (fosse do ponto de vista sócio-econômico, político ou cultural) e, do outro lado, aqueles que integravam as camadas populares.

Como as pretensões civilizadoras e modernizadoras correspondiam a ideais elitistas, o seu discurso não conseguia sensibilizar os demais setores sociais, cujos componentes tinham, predominantemente, baixo nível de escolaridade — a instrução pública era naquela época um problema considerado grave, sendo mínima a parcela da população que frequentava ou havia frequentado uma escola — e pouco acesso a informações tidas por mais cultas e elaboradas.

Natural, portanto, que, contrariando às vontades das elites, o populacho (desprezando-se qualquer sentido pejorativo para a palavra) perpetrasse práticas que fossem mais peculiares ao seu repertório cultural, como os jogos de azar, os divertimentos com música popular (tipo o samba e as modinhas), a bebida, os fogos soltos nas festas juninas, crenças místicas exteriores ao catolicismo, etc., conquanto as duras críticas que lhes eram dirigidas.

Fechando o quadro, havia em Salvador, uma capital que não oferecia grandes oportunidades de emprego, uma multidão de mendicantes, indigentes e pobres que se espalhava por quase todas suas ruas, especialmente aquelas de maior movimento nos distritos centrais.

Fazendo-se a contraposição entre as projeções civilizadoras e a realidade visível, pelo que indicam os jornais, eram as cenas de anti-civilidade que melhor definiam o cotidiano da cidade e dos seus habitantes. Serviços deficientes, sujeira, vícios, maus modos, pobres e indigentes eram coisas com que, aparentemente, deparava-se em qualquer saída às ruas. As descrições e críticas elaboradas em torno destes aspectos provocam uma impressão negativa tão forte que se tem a sensação de que tudo na cidade era o oposto à civilização. Delas sobressai a imagem de uma cidade que se encontrava muito distante das referências européias tão constantemente repetidas, sendo, por isso, mais facilmente comparável a paisagens coloniais, que lembravam a primeira etapa da nossa história ou vistas africanas.

Devido a imperfeição da civilização implementada e a predominância das cenas de anti-civilidade, a frase "a Bahia civiliza-se", cunhada para expressar o progresso da cidade, logo assumiu uma conotação irônica, manifestando sentimentos de indignação, decepção e desalento com os seus destinos.

Traçando-se um paralelo entre a Salvador de vários momentos, desde a sua fundação, no longínquo ano de 1549, até os dias atuais, não há exagero em se afirmar que

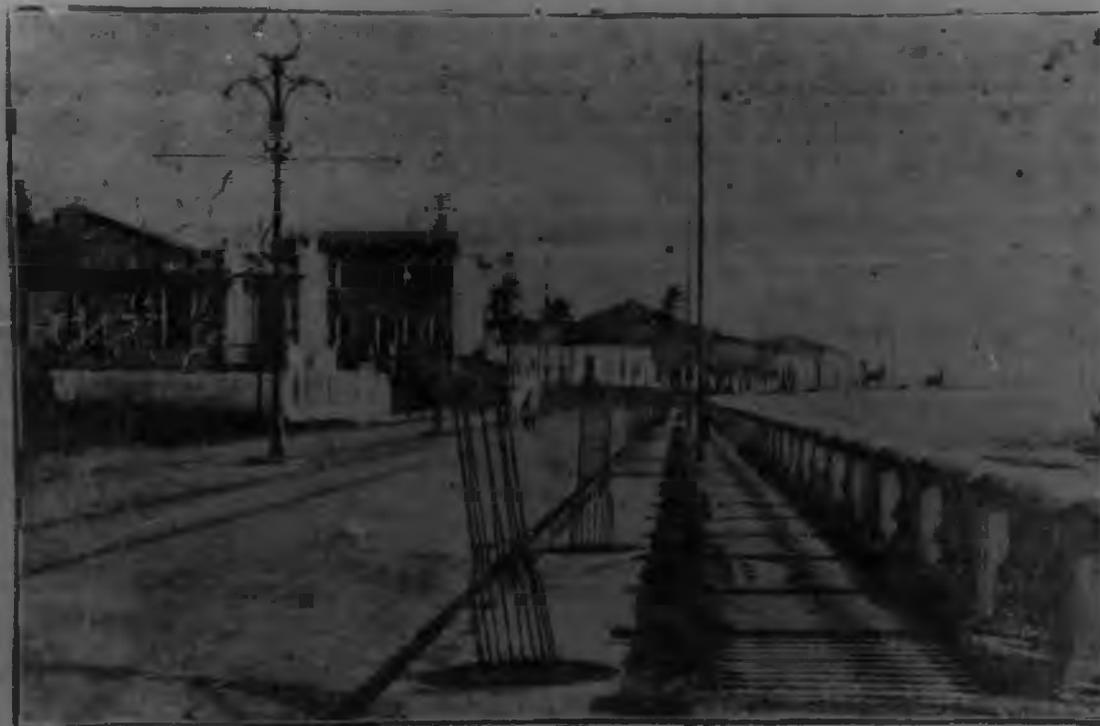
existe uma cidade onde se percebe tristes permanências. Nos documentos escritos por colonizadores portugueses, nas anotações dos viajantes estrangeiros do oitocentos e nos jornais das décadas iniciais do século XX, reconhece-se uma série de características persistentes que serviram para descrever a cidade, estando entre elas a sujeira, a mendicância e os maus modos. O habitante ou o visitante que anda pelas ruas da nossa cidade, nestes anos finais do século XX, ainda é obrigado a deparar-se com cenas bastante semelhantes com as que foram descritas para épocas há muito tempo passadas.

Advém daí uma simples constatação: uma cidade do Salvador, assim, ontem, hoje...

E até quando?

ENCARTE FOTOGRÁFICO

ASPECTO DA REMODELAÇÃO



O trecho da Avenida 7 de Setembro, vendo-se, ao fundo, o pharol da Barra

O último assalto *lar o primogenito do Sr. Paulo* **LOS BASTIDORES**

O e

No c
ce

Um t
montem
Gage!
Sain
roton p
que rec

Até
perfeita

O que
para q
destaqu
versas
que G
cerca c
sido en
pensão
importa

espelhos sanitarios

Onde mora a pobreza, no coração da cidade!



...CASAS POPULARES NO CORAÇÃO DA CIDADE, COMO SEJA O LARGO DOS

Theotoni
de

—Então o Theotoni é candidato a su
—Se é? Esp
verá.

E os dois jo
onistas que
na porta do p
tinuaram o di

—Agora me
de ter mais
cando o Theo
do candidato

—Mas desta
ca de posse

—E' esse p
Dos candidato
elle não conta
Martins, d'ah
afastal-o, faz
candidato.

—E o Seala

—Tanto co
necessarias o
fim de dipl
na

Até ver não

Uma gr
Histo

Passage

Todos ou
nistas desse m
historia tem

Parece bem
desses pe-so
ente o pass

Foto 2: A Tarde, 19/02/1915, p.1. Casas populares no largo dos Aflitos, que fica(va) no centro da cidade e muito próximo à Avenida 7.

O martyrio do bahiano: esperar bonde, ao sol e á chuva

Mas companhias são obrigadas á
construcção de alpendres ?



Sob a soalheira do meio dia, homens e mulheres esperam um bonde na Praça Rio Branco.

Quando, ha tres annos, começou a picareta da remodelação a botar a baixo a cidade velha, quebrando as arestas, os cotovellos, as tortuosidades das ruas (que um chronista original fez questão de provar que obedeceram a um plano de defeza das invasões de piratas ou de armadas avidas de posse e dominio de territorio no novo mundo), succediu a alma

para abrigo e descanso dos passageiros.

Paraphrasis unico. Em todos os pontos terminaes são, porcm, as empresas obrigadas a terem estações, onde os passageiros aguardarão a chegada dos carros, servindo ao mesmo tempo de deposito das mercadorias transportadas em seus vehiculos, até que sejam solicitadas

Avenida 7 de Setembro...

4
as
quem,
o sr.
s e sup-
ram ao
citados,
nas res-
ccionas-
z man-
ra com-
se ar-
stifigue



O Duarte, á Avenida 7, transformado em feira

Ha tres annos, quando se traçou o [Pois bem, todo esse sonho não pas.

A cá
Xa
tr

Na ca

Dia a
torno d
vier pa
tado, o

Esse
re ope
pelo s
Braulio
mas e
consellu

a prefer
vantar
bemos e
to na e
do «Com
elemento
aes, es

Foto 4: A Tarde, 28/01/1915, p.1. O Duarte, trecho nas imediações da Avenida 7, ainda não concluída, onde estava estabelecida uma feira ao ar livre.

AS LEIS QUE SE NÃO CUMPREM

A falta de mercados districtaes dá á cidade aspectos de feiras de arraial



Aspectos do mercado ao ar livre, da Ribeira do Itapagipe

«O Conselho Municipal da Cidade da Salvador, decreta:

como uma lava, principalmente no município, no quadriennio vigente, em que o agente executivo faz questão de

A
 Po
 propo
 dores
 vista
 gran
 J. est
 curas
 balay
 Pa
 desce
 ante
 o Br
 Bahia
 rar
 tome
 soffr
 succ
 nalis
 romp
 abert
 E
 vira
 e o le
 não
 nes
 O
 trado
 para
 «No
 «abs
 pleito
 culan
 Maranh
 para
 pratica
 dou p
 do Es
 P. R.
 assim
 seu g
 Po-

Foto 5: A Tarde, 26/02/1915, p.1. Mercado ao ar livre existente na cidade, situado na Ribeira, à época um bairro mais afastado do centro.

**N. S. da Conceição é a razão de se
transformar uma praça da cidade em
paraíso da jogatina**

do joga, da "miudinha" à roleta



A reunião em torno da «miudinha»

Porque daqui a tres dias, a cidade
comemorarará o dogma da Immacu-
la Conceição, já a praça de sua
matriz está atulhada de barracas de

Tudo joga: do vagabundo ao ope-
rario desocupado e com elles o ma-
rinheiro e o policial.

As grevistas são eloquentes de so-

O do
urso

Cio-
ai



Alfons Wandorley

que se tornou de dinheiro em les-
tas, mas sempre o que ti-
nhão de dar a malheta.

Agora, a miséria de queja está em
plena efervescência, o cinema predomina
na rua, os jogos de azar quasi ou-
tros a aridade.

É como os proprietários desde as
casas de capangas dizem, os mace-
dos são mais avulsos que os irmãos
pobres, mas discípulos de Orfeu re-
citarão para uma sociedade de re-
sistência com o fim de detender os
interesses do povo.

Alfons Wandorley e tradidion pela
sua adapção o alfons Wandorley,
meio do corpo de policia, que
se encontra para o proximo domingo
a instalação do Centro Musical, com
o concurso dos professores Schell
Anacleto Cunha de d. Luiza Leonardo
e muitas outras musicistas.

A "Cessionaria" na "City"

Por falta de paga- mento de juros, protestam os accionistas

LONDRES, 3 (A Tarde).—Os syn-
dros da Companhia Cessionaria do
Porto da Bahia, são de opinião
que a questão suscitada por falta
de pagamento dos juros de seus
titulos ter, a solução amigavel.

Adidos os mesmos syndicos neces-
sario reorganizar, quanto antes, a
Cessionaria.

capitula de
necessario de
zaria e para
e nova entre-
nos.
Os hespo-
nisticos an-
ligam e me-
quesavain-
se das in-
mandudes.

Terminemos no sempre cabalístico
ponto de interrogação e esperemos.
Ate ver nao e tarde.

la eleitoral, e por isso acata a
decisão de s. ex., divergindo porem da
parte em que a exigencia competência
à Junta para conhecer ou não da va-
lidade das actas.

Quadros da miseria urbana

Nas praças e jardins



«Ah! o tecto cobre muita
miseria...»

Mas, quando este tecto é a
cupula do céu, mesmo à noite,
com as suas estrelas, a miseria
é como uma ferida exposta.

Bem cabem essas reflexões
aos aspectos da miseria hu-
mana, que, hontem, apanha-
mos pela cidade, nas praças,
aos adros de igrejas, nas ruas,
nas calçadas, mendigos, en-
fermos e moribundos a mor-
rerem aos poucos, sem ao
menos um olhar de compaixão
do transeunte que passa.

E o poder publico? Esse, do
alto da sua fortuna, não tem
tempo para saber que, pelas
ruas da cidade, morre ge-
le ao abandono.

valido para a Junta e a salite-
O Sr. Pires.—O meu boletim
bem é autentico porque está
nado pela maioria dos meser-
fim seguida, a Junta verificou
ter somente a acta a assignatus
3 meeiros, por se terem recusado
assignar a, dous.

Final, a Junta resolveu ap-
de acordo com a lei, fazendo
tar o incidente da arte da apura-
Apurados os votos do Sr. S.
passou-se depois à contagem de
dos 2 e 10. seções da Rua do
sendo encerrados os trabalhos
seguinte resultado das 11 audi-
apriadas:

- Pedro Lago
- Aurelio Vianna
- Octavio Mangabeira
- Pacheco Mendes
- Propicio Fontoura
- Mario Hermes
- Ateno Calmon
- J. J. da Palma
- Joaquim Pires
- Amarel Moriz
- E outros menos votados

O sr. dr. José Angelo Ferr
apresente do substituto do ju-
cional escreve-nos:

Illmo. Sr. Dr. Director d'A
Muitas respeitosas saudações.

Ha um trecho na noticia pa-
hoje em o vosso conceituado
de referencia a Junta apurado
eleições federais, que, por a-
primar precisamente o meu pe-
samento, precisa de vossa pe-
uma reificação. Retendo o not-
que o «Supplemente do Jura»
declarou que embora se recon-
competente, dava por finda
missão, de acordo com o
resolvido pela junta». Ha, e-
nente, nessa parte, um en-
que eu disse e mandei const-
acta foi que, não me confio
com o criterio da junta, por
me julgava o unico competen-
presidir aos trabalhos, dava
a minha missão, diante do
mento illegal da referida ju-
cerrava a sessão, e a parat-
cicio da presidencia.

Com a publicação desta
que apenas visam corrigir m-
eugano, aliás muito natu-
penhora V. S. etc.

Foto 7: A Tarde, 03/03/1915, p.1. A presença da miséria nas ruas da cidade.

tado no Banco do Brasil

Como o receberá a cidade?

De braços cruzados, numa atitude de carneiros, que esperam pela última tosquia?

Não é possível.

Art. 50 A. no seu art. 1º, as casas que, mediante licença gratuita especial, concedida pelo Intendente, provarem ter duas turmas e empregados que se revezem.

Os que morrem de fome na Bahia

Um cadaver de mendigo, velado por mendigos

Duas velas por camara ardente



O pobre «Pernambuco» na calçada da Conceição da Praia

Quem passasse, pela manhã de hoje, pelo largo da Conceição da Praia, sentiria o infinito dó que sentimos, vendo, na calçada, morto, coberto com um trapo, um mendigo, o pobre «Pernambuco», tendo aos pés e á cabeça duas velas de stearina accensas.

Velavam-lhe o cadaver outros mendigos.

Um, aleijado, de um toiro forte, tinha lagrimas nos olhos.

De outro lado, um preto enfermo abanava as moscas, que zumbiam em torno do naufrago da penuria.

A assistencia era numerosa.

E naturalmente não havia ali quem não amaldiçoasse a situação que degrada a Bahia, que concebeu planos de avenidas sumptuosas, gastando nellas sommas fabulosas da fortuna publica, sem se lembrar de amparar a misera das ruas...

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes

1. Jornais

Diário de Notícias. Salvador, 1912 a 1916.

Jornal de Notícias. Salvador, 1912.

A Tarde. Salvador, 1913 a 1916.

2. Fontes impressas

EXPOSIÇÃO APRESENTADA PELO DR. J. J. SEABRA, A 29 DE MARÇO DE 1916, O GOVERNO DA BAHIA AO SEU SUCESSOR O ECM. SR. DR. ANTONIO FERRAZ MONIZ DE ARAGÃO EMPOSSADO NESSE DIA NO CARGO DE GOVERNADOR DO ESTADO. Bahia, Imprensa Oficial, 1916.

MENSAGEM APRESENTADA À ASSEMBLÉIA GERAL LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA NA ABERTURA DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 11ª LEGISLATURA PELO DR. J. J. SEABRA GOVERNADOR DO ESTADO. Bahia, Secção de Obras da Revista do Brasil, 1912.

MENSAGEM APRESENTADA À ASSEMBLÉIA GERAL LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA NA ABERTURA DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 12ª LEGISLATURA PELO

DR. J. J. SEABRA GOVERNADOR DO ESTADO. Bahia, Secção de Obras da Revista do Brasil, 1913.

MENSAGEM APRESENTADA À ASSEMBLÉIA GERAL LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA NA ABERTURA DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 12ª LEGISLATURA PELO DR. J. J. SEABRA GOVERNADOR DO ESTADO. Bahia, Secção de Obras da Revista do Brasil, 1914.

MENSAGEM APRESENTADA À ASSEMBLÉIA GERAL LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA NA ABERTURA DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 13ª LEGISLATURA PELO DR. J. J. SEABRA GOVERNADOR DO ESTADO. Bahia, Secção de Obras da Revista do Brasil, 1915.

LEIS DO PODER LEGISLATIVO E DECRETOS DO PODER EXECUTIVO DO ESTADO DA BAHIA DO ANNO DE 1912. Bahia, Typographia Bahiana, 1913.

LEIS DO PODER LEGISLATIVO E DECRETOS DO PODER EXECUTIVO DO ESTADO DA BAHIA DO ANNO DE 1913. Bahia, Typographia Bahiana, 1914.

LEIS DO PODER LEGISLATIVO E DECRETOS DO PODER EXECUTIVO DO ESTADO DA BAHIA DO ANNO DE 1914. Bahia, Typographia Bahiana, 1915.

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. *Synopse do Recenseamento em 1 de Setembro de 1920. População do Brazil*. Rio de Janeiro, Typographia de Estatistica, 1924.

Bibliografia

ARAÚJO, Emanuel. *O teatro dos vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1993.

AZEVEDO, Thales. *Povoamento da cidade do Salvador*. Salvador, Editora Itapuã, 1969.

BENCHIMOL, Jaime. *Pereira Passos: um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de

Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo, Companhia das Letras, 1986.

BRESCIANI, Stella (org.). *Imagens da cidade, séculos XIX e XX*. São Paulo, ANPUH/FAPESP/Marco Zero, 1993.

CARDOSO, Luiz Antonio Fernandes. *Entre vilas e avenidas: habitação proletária em Salvador, na Primeira República*. Dissertação de Mestrado, Salvador, Mestrado em Arquitetura e Urbanismo/UFBa, 1991.

CARONE, Edgard. *A República Velha I: instituições e classes sociais*. São Paulo, Difel, 1988.

CARONE, Edgard. *A República Velha II: evolução política*. São Paulo, Difel, 1977.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

_____. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

CHARLOT, Monica & MARX, Roland (org.). *Londres, 1851-1901: a era vitoriana ou o triunfo das desigualdades*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1993.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa/Rio de Janeiro, DIFEL/Bertrand Brasil, 1988.

COSTA, Emília Viotti da. "Urbanização no Brasil no século XIX". In COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo, Brasiliense, s.d., pp. 194-227.

- DAVID, Onildo Reis. *O inimigo invisível: a epidemia do cólera na Bahia em 1855-1856*. Salvador, EDUFBa/Sarah Letras, 1996.
- ELIAS, Nobert. *O processo civilizador* (v.1: Uma história dos costumes). Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1994.
- FERNANDES, Ana & GOMES, Marco Aurélio de A. Filgueiras. "Idealizações Urbanas e a Construção da Salvador Moderna". In FERNANDES, Ana e GOMES, Marco Aurélio de A. Filgueiras. *Cidade & História*. Salvador, UFBA/Fac. de Arquitetura, Mestrado em Arquitetura e Urbanismo; ANPUR, 1992, pp. 53-68.
- FERNANDES, Ana & GOMES, Marco Aurélio de A. Filgueiras. *Cidade & História*. Salvador, UFBA/Fac. de Arquitetura, Mestrado em Arquitetura e Urbanismo; ANPUR, 1992.
- FONTES, José Raimundo. *Manifestações operárias na Bahia: o movimento grevista, 1988-1930*. Dissertação de mestrado, Salvador, Mestrado em Ciências Sociais/UFBA, 1982.
- FOUCAULT, Michel. "O Nascimento da Medicina Social". In FOUCAULT, Michel. *A Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1992, pp. 79-98.
- FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do Século XIX*. São Paulo: HUCITEC; Salvador: EDUFBA, 1996.
- FRY, Peter et alli. "Negros e brancos no Carnaval da República Velha". In REIS, João J. (org.). *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1988, pp. 232-263.
- FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS E ESTUDOS — CPE (BAHIA). *A inserção da Bahia na evolução nacional, 2ª Etapa: 1890-1930*. Salvador, 1980.
- GOMES, Renato Cordeiro. *Todas as cidades, a cidade*. Rio de Janeiro, Rocco, 1994.
- GROSSI, Yonne de Souza. "Imaginário Social na Formação Urbana Brasileira". In *Varia História*. Belo Horizonte, Departamento de História/UFMG, 12: 30-46, dez. 1993.
- HAHNER, June. *Pobreza e política: os pobres urbanos no Brasil, 1870/1920*. Brasília, Edunb, 1993.

- HARDMAN, Francisco Foot, *Trem fantasma: a modernidade na selva*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo, Edições Loyola, 1992.
- HERSCHMANN, Micael & LERNER, Kátia. *Lance de sorte: o futebol e o jogo do bicho na belle époque carioca*. Rio de Janeiro, Diadorim Ed., 1993.
- HERSCHMANN, Micael & PEREIRA, Carlos A. M. "O imaginário moderno no Brasil". In _____ . *A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro, Rocco, 1994, pp. 9-42.
- HERSCHMANN, Micael & PEREIRA, Carlos A. M. (org.). *A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro, Rocco, 1994.
- LANNA, Ana Lúcia Duarte. *Uma cidade na transição, Santos: 1870-1913*. São Paulo: HUCITEC; Santos: Prefeitura Municipal de Santos, 1996.
- MACHADO, Roberto et alli. *Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal, 1978.
- MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província do Império*. Rio de Janeiro, Nova fronteira, 1992.
- _____. *Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: HUCITEC; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978.
- NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. *Dez freguesias da cidade do Salvador. Salvador*, Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1986.
- NEEDELL, Jeffrey. *Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.
- PRADO JR., Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, s. d. (37ª Edição).
- PECHMAN, Sérgio & FRITSCH, Lilian. "A Reforma urbana e Seu Averso: algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal na virada do século". In

- Revista Brasileira de História*. São Paulo, Marco Zero/ANPUH, 5 (8/9): 139-195, set. 1984/abr 1985.
- PERES, Fernando. *Memória da Sé*. Salvador, Macunaima, 1974.
- PINHEIRO, Eloisa Petti. *Intervenções públicas na freguesia da Sé em Salvador de 1850 a 1920: um estudo de modernização urbana*. Dissertação de Mestrado, Salvador, Mestrado em Arquitetura e Urbanismo/UFBa, 1993.
- RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil, 1890-1930*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- REIS, João J.. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo, Cia das Letras, 1991.
- SÁ, José de. *O bombardeio da Bahia e seus efeitos*. Bahia, Diário da Bahia, 1918.
- SAMPAIO, Consuelo Novais. *Os partidos políticos da Bahia na Primeira República*. Salvador, Núcleo de Publicação do Centro Editorial e Didático da UFBa, 1978
- SANTOS, José Wellington Aragão. *Formação da grande imprensa na Bahia*. Dissertação de mestrado, Salvador, Mestrado em Ciências Sociais/UFBa, 1985.
- SANTOS, Mário Augusto da S.. *Sobrevivência e tensões sociais: Salvador, 1890-1930*. Tese de Doutorado, São Paulo, USP, 1982.
- _____. "Crescimento Urbano e Habitação em Salvador". In *RUA (Revista de Arquitetura e Urbanismo)*. Salvador, 3 (4/5): 20-29, 1990.
- _____. "Habitação em Salvador: fatos e mitos". In BRESCIANI, Stella (org.). *Imagens da cidade, séculos XIX e XX*. São Paulo, ANPUH/FAPESP/Marco Zero, 1993, pp. 93-110.
- SCHORSKE, Carl E.. *Viena fin-de-siècle: política e cultura*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

- SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.
- _____. *A literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo, Brasiliense, 1995.
- SILVA, Eduardo. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- UZEDA, Jorge Almeida. *A morte vigiada: a cidade do Salvador e a prática da medicina urbana, 1890-1930*. Dissertação de mestrado, Salvador, Mestrado em Ciências Sociais/UFBa, 1992.
- VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.
- WEBER, Eugene. *França fin-de-siècle*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.